

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MAYANA HELLEN NUNES DA SILVA

“DO RISO FEZ-SE O PRANTO”: técnicas de produção do gênero nas notícias de violência em
relações afetivas e sexuais do Jornal Pequeno

São Luís
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MAYANA HELLEN NUNES DA SILVA

“DO RISO FEZ-SE O PRANTO”: técnicas de produção do gênero nas notícias de violência em relações afetivas e sexuais do Jornal Pequeno

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Prof.Dr^a. Sandra Nascimento Sousa

São Luís

2014

MAYANA HELLEN NUNES DA SILVA

“DO RISO FEZ-SE O PRANTO”: técnicas de produção do gênero nas notícias de violência em relações afetivas e sexuais do Jornal Pequeno

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Prof^a.Dr^a.Sandra Maria Nascimento Sousa

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Nascimento Sousa (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Iara Aparecida Beleli
Universidade Estadual de Campinas

Prof.Dr.Paulo Fernandes Keller
Universidade Federal do Maranhão

*De repente do riso fez-se o pranto
Silencioso e branco como a bruma
E das bocas unidas fez-se a espuma
E das mãos espalmadas fez-se espanto*

*De repente da calma fez-se o vento
Que dos olhos desfez a última chama
E da paixão fez-se o pressentimento
E do momento imóvel fez-se o drama*

*De repente, não mais que de repente
Fez-se de triste o que se fez amante
E de sozinho o que se fez contente*

*Fez-se do amigo próximo o distante
Fez-se da vida uma aventura errante
De repente, não mais que de repente*

Soneto de Separação (Vinícius de Moraes)

AGRADECIMENTOS

A escrita de um trabalho nunca se faz só. Quero agradecer a todos aqueles que contribuíram para que eu chegasse a este momento:

Aos meus pais, Francisca Celia e José Clementino da Silva, que desde muito cedo me mostraram a importância da educação e me fizeram acreditar que através dela, eu poderia chegar à qualquer lugar que desejasse. Obrigado por todo o amor que me dedicam. Amo-os da mesma forma;

À minha orientadora, amiga, por vezes a “voz da razão”, conselheira, confidente, que tem estado comigo, ajudando-me não apenas academicamente, mas em muitos momentos de minha vida, professora Sandra Maria Nascimento Sousa;

À professora Iara Beleli pela disponibilidade de estar na minha banca contribuindo com suas considerações. Sorte a minha!

Aos professores do PPGCS/UFMA que com seus ensinamentos me ajudaram a construir este trabalho, em especial os professores Marcelo Coelho, Benedito Souza, Elizabeth Beserra e Paulo Keller;

Novamente ao professor Paulo Keller por ter gentilmente aceitado participar da banca examinadora, agregando conhecimento a este trabalho;

Aos colegas do GENI que transformam as segundas-feiras em dias mais agradáveis, que me enchem de ideias cada vez que nos encontramos. Que continuemos juntos!

Ao amigos “uritingas”, amores e amoras, Eduardo Mota, Erivam Júnior, Hegle Pinheiro, Jefferson Machado, Kaio Marcelo, Netto Cruz, Thyago Moraes, Valine Moreno, Ariadne Costa que há anos são o amor, o carinho, a leveza, o riso e a alegria de que sempre preciso;

Às minhas queridas e amadas amigas, Erly Guedes e Ivone Barreira, meu coração no Rio de Janeiro! Ainda bem que as encontrei! Apesar das saudades e da distância, vocês estão sempre comigo.

Yanna Omena, obrigada pela alegria e pelo entusiasmo que você me proporciona quando nos encontramos.

À Rosilan Piorski e Elba Mota pela confiança e pelo carinho com que me receberam no Rio de Janeiro. As amizades sempre encontram um jeito de permanecer. Encontramos o nosso!

Meus colegas de turma, Reinaldo, Vinícius, Marineis, Socorro, Andrea, Wellington e todos os demais. Estar com vocês foi uma experiência incrível e que só me deixou boas lembranças!

À Luciene Galvão, com quem divido angústias acadêmicas e dúvidas sobre a vida.

À Lígia Teixeira por compartilhar ideias e pensamentos.

À Ana Nery C.Lima, Clícia Gomes e Elizabeth Serra. Personalidades e jeitos de ver e viver a vida diferentes. Aprendo, confio e amo vocês. Ainda bem que estamos juntas e assim permaneceremos!

RESUMO

Compreendendo que a mídia se configura como uma tecnologia de gênero, ou seja, como uma das tecnologias que constrói o(s) gênero(s), argumento que as notícias sobre violência em relações afetivas e sexuais estabelecida por sujeitos heteronormativos que foram veiculadas pelo Jornal Pequeno durante a década de 2000, se constituem como enunciados que, articulados com diversos conjuntos de discursos/saberes nomeiam comportamentos, gestos e atos que se processam nestas relações, classificam os protagonistas das situações e (re)produzem a própria diferença binária de gênero. Nesse sentido, a partir do método arqueológico e da análise do discurso propostos por Michel Foucault, o objetivo deste trabalho foi o de buscar os núcleos de significados se mostraram constantes na construção da inteligibilidade das narrativas e perceber que discursos se apresentam em suas margens e como estes se articulam entre si. O referencial teórico que substancia minhas análises foi escolhido de modo a privilegiar as discussões sobre *gênero, discurso, mídia, poder e violência em relações afetivas e sexuais*, o que me fez optar por autores como Teresa de Lauretis (1987), Joan Scott (1990), Judith Butler (2003), Michel Foucault (2012), Tânia Zimmerman (2012), Bárbara Musumeci (1999), entre outros.

Palavras-chaves: gênero; discurso; mídia; violência em relações afetivas e sexuais.

ABSTRACT

Understanding that the media is configured as a technology of gender, ie , as a technology that builds (s) gender (s) , I argue that the news about violence in affective and sexual relations established by heteronormative subjects that were broadcast by Journal small during the 2000s constitute as statements that articulated with several sets of discourses / knowledges appoint behaviors , gestures and acts that take place in these relationships , the protagonists classify situations and (re) produce the binary gender difference itself. In this sense , from the archaeological method and discourse analysis proposed by Michel Foucault , the aim of this study was to search the proved meanings contained in building intelligibility of narratives and discourses realize that present themselves on its banks and how they hang together . The theoretical framework that substantiates my analyzes was chosen to focus the discussions on gender , speech , media , power and violence in emotional and sexual relationships , what made me choose to authors such as Teresa de Lauretis (1987) , Joan Scott (1990) , Judith Butler (2003) , Michel Foucault (2012) , Tanya Zimmerman (2012) , Barbara Musumeci (1999) , among others .

Key-words: gende; speech; media; violence in afective and sexual relationships.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1: Imagem da auxiliar Rosilene com o olho inchado, após ser espancada pelo colega de serviço. Jornal Pequeno, 14 nov. 2000.....	41
Foto 2: Jovem dormindo em casa abandonada, encontrada com sinais de espancamento. Possivelmente teria sido violentada. Jornal Pequeno, 04 fev. 2002.	45
Foto 3: Maria do Amparo presa após esfaquear e assassinar o marido Zé Maria. Jornal Pequeno, 11 jan. 2000.....	51
Foto 4: Corpo de Raimundo Costa, morto com uma facada no coração pela companheira Jandira Gomes. Ao lado do corpo, o cachorro da vítima. Jornal Pequeno, 09 mai. 2001.....	52
Foto 5: Fabiana mostra as costas marcadas com as iniciais ‘C.M’, as primeiras letras do nome “Carlos Magno”. Jornal Pequeno, 23 fev. 2003.....	69
Foto 6: Corpo de Eva Wilma. Jornal Pequeno, 15 jan. 2000.....	72
Foto 7: Antônio Fernando preso. Jornal Pequeno, 15 jan. 2000.....	72
Foto 8: Débora segurando um dos filhos do casal. Ao lado, seu marido e assassino: Daniel Lopes. Jornal Pequeno, 18 fev. 2006.....	77
Foto 9: Leandro Farias: magro e debilitado pelo vício em drogas. Jornal Pequeno, 02 jul. 2008.....	80
Foto 10: “Zé General” morto e estendido no chão. À sua volta, olhares curiosos. Jornal Pequeno, 21 jan. 2000.....	81
Foto 11: Luís Francisco “tomou as dores do amigo”. “Você seria capaz de fazer qualquer coisa em prol de uma amizade?” Jornal Pequeno, 24 fev. 2002.....	88

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: VIDAS FRAGMENTADAS, VIDAS PRODUZIDAS.....	10
2. EIXOS TEÓRICOS	
2.1 Sobre a categoria “Gênero” como instrumento de análise sociológica	21
2.2 Poder e violência.....	24
2.3 Percurso histórico e reflexões sobre os estudos de gênero e violência.....	26
2.3.1 Conquistas e contradições na implantação de políticas de combate à violência de gênero no Brasil.....	32
2.4 Mídia, discurso e poder.....	36
3. AMOR, GÊNERO E VIOLÊNCIA	
3.1 “Abuso, Absurdo. Covardia!”: a violência contra as mulheres pela ótica do Jornal Pequeno.	40
3.2 “Isso é pra ele nunca mais bater na cara de mulher!”: as criminosas	48
3.3 “Enlouquecidos de amor”: ciúmes e traições	60
4. VIOLÊNCIA E ANORMALIDADE NAS PÁGINAS DO JORNAL PEQUENO	
4.1 “Uma história um tanto arrepiante”: loucos, delinquentes, assassinos.....	69
4.2 “Farras e bebedeiras”: corpos indisciplinados, corpos abjetos	79
4.3 “Comédia criminal”: dramas e risos	85
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
APÊNDICES.....	100

1. INTRODUÇÃO: VIDAS FRAGMENTADAS, VIDAS PRODUZIDAS

Por detrás de todo problema u objeto de estudio se esconden motivos o razones que mueven al investigador a definirlo. [...]Este es un aspecto importante a tener en cuenta: ¿Qué mueve al investigador en el momento de elegir su problema u objeto de estudio? ¿Cuáles son los factores que interfieren en esa elección? (FILHO, 2004, p.01)

O que move o investigador no momento de eleger seu problema ou objeto de estudo? Quais são os fatores que interferem nessa eleição? As perguntas que o autor Benedito Souza Filho (2004) faz no primeiro capítulo de sua tese de doutorado são as mesmas que ecoam em minha mente no momento em que escrevo este texto. Provavelmente serão as mesmas que ecoarão ao longo de minha vida, pois como propõe Charles Wright Mills (1972), a erudição é uma escolha de vida e de carreira, e sendo assim, a divisão comum que os sujeitos fazem entre suas vidas profissionais e suas vidas pessoais, dilui-se quando se trata de um trabalhador intelectual. O autor complementa dizendo que considera o sociólogo um “artesão intelectual”, uma vez que ele constitui a si mesmo à medida que busca realizar seu ofício com perfeição. Assim, não há como negar que a dimensão pessoal do pesquisador reflete diretamente no produto final de seu trabalho.

Entendendo-me como uma “artesã intelectual”, que produz e é produzida enquanto tece este trabalho, e igualmente compreendendo que há motivos subjetivos que movem as minhas buscas, procuro relembrar os caminhos que me fizeram chegar até este momento. Talvez possa dizer que os primeiros passos começaram ainda na infância. Lembro que meu pai muito enfaticamente dizia que eu deveria estudar para “ser independente e não precisar de homem”. Tal afirmação me deixava curiosa: o que seria, para meu pai, não precisar de um homem? Será que se eu fosse um menino, ele seria tão enfático em suas colocações?

À época não entendia o que significava cada uma destas afirmações, mas hoje consigo compreendê-las. Consigo entender que sou um corpo. Um corpo (en)gendrado como feminino, sou um corpo marcado pelo gênero, pela raça, pela classe. Sou um corpo produzido a partir de discursos que veem em mim, uma base biológica, uma base natural, representada por meus órgãos (vagina, útero, ovário, seios), e que entende que são estes órgãos que definem meu gênero, meu desejo e minha prática sexual. Sou um corpo que carrega discursos como parte de meu próprio sangue (Butler, 2003) e embora não acredite que a biologia define a minha subjetividade, sei que há um conjunto de tecnologias (políticas, médicas, jurídicas, religiosas, entre outras) que me nomearam enquanto “mulher”, tomando esta biologia como base inquestionável.

Ser categorizada como “mulher” me traz experiências de socialização específicas e, algumas vezes desiguais em relação àqueles que foram nomeados como “homens”. Possivelmente foram estas experiências desiguais e a curiosidade em investigar como sou/somos sujeitas/sujeitos marcados pelo gênero, que me fizeram chegar até estas páginas. E é nelas que penso enquanto escrevo.

Ao ingressar no curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Maranhão, percebi que as diferenças produzidas entre homens e mulheres atravessavam também a construção do conhecimento científico. Conhecendo um pouco sobre as teorias que tem sustentado a escrita dos historiadores, entendi que durante um longo período as ciências não se preocuparam com a voz das mulheres. A historiadora francesa Michelle Perrot (1998) coloca que a constituição da história como disciplina “científica” no século XIX reforça seu caráter viril. Cada vez mais concentrada na história pública e política em que as mulheres estiveram invisíveis e/ou ausentes, parecia que a estas, o silêncio pertencia. No entanto, as vozes delas insurgiram-se. E não somente elas, mas também as vozes de todos aqueles que romperam com as fronteiras de seus corpos, com os limites da biologia.

Após entender como os Estudos sobre as Mulheres se configuraram nas Ciências Humanas do século XX, tive a oportunidade de participar do Grupo de Estudos de Gênero, Memória e Identidade (GENI), sob a coordenação da professora Dra. Sandra Maria Nascimento Sousa. Logo que me inseri ao GENI fui convidada a integrar um projeto de pesquisa intitulado “Gênero e sexualidade: representações em imagens e narrativas”.

A possibilidade de participar deste projeto foi extremamente enriquecedora, na medida em que foi minha primeira experiência como pesquisadora, em que pude perceber que o estudo das mulheres correspondia a um pequeno fragmento dentro da área dos estudos de gênero, os quais, por sua vez, se tornaram os temas de meu interesse enquanto historiadora e cientista social.

O principal foco de investigação e das análises do projeto direcionou-se a filmes nos quais os roteiros narrativos situassem experiências de (des)estabilização dos referenciais legitimados para as identidades e papéis de gênero e, ainda, para algumas das práticas eróticas e sexuais que lhes seriam correspondentes. Filmes como *Transamérica* (2005), *Madame Satã* (2002), *O Segredo de Brokeback Mountain* (2005), entre outros, foram algumas das películas analisadas.

Em meu trabalho de conclusão de curso, no entanto, acabei por enveredar por outros caminhos, não necessariamente relacionados com o estudo do gênero em imagens e narrativas cinematográficas. Recordo-me que estava me aproximando do momento de completar a graduação, mas ainda não havia definido qual seria o objeto de minha monografia. Ainda assim, decidi consultar

os arquivos da Biblioteca Pública Benedito Leite, detendo-me mais especificamente sobre os periódicos da década de 1950.

Enquanto analisava os jornais que circulavam em São Luís àquela época, percebi que era recorrente a publicação de notícias sobre crimes ou casos de violência física entre homens e mulheres que tinham algum tipo de envolvimento afetivo e sexual (namorados, amantes, noivos, cônjuges, entre outros).

A certeza de que este deveria ser o meu tema de estudo, no entanto, veio quando me deparei com o caso noticiado no jornal Pacotilha/O Globo do dia 18 de outubro de 1954. Em destaque, logo na primeira página, li a seguinte frase: “Matei o homem que mais amava e não estou arrependida!” (LUIZA, p.4, 1954)

Aquela frase despertou sentimentos de inquietude e incompreensão, suscitando em mim alguns questionamentos: como poderia aquele que ama dar fim ao objeto de seu afeto? Como poderia o amor provocar a morte de alguém? Para mim, parecia muito claro que amor não rimava com dor.

Continuando a leitura da notícia, no entanto, conheci a história desta mulher que era chamada de “Luiza Fofinha”. Luiza residia com os pais na Rua do Passeio, em São Luís, na casa 1024 e estudava enfermagem na Escola Ana Nery. Com o intuito de aprimorar seus conhecimentos viajou ao Rio de Janeiro e lá, “na ilusão dourada da cidade grande”, conheceu seu “príncipe encantado”, o mato-grossense Reinaldo Camacho. Casaram-se e voltaram ao Maranhão onde residiram na cidade de Bacabal, interior do estado. Lá, Reinaldo trabalhava como comerciante, e viajava bastante, enquanto Luiza, como indica o jornal, tinha uma farmácia. Desta relação, geraram uma filha, chamada carinhosamente de “Pepita de ouro”.

Ainda de acordo com o Pacotilha/O Globo, “De feições donjuanescas, [...] o mato-grossense andava sempre às voltas com mulheres que o desejavam e tinham-no como o “seu homem” preferido”. (LUIZA, p.4, 1954). As discussões entre o casal eram constantes e Luiza sentia ciúmes por seu marido, dizendo para si mesma que preferia vê-lo morto do que nos braços de outra mulher. Foi assim que no dia 15 de outubro de 1954, Luiza colocou arsênico na sopa que o marido tomava, matando-o. A mulher ainda teria tentado alterar a cena do crime para que parecesse um envenenamento natural. Seu intento, contudo, foi descoberto pela polícia e ela confessou a culpa.

Além de Luiza, tive conhecimento das histórias de outros casais como Pedro de Jesus Saraiva, 19 anos, que assassinou sua companheira, Olímpia Chuana, também de 19 anos, com um golpe de “peixeira” no pescoço, após esta abandoná-lo e recusar a retomar a relação; do casal Manuel Cosmo Siqueira, jogador de futebol do Maranhão Atlético Clube, de 26 anos e de sua amante, Amélia Lopes

dos Santos, 17 anos, que tentou matá-lo com um tiro na nuca ao constatar que depois de ter tido relações sexuais, este não mais se casaria com ela. A arma, no entanto, falhou.

Os casos mencionados acima e outros mais fizeram parte de minha monografia, intitulada **“Até que a morte nos separe: violência de gênero e crimes passionais no Maranhão (1949-1958)”**. Através deles, percebi que homens e mulheres assassinavam, violentavam com palavras e gestos, àqueles que diziam amar.

Amores traídos, amores abandonados, amores vingados. As páginas dos jornais maranhenses narravam as circunstâncias das mortes, as tentativas de fuga dos autores, o cotidiano do casal, os depoimentos dos vizinhos, o desespero dos familiares. Algumas histórias eram retomadas nos dias seguintes, enquanto outras eram esquecidas e davam lugar a novas histórias de amor e violência.

Depois de concluída a graduação, optei por ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, visando continuar as análises destes casos, explorando aspectos que talvez não tenham sido devidamente contemplados no trabalho monográfico. No entanto, meu amadurecimento enquanto pesquisadora me levou à compreensão de que não poderia continuar a abordar os casos como havia feito no período da graduação.

Hoje percebo que ao tratar das histórias de violência em relações afetivas e sexuais, não estou lidando com uma realidade externa, que se sobrepõe aos indivíduos e pode ser diretamente acessada por mim, mas sim com discursos sobre os casos e sobre os sujeitos que os protagonizaram. Luiza, Pedro, Olímpia, Cosmo, Amélia, e tantos outros cujas histórias tiveram lugar nas páginas dos jornais maranhenses, não são personagens de um romance ou de uma novela, mas suas vidas chegaram a mim em fragmentos, fragmentos construídos pela tinta de outros, e não por eles mesmos. Fragmentos que, por vezes, poderiam ser confundidos com um romance literário. Não sei aonde nasceram, não sei quais foram suas trajetórias familiares, desconheço suas predileções pessoais, mas sei que há algo em comum entre eles: a violência. Deixo-os brevemente de lado, como um leitor que terminou um livro, mas que sabe que ao abrir novamente aquelas páginas, conhecerá outros meandros.

Dedico-me agora a novas vidas. Dedico-me a Maria do Amparo e Zé Maria, Jandira Gomes e Raimundo Costa, Regina Célia e Campeão, Tatiana Raquel e Danilo, e tantos outros que ocuparam as páginas de outro jornal maranhense, o Jornal Pequeno, durante a década de 2000. Este trabalho é sobre estas vidas: vidas interrompidas por gestos de violência daqueles que diziam amar, daqueles que acreditavam que lhes amavam. Este trabalho é sobre vidas produzidas por discursos. Vidas que dificilmente teriam se tornado visíveis, mesmo que brevemente em algumas linhas, se não fosse por

esta violência. Vidas, que assim como a minha, carregam marcas de gênero. Vidas que guardam “não-ditos”.

Em *Arqueologia do Saber*, Michel Foucault (2012) investiga a constituição dos saberes tomando por base as inter-relações discursivas e sua articulação com as instituições, buscando mostrar como estes saberes apareciam e se transformavam. O objetivo era explicar como o aparecimento de saberes estava relacionado às condições de possibilidade externas aos próprios saberes, uma vez que estes são peças situadas em relações de poder. Dessa forma, o método arqueológico:

(...) procura compreender o funcionamento dos discursos que constituem as ciências humanas, tornando-os não mais como conjuntos de signos e elementos que remeteriam a determinadas representações e conteúdos (...), mas como um conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam, circunscrevem conceitos, legitimam os sujeitos enunciadore e fixam as estratégias sérias que rareiam os atos discursivos. (BARONAS, 2004, p.50)

Adverte que os discursos repousam sobre um “já-dito” que, por sua vez, não seria simplesmente uma frase pronunciada, um texto já-escrito, mas um “jamais-dito”, ou seja, “(...) um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro” (FOUCAULT, 2012, p.30).

Foucault (2012) entende o discurso como o conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação, o qual pode ser definido como um tipo de regularidade seguido por certo número de enunciados.

Desse modo, o conceito de formação discursiva:

(...) possibilitou a Foucault analisar como o saber vai se constituindo a partir das práticas discursivas, como elas engendram os saberes e como cada formação discursiva constrói os objetos de que fala. A tarefa, então, é descrever essas formações discursivas. A elas chegamos pelos enunciados que compõem o discurso de uma época. O enunciado é concebido como a unidade do discurso (...) (SILVA, 2004, p.161)

Não existe, porém, um consenso definitivo entre os pesquisadores sobre o que seria discurso, mas há em comum entre as várias correntes que utilizam a análise do discurso como metodologia, a ideia de que suas observações não estão focadas no funcionamento linguístico, e sim na relação entre sujeito e língua, ou seja, “(...) o objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se trata tão somente da língua, mas o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas” (MELO, 2009, p.3).

Nesse sentido, tomo emprestado o método arqueológico e a análise do discurso propostas por Michel Foucault (2012) para pensar que as notícias e reportagens sobre violência em relações de gênero afetivas e sexuais se constituem como enunciados que, articulados com outros diversos

conjuntos de saberes/discursos, nomeiam comportamentos, gestos e atos que se processam nestas relações, classificam os sujeitos que protagonizaram tais situações, produzindo múltiplos significados.

O autor entende que um enunciado tem sempre suas margens povoadas por outros enunciados, ou seja, um enunciado coexiste com outras formulações. É por essa razão que o autor busca descrever a operação que foi efetuada e o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado, naquele momento, naquele lugar e em nenhum outro. Neste trabalho, não tomo o enunciado discursivo como se fosse um elemento autônomo, mas quero entendê-lo na “(...) estreiteza e singularidade de sua situação; (...) determinar as condições de sua existência, (...) fixar seus limites da forma mais justa, (...) estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, (...) mostrar que outras formas de enunciação exclui” (FOUCAULT, 2012, p.34).

Um de meus objetivos ao longo dessas páginas foi o de colocar estes enunciados em suspensão, colocá-los em questão, e buscar:

(...) mostrar que eles não se justificam por si mesmos, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas. (FOUCAULT, 2012, p.31)

Posso dizer que a pergunta que direciona este estudo é: se um enunciado tem suas margens povoadas por outros enunciados, que enunciados coexistem entre si nas notícias de violência em relações de gênero afetivas e sexuais? Quais regras estes enunciados obedecem? Com quais discursos dialogam?

Do mesmo modo, considerando o que Teresa de Lauretis (1987) coloca sobre o sistema de sexo-gênero ser tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social, etc.) a indivíduos dentro da sociedade, entendo que os enunciados sobre a violência em relações afetivas e sexuais impressas nos jornais produzem marcações de gênero, constroem significados do que é ser homem/masculino e mulher/feminino. Marcas que muitas vezes não estão claramente visíveis nas linhas dos jornais. São também silenciadas, apagadas em sua própria produção. Nesse sentido, também busco compreender qual a lógica que rege a produção do gênero nestas notícias/enunciados:

As notícias pesquisadas em jornais, revistas e rádio apresentam-se como uma prática social de produção de sentidos. Tratam-se de caleidoscópios, pelos seus espaços múltiplos e limitados, cujas construções em diferentes lugares e momentos perpassam uma determinada realidade social que é construída, pensada e dada a ler. (ZIMMERMAN, 2012, p.7)

A escolha pelo “Jornal Pequeno”, por sua vez, se deu por algumas particularidades que este periódico possui. Como diz Yuri Costa (2005), o principal componente da “vitrine” do Jornal Pequeno são reportagens policiais. Predominam em sua primeira página notícias de crimes que ocorreram em São Luís e no interior do Maranhão. Em específico, são destacados delitos cometidos com o emprego de violência contra a pessoa.

Segundo Costa (2005), o “Jornal Pequeno” foi fundado pelo jornalista José Ribamar Bogéa, nascido em São Luís em 18 de setembro de 1921. No ano de 1947, Bogéa começou a publicar o jornal “O Esporte” que circulava semanalmente (aos domingos), e a partir de abril de 1951, passou a ser publicado como diário vespertino.

O sucesso de “O Esporte” fez com que Ribamar Bogéa decidisse inserir progressivamente outros conteúdos à temática esportiva. Entre abril e maio de 1951, o periódico passou a se apresentar como “Jornal Pequeno: O Esporte” e logo em seguida, o título tornou-se apenas “Jornal Pequeno”, contendo matérias que não eram apenas de cunho esportivo.

O “Jornal Pequeno” é o terceiro maior periódico maranhense, atrás apenas dos jornais “O Estado do Maranhão” e “O Imparcial”, e entre os grandes jornais de circulação do estado, pode-se dizer que é o único que não está vinculado a alguma grande empresa do ramo das comunicações do estado¹. Além disso, por apresentar-se como “O Órgão das Multidões”, ou seja, como veículo de comunicação voltado para as “classes populares”, o Jornal Pequeno aproxima sua linguagem daquilo que seria falado cotidianamente por seu público-alvo. É constante que os títulos das notícias, por exemplo, utilizem expressões simples, por vezes com sentido ambíguo e introduzam as situações de violência a partir de frases de impacto.

Sobre a relação entre mídia e violência, Maria Victoria Benevides (1983) vê que a imprensa tornou-se o veículo natural para a divulgação cotidiana de noticiário de violência e de criminalidade, assim como o espaço para a discussão de suas causas e propostas para seu combate e repressão.

Tânia Montoro (1999), por sua vez, percebe que as notícias sobre violência são uma variante da produção jornalística e buscam reafirmar duas concepções morais a respeito desta: a de que a violência é praticada por sujeitos desviantes e nos espaços marginais da sociedade; e a de que cabe ao poder público manter a sociedade limpa da violência.

O Jornal Pequeno parece seguir esta lógica e dedica páginas específicas ao conteúdo sobre crimes praticados com o uso de violência acontecidos na capital e em outras cidades maranhenses,

¹ Yuri Costa (2005) destaca que os editores do Jornal Pequeno colocam que uma das virtudes do periódico é o fato deste possuir certa independência em relação às lideranças políticas maranhenses.

retratando o tráfico de drogas, roubos e furtos, chacinas, torturas, sequestros, operações policiais, assassinatos, violência entre casais, violência contra menores de idade, entre outros. São assuntos que encontram destaque na seção policial do jornal.

A autora também coloca que o discurso da violência desconsidera a multiplicidade de versões que existem sobre os acontecimentos e privilegia as que podem ser qualificadas como “autorizadas”, apresentando maior dependência das interpretações “oficiais” dos fatos. Os agentes policiais, os delegados, os peritos criminais e médicos psiquiatras, por exemplo, são as principais fontes de informações sobre os acontecimentos, aqueles que legitimam as informações que estão expostas no jornal.

Sobre a categoria “violência”, as discussões presentes no trabalho se fizeram em dois momentos. De um lado, a partir da articulação entre “violência” e “poder”, tomando por base as contribuições de Hannah Arendt (2010) e Michel Foucault (2012) que em perspectiva aproximada, se opõem à noção de que a violência é uma manifestação do poder, e compreendem que não há poder quando alguém estiver à completa disposição do outro.

De outro, utilizei os escritos de Norbert Elias (1993) sobre o processo civilizador, os quais me possibilitaram a percepção de que embora a “civilização” não seja o produto de um planejamento racional e calculado, a interdependência estabelecida entre os indivíduos ao longo da história fez surgir um tecido social básico, onde as funções sociais tornaram-se cada vez mais diferenciadas. À medida que se tornava mais complexa, esta teia devia organizar-se de forma cada vez mais rigorosa para que cada ação individual fosse desempenhada corretamente.

O bom funcionamento da teia dependeria então, da capacidade de cada indivíduo em controlar suas emoções espontâneas e seus sentimentos. A estabilidade do autocontrole mental mantém relação estreita com a monopolização da força física e a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade:

Graças à formação de monopólios de força, a ameaça que um homem representa para outro fica sujeita a controle mais rigoroso e tornou-se mais calculável. A vida diária torna-se mais livre de reviravoltas súbitas de morte. A violência física é confinada aos quartéis, de onde irrompe apenas em casos extremos, em tempos de guerra ou sublevação, penetrando na vida do indivíduo. Como monopólio de certos grupos de especialistas, ela é habitualmente excluída da vida dos demais. Esses especialistas, que constituem toda a organização monopolista da força, agora montam guarda apenas à margem da vida social, na medida em que controlam a conduta do indivíduo. (ELIAS, 1993, p.200)

A apropriação da imprensa como fonte de pesquisa por parte dos profissionais que trabalham com arquivos é algo relativamente recente. Como indica Luca (2011), a tradição dominante durante o século XIX e o início do XX de busca pela verdade dos fatos excluía a utilização de fontes

compromissadas, produzidas a partir de paixões e interesses pessoais, como seria o caso dos periódicos. A crítica à pretensão de neutralidade e objetividade, no entanto, mudou a concepção de produção do que se designava como científico. O diálogo entre História, Sociologia, Antropologia, Linguística, entre outras disciplinas, ampliou os domínios das Ciências Humanas, fez surgir objetos plurais, assim como alterou a própria noção de “documento”.

Pedro Paulo Gomes Pereira ressalta que “Os jornais não são apenas portadores de *eficácia mágica* que consolidam a reciprocidade entre editores e leitores; são discursos posicionados e valorados” (PEREIRA, 2009, p.487). No entanto, não acredito que ocorra uma imposição do autor da notícia de um jornal em relação ao leitor, mas um contrato estabelecido por ambos, ou como sugere Adriana Carvalho Lopes:

O discurso jornalístico é regido por contratos institucionais estabelecidos na interação entre o autor e o leitor, ou entre o sujeito enunciatório e o sujeito destinatário. Esses contratos regem a tal ponto o processo de produção e de recepção da notícia que é possível dizer que o público a quem se destinam as notícias marca a construção dos significados. (LOPES, 1999, p.123)

Em sentido semelhante, ao pensar os estudos teóricos e metodológicos sobre as análises dos conteúdos midiáticos em relação à audiência, Stuart Hall (2008) opõe-se às concepções tradicionais que tem entendido este conteúdo como uma mensagem pré-formada e fixa, que pode ser analisada em termos de transmissão do emissor para o receptor:

Produzir a mensagem não é uma atividade tão transparente como parece. A mensagem é uma estrutura complexa de significados que não é tão simples como se pensa. A recepção não é algo aberto e perfeitamente transparente, que acontece na outra ponta da cadeia de comunicação. E a cadeia comunicativa não opera de forma unilinear. (...) É a noção de que o significado não é fixo, de que não existe uma lógica determinante global que nos permita decifrar o significado ou o sentido ideológico da mensagem contra alguma grade. A noção de que o sentido sempre possui várias camadas, de que ele é sempre multirreferencial. (HALL, 2008, p.334)

Retomando Michel Foucault (2012), o autor diz que durante longo tempo, aqueles que têm se servido dos documentos, interrogam-nos, indagam-lhes sobre o que querem dizer, e se o que dizem é a verdade, usam uma série de instrumentos para reconstituir o passado, a partir do que pronunciam estes documentos. No entanto, tal perspectiva mudou e a ideia de interpretar o documento objetivando o encontro de uma “verdade”, que seria única e absoluta, adquire progressivamente maior resistência. Isso se dá pelo fato de que:

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. (FOUCAULT, 2012, p.08)

Através da análise dos enunciados de violência em relações afetivas e sexuais, percebi que alguns núcleos de significados se mostraram constantes na construção da inteligibilidade das

narrativas. Os capítulos dessa dissertação foram organizados visando demonstrar a coexistência e a articulação entre estes enunciados e os múltiplos discursos e significados aos quais podem estar relacionados.

No capítulo nomeado de “*Eixos teóricos*”, busco refletir sobre as categorias que direcionaram esta pesquisa, assim como procuro situar o contexto histórico e as diferentes abordagens sobre a qual os estudos sobre “gênero e violência” têm sido pensados no Brasil e em outros espaços. Autoras como Joan Scott (1990), Judith Butler (2003) e Teresa de Lauretis (1987) orientaram minhas reflexões sobre o conceito “gênero”, assim como Maria Filomena Gregori (1992), Carole Pateman (1993), Guacira Lopes Louro (1997), Bárbara Musumeci (1998), Henrieta Moore (2000), Heleieth Saffiotti (2007), Aparecida Fonseca e Bila Sorj (2009) se mostraram extremamente atuais neste diálogo.

Acredito que abordar algumas das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero no Brasil durante as décadas de 1980 a 2000, se faz necessário, mas não me aprofundo sobre esta temática, pois como tenho tentado deixar claro, meu objeto de estudo não são as violências vivenciadas pelos sujeitos que estabeleceram entre si algum envolvimento afetivo referenciado pela heteronormatividade como realidades empíricas, mas sim a produção do(s) significado(s) que se dão nestes enunciados e os discursos que se apresentam em suas margens.

Ainda no primeiro capítulo, os escritos de Michel Foucault (2006, 2011, 2012), de Tânia Montoro (1999) e Adriana Carvalho Lopes (1999) contribuíram para compreender a mídia como local de produção e difusão de discursos que se propõem como verdadeiros, possibilitando a visualização de que tais “discursos de verdade” são atravessados e resultam de jogos e disputas de poder.

No capítulo “*Amor, gênero e violência*” inicio então, a discussão sobre os núcleos de significados sobre os quais os enunciados do Jornal Pequeno são produzidos. Percebi que a ideia de que a violência em relações afetivas e sexuais deriva de sentimentos exacerbados que tem o amor como matriz é um dos elementos que se mostrou constante em alguns destes enunciados. Autores como Jurandir Costa Freire (1999) e Antony Giddens (1992) me auxiliaram na percepção de que tais notícias reificam algumas das noções sobre as quais os ideais do amor romântico têm se embasado nas sociedades ocidentais.

Localizei também reportagens que tratavam sobre “a violência contra as mulheres”, e que em sua grande maioria, foram construídas pela lógica dicotômica “vítima/agressor”, no qual as posições dos sujeitos parecem já estar previamente determinadas a partir de seu gênero: ao feminino pertence o lugar de vítima, e ao masculino, o lugar de agressor. Nesse sentido, busquei também observar os

significados produzidos nas notícias em que as mulheres rompem esta lógica, assumindo a autoria das agressões e homicídios contra seus companheiros.

No capítulo *“Violência e anormalidade nas páginas do Jornal Pequeno”*, objetivei mostrar como o discurso jurídico, criminal e psiquiátrico atravessa os enunciados, classificando os sujeitos em “normais” e “desviantes”. Novamente recorri a Michel Foucault (2010) e a Norbert Elias (2006) para compreender como o discurso jurídico-criminal e o psiquiátrico se entrelaçam na construção da inteligibilidade dos enunciados e na categorização dos sujeitos protagonistas da(s) violência(s) de gênero.

A utilização de estratégias visuais é outra particularidade do jornal e se configura como elemento que pode conferir maior veracidade àquilo que está sendo dito. Assim como o texto, as imagens também constroem os acontecimentos e se tornam a prova incontestável do “real”. Na maioria das vezes, o Jornal Pequeno usa fotografias para expor a violência: corpos e rostos ensanguentados, perfurados, estendidos no chão, materializam a transgressão, a anormalidade e a abjeção.

Há notícias que compreendo terem sido atravessadas por um caráter cômico, mas na produção do humor, do riso, também estão classificações e categorizações.

Por fim, as considerações que aqui apresento são interpretações, possibilidades de compreensão das notícias. Exatamente por serem possibilidades que entendo que “(...) um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2012, p.105).

2. EIXOS TEÓRICOS

2.1 Sobre a categoria “Gênero” como instrumento de análise sociológica

As mudanças no contexto político e social da década de 1960, além da aliança entre militância e academia, permitiram a constituição de um campo de saber específico sobre as mulheres, denominado Estudos sobre a Mulher ou Estudos Feministas, marcado pela interdisciplinaridade entre as várias ciências humanas (História, Antropologia, Sociologia, Psicanálise, etc).

Além de dar visibilidade às mulheres, os Estudos Feministas contribuíram para o questionamento de pressupostos tradicionais da ciência, tais como a objetividade, a neutralidade, o distanciamento e a isenção, considerados elementos indispensáveis para um fazer acadêmico legítimo. As pesquisadoras escreviam em primeira pessoa, assumindo que suas questões eram interessadas e que os estudos das mulheres buscavam por mudanças. Nesse sentido, transformar as mulheres em objeto da ciência foi um dos méritos destes estudos, porém, isto não foi o suficiente para alterar o estatuto marginal dos estudos sobre a mulher dentro das ciências humanas.

No contexto dos anos 1970, buscando enfatizar a construção social das distinções baseadas no sexo, as feministas propuseram a utilização do conceito gênero, que expandiu os objetivos do movimento e dos Estudos da Mulher ao rejeitar o determinismo biológico implícito nos termos “sexo” e “diferença sexual”. Assim, se a biologia determinava o que era macho e o que era fêmea, cabia à cultura inscrever os significados que produzem indivíduos nomeados e categorizados enquanto homem e mulher, como pertencentes aos gêneros masculino e feminino, respectivamente. Segundo Guacira Lopes Louro:

A emergência da categoria [gênero] representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiram na radicalidade que ela sugeria, uma virada epistemológica. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura das mulheres, sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações de poder. (LOURO, 2002, p.15)

O conceito foi apropriado por diversas correntes teóricas que como indica Joan Scott (1990), ora construíram suas lógicas de análise a partir das analogias com a oposição masculino/feminino, ora reconheceram uma “questão feminina”, ora se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva. No entanto, todas insistiram no caráter fixo e binário da construção dos gêneros, aceitando-a como se fosse evidente. Por essa razão, enquanto historiadora, Scott solicita que suas colegas historicizem e desconstruam os termos que colocam a diferença sexual como sendo natural, derrubando-a e deslocando sua hierarquização:

Não penso que nós devemos deixar os arquivos ao abandonar o estudo do passado, mas acredito, em compensação, que devemos mudar alguns de nossos hábitos de trabalho, algumas questões que temos colocado. Devemos examinar atentamente nosso método, de análise, clarificar nossas hipóteses principais, e explicar como pensamos que a mudança tem lugar. Ao invés de pesquisar as origens únicas, devemos conceber os processos de tal modo ligados entre eles que não poderiam estar separados (SCOTT, 1990, p.11 e 12).

Para ela, o gênero é um dos elementos constitutivos das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o primeiro modo de dar significado às relações de poder:

Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que

estas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial às fontes materiais e simbólicas), o gênero torna-se envolvido na concepção de poder (um controle ou um acesso diferencial às fontes materiais e simbólicas) (SCOTT, 1990, p.14).

Teresa de Lauretis (1987), outra autora que se insere nos estudos de gênero, formula algumas questões pertinentes para o pensamento feminista. Suas críticas também incidem sobre a fixação em conceber o gênero em torno da diferença sexual, que embora tenha sido útil na sustentação das primeiras intervenções, tornou-se um aprisionador do pensamento feminista na medida em que esta perspectiva coloca “homem” e “mulher” como identidades universais, dificultando a percepção das diferenças existentes nestas identidades (mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres que usam véu, entre outras).

Buscando a desconstrução da diferença sexual, Lauretis (1987) coloca que o gênero não é uma propriedade dos corpos ou algo que existe originalmente nos seres humanos, mas é um conjunto de efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais. Sustenta suas análises a partir do conceito de Michel Foucault (2006) de “tecnologia do sexo”², propondo que o gênero, tanto como representação quanto autorrepresentação, é produto de várias tecnologias (tecnologias de gênero), tais como o cinema, os discursos institucionalizados, as epistemologias, as práticas críticas e cotidianas, ou seja, o gênero não se constitui como uma propriedade dos corpos ou algo originalmente existente no ser humano.

Ainda nesta linha de pensamento, Judith Butler (2003) acentua algumas das reflexões das autoras citadas. Refletindo sobre a construção do binômio sexo/gênero, ela percebe que a distinção entre natureza(sexo) e cultura(gênero) pode sugerir que há uma descontinuidade entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos. Sendo assim, mesmo se supormos a estabilidade do sexo binário, os aparatos culturais que tomam por base as características naturais para nomear alguém como “homem” ou como “mulher” podem ser deslocados. A nomeação de um sujeito como “homem” ou “mulher”, por exemplo, não teria razões para estar vinculada aos limites da biologia, podendo ser apropriada por aqueles que extrapolam esta fixidez. Além disso, se é a cultura que constrói os gêneros, não há razão para que eles permaneçam em número de dois: feminino e masculino.

² Segundo Lauretis (1987), Foucault utiliza o conceito de “dispositivo de sexualidade” para referir-se a ‘um conjunto de técnicas para maximização da vida’, que tem sido desenvolvidas e implantadas pela burguesia desde o final do século XVIII, a fim de garantir sua sobrevivência como classe e sua hegemonia continuada. Essas técnicas envolveram a elaboração de discursos sobre quatro figuras privilegiadas: a sexualização das crianças e do corpo feminino, o controle da procriação, e a psiquiatrização de comportamentos sexuais anômalos como perversão.

Embora esta percepção se revele como uma considerável contribuição para as teorias feministas e de gênero, radicaliza suas posições ao contestar o caráter imutável do sexo, acreditando que ele possa ser tão discursivamente construído quanto o gênero. Sendo assim, compreende que:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (BUTLER, 2003, p.25).

Nesse sentido, a autora amplia o olhar quando propõe o sexo como parte de uma norma regulatória que produz os corpos que governa:

(...) o "sexo" é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o "sexo" e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas. O fato de que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta. (BUTLER, 2000, p.113)

Considerando que o “sexo” é o meio cultural, um processo que estabelece o “sexo natural” como anterior à própria cultura, a autora utiliza o conceito de *performatividade* para dar luz aos caminhos da materialização do sexo:

[...] a performatividade deve ser compreendida não como um "ato" singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. Nesse sentido, o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder. Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um constructo cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria - quer se entenda essa como o "corpo", quer como um suposto sexo. Ao invés disso, uma vez que o próprio "sexo" seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 2000, p.111)

O discurso filosófico ocidental presume que a “pessoa” tem algumas características básicas, como a consciência, a capacidade de linguagem ou deliberação moral. No entanto, a discussão sobre “identidade” não poderia ser feita se não levarmos em consideração a produção das identidades de gênero, uma vez que as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero de acordo com os padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero.

Por inteligibilidade de gênero, Butler (2003) refere-se à coerência e continuidade estabelecidas entre o sexo, o gênero, o desejo e a prática sexual, a partir das leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Assim, seria a matriz heterossexual

aquela que estabelece as normas inteligíveis de gênero ou a heteronormatividade, já que ela corresponde à necessidade de tal coerência.

Nesse sentido, compreendo que a mídia, em sua forma impressa, se constitui uma “tecnologia de gênero” (LAURETIS, 1987), ou seja, como sendo uma das técnicas que constrói os sujeitos enquanto “homens” ou “mulheres” em consonância a um sistema de “sexo/gênero”³ - sistema simbólico e de significados - que opera a partir de concepções culturais que colocam o “masculino” e o “feminino” como duas categorias complementares e mutuamente exclusivas, na qual todos os seres humanos devem se enquadrar.

Uma vez que o conceito de “tecnologia de gênero” se embasa no sistema sexo/gênero, me apropriando dele, mas utilizo a discussão feita por Judith Butler (2003) para realizar alguns avanços, deslocando o sexo de sua fixidez biológica, e situando a mídia como um dos meios que corroboram e produzem o sexo como pré-discursivo.

Embasando-me nesta discussão, o objetivo deste trabalho é analisar tanto a produção da diferença binária em notícias e reportagens veiculadas “Jornal Pequeno” (enunciados) sobre violência entre sujeitos que estabeleceram entre si relações afetivas e sexuais referenciadas no modelo heteronormativo, como visibilizar e compreender de que forma os diversos discursos ali presentes se condensam.

2.2 Poder e violência

A categoria “violência” tem sido historicamente pensada por diversos autores, muitas vezes a partir da articulação com o conceito de poder.

Hanna Arendt (2010) pensa poder e violência como termos opostos, uma vez que a afirmação absoluta de um significa a ausência do outro. Segundo a autora, o poder resulta da capacidade humana para agir em conjunto. O poder não é a propriedade de um indivíduo: ele pertence a um grupo e só existe enquanto este grupo se mantiver unido:

Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento

³ Partindo do dualismo natureza x cultura proposto por Lévi-Strauss, no ensaio “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”, Gayle Rubin (1975) propõe uma compreensão preliminar sobre o sistema sexo-gênero, definido como “(...)uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”. Ao permanecer no binômio natureza/cultura, porém, Rubin não questiona a categoria “sexo” e seu caráter culturalmente construído.

em que o grupo do qual se origina o poder desde o começo (...) desaparece, “seu poder” também se esvanece. (ARENDT, 2010, p.61)

A autora distingue “vigor”, “força” e “autoridade” de “violência”. O “vigor” se refere a algo singular, se constitui como propriedade de uma pessoa ou de um objeto. Quando dizemos que um homem é poderoso, por exemplo, estamos nos referindo ao “vigor”; já a “força”, entendida como sinônimo de violência, deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais; a “autoridade” se refere ao reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeçam.

Ressalta que é tentador pensar o poder em termos de comando e obediência, equiparando poder e violência. No entanto, deixa claro que o domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido (ARENDT, 2010).

Michel Foucault (2012), por sua vez, não pensa o poder como realidade que possua uma natureza ou uma essência possível de definir a partir de características universais. O poder não existe como algo unitário e global, mas sim como uma prática social, construída historicamente que se apresenta em formas heterogêneas que estão em constante transformação.

Formula a ideia de ‘poder microfísico’ para se referir aos poderes moleculares que se espalham em diferentes pontos da rede social, e existem integrados ou não ao Estado. De fato, com esta proposta, o francês pretendia se opor à noção de que o Estado seria o órgão central e único de poder, ou que as redes de poderes das sociedades modernas seriam um simples prolongamento dos efeitos do Estado. Por essa razão, grande parte de suas investigações se concentraram nas técnicas de poder que produzem saberes sobre o criminoso, a sexualidade, a doença, a loucura, entre outros.

O autor busca entender o modo de ação do poder na sociedade, e por isso, não o define como um fenômeno que se caracteriza unicamente por seu caráter repressor, que limita e castiga. Ele não nega que a proibição seja uma de suas faces, no entanto, percebe que no poder também existe uma dimensão positiva: o da produção. Assim:

Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. Pois o seu objetivo básico não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivos ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos do contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. (MACHADO, 2012, p.20)

A concepção de poder produtivo é demonstrada quando analisa o poder disciplinar, compreendido como um conjunto de métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo.

A disciplina se caracterizaria por alguns elementos. Primeiro, por ser uma técnica de distribuição dos indivíduos que os insere em um espaço individualizado, classificatório, - embora esta seja apenas uma de suas dimensões - mas não necessariamente ela se manifesta exclusivamente nos espaços fechados. Segundo, a disciplina busca a sujeição do corpo ao tempo, com o objetivo de produzir o máximo de rapidez e eficácia. Terceiro, a vigilância se constitui como um de seus principais instrumentos de controle, que penetra nos lugares mais íntimos do indivíduo. E, por fim, a disciplina produz um saber: o olhar que controla é o mesmo que extrai informações.

Quando estuda o nascimento da clínica, por exemplo, ele percebe que a medicina psiquiátrica se volta para o controle do louco, cria o hospício como o espaço específico para tratá-lo, monta uma rede de vigilância composta por médicos, enfermeiros e serventes, um conjunto de técnicas que inter-relacionadas produzem um novo sujeito: o doente mental. Nesse sentido, propõe a compreensão do indivíduo como uma produção do poder e do saber, ou seja, o indivíduo não é uma realidade exterior ao poder, mas sim um de seus efeitos.

O autor também acrescenta a noção de “resistência”, sendo esta uma das manifestações do poder:

Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo o poder sobre o outro, um poder só se pode exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação – não haveria de forma alguma relações de poder. (FOUCAULT apud ZIMMERMAN, 2012, p.17)

As contribuições de Hannah Arendt (2010) e Michel Foucault (2012) sobre a relação entre poder e violência possibilitaram que alguns pesquisadores sobre “gênero e violência” não se limitassem à ideia de dominação masculina.

2.3 Percurso histórico e reflexões sobre os estudos de gênero e violência

Existe certo consenso entre pesquisadores e estudiosos da temática “gênero e violência” de que os casos de agressões físicas, psicológicas e verbais entre sujeitos envolvidos em relações afetivas e sexuais referenciados a partir da matriz heteronormativa, não é historicamente algo recente. No entanto, embora se reconheça que agressões, espancamentos, torturas, entre homens e mulheres envolvidos em relações afetivas e sexuais eram percebidos como violentos, no Brasil, esta questão permaneceu até meados de 1980 como elemento exclusivo da vida privada, cabendo apenas às partes envolvidas lidar com ela.

Sua institucionalização enquanto problema social no país mescla-se com a trajetória do feminismo brasileiro, constituindo-se um dos mais significativos pontos da agenda de reivindicações

do movimento. É necessário salientar, no entanto, que o feminismo não é uma entidade concreta, nem tampouco um movimento unificado, já que apresenta tendências e ideias diversas entre si. Maria Filomena Gregori concebe-o de forma simplificada como “(...) um conjunto de noções que define a relação entre os sexos como uma relação de assimetria, construída social e culturalmente, na qual o feminino é o lugar e o atributo da inferioridade” (Gregori, 1992, p.15).

O(s) movimento(s) feminista(s), e não apenas ele(s), se constrói sobre o princípio da igualdade, que por sua vez, é absoluta e historicamente contingente. Gestado nos processos que culminaram com a Revolução Francesa em 1789, o ideal de “igualdade” indicava que todos os indivíduos seriam os mesmos em termos de representação e participação política. Ser um “indivíduo”, porém, significava possuir certos atributos que nem todos carregavam: marcações como a raça e o gênero determinavam a quem a “igualdade” não se destinava. No entanto, as especificidades e atributos que formam o modelo para a igualdade têm passado por constantes mudanças:

(...) a ideia de que todos os indivíduos poderiam ser tratados igualmente inspirou aqueles que se encontraram excluídos do acesso a algo que eles e suas sociedades consideravam um direito (educação, trabalho, salários de subsistência, propriedade, cidadania) a reivindicarem a inclusão através de um desafio aos modelos que garantiam a igualdade para uns e a negavam para outros. (SCOTT, 2005, p.17)

Joan Scott (2005) reflete sobre as contradições e paradoxos que movimentos como o feminista atravessam. Identificar-se como “mulher”, por exemplo, é ao mesmo tempo, recusar as diferenças de gênero sobre as quais se produzem as desigualdades, mas também aceitá-las, pois é a partir destas diferenças que as identidades de grupo podem ser produzidas e a igualdade pode ser reivindicada:

O feminismo foi um protesto contra a exclusão das mulheres da política. Seu objetivo foi o de eliminar a diferença sexual na política, mas a sua campanha foi voltada às mulheres. Pelo fato de agir em favor das mulheres, o feminismo produziu a diferença sexual que buscava eliminar – chamando a atenção exatamente para a questão que pretendia eliminar. (SCOTT, 2005, p.21)

No Brasil, o movimento feminista tem nuances específicas: solidifica-se em meados da década de 1970, como desdobramento do processo de modernização do país, diferenciando-se em inúmeros aspectos do movimento de países europeus de tradição liberal e democrática, cuja linguagem política predominante dizia respeito aos direitos individuais das mulheres decidirem sobre seu corpo:

Hoje, parece impossível pensar democracia, cidadania, desigualdades sociais, mudanças na organização da família, formas do trabalho, entre tantas outras dimensões da vida social, sem ter como referência a constituição de um novo sujeito social, as mulheres, e uma forma de dominação, a de gênero, construído pelo discurso feminista. (MORAES; SORJ, 2009, p.11).

A origem social das militantes brasileiras encontrava-se nas classes médias altamente escolarizadas, próximas dos movimentos de esquerda do país durante o contexto da repressão militar.

A luta pela redemocratização aproximou-as de grupos sociais diversos, sensibilizando-as para a questão das desigualdades sociais que mulheres de outros estratos da sociedade enfrentavam.

Aparecida Fonseca (2009) aponta outras especificidades do movimento brasileiro, colocando que foram os direitos sociais que forneceram legitimidade ao discurso feminista no país, uma vez que a validação dos direitos sexuais como um exercício dos direitos individuais das mulheres encontrou fortes resistências, tanto de setores conservadores como a Igreja Católica, quanto de setores da esquerda e do próprio feminismo, que não estavam completamente confortáveis com demandas pela liberdade individual.

A repercussão dada pela mídia a partir da década de 1980 ao assassinato de mulheres das camadas médias por seus maridos e companheiros foi um dos eventos deflagradores para que a violência em relações afetivas e sexuais se tornasse visível no Brasil, transformando-se em uma das demandas na agenda pública. A exposição dos casos contribuiu para a dessacralização da família e do lar, antes percebidos como espaços autônomos, separados do público. Comportamentos antes considerados tradicionais foram desnaturalizados e classificados como criminosos, violentos, agressivos:

Em vez do simples controle dos excessos, dos afetos, dos desvios e diferenças, o movimento contra a violência estaria transferindo para o domínio público as turbulências, perplexidades e incertezas vividas na privacidade. Estaria desestabilizando, redefinindo e realocando o foco das percepções sobre dominação, controle, poder. Por romper as velhas estruturas do patriarcalismo e desnaturalizar os dispositivos que asseguram o livre exercício da violência familiar, estaria, pragmaticamente, produzindo condições de ampliação da democracia, a despeito de seus efeitos colaterais. (MUSUMECI, 1998, p.33)

Musumeci (1998) coloca que nesse processo, o castigo físico, o olhar malicioso, o comentário grosseiro, o contato sexual indesejado, as agressões verbais foram tipificadas como abuso e, portanto, passíveis de punição.

Guita Grin Debert e Maria Filomena Gregori (2008) argumentam que os movimentos das sociedades ocidentais contemporâneas têm recorrido cada vez mais às instituições do sistema jurídico como meio para resolução de suas demandas. A expressão “judicialização das relações sociais” é utilizada para se referir à penetração do direito na vida social, inclusive em instâncias ditas privadas.

A aliança entre feminismo e academia, já salientada no início do tópico, proporcionou inúmeros trabalhos sobre “gênero e violência”. Por essa razão, essas pesquisas têm um marcado caráter militante e “(...)Assumem a falta de neutralidade daqueles que tomam seus estudos e pesquisas como instrumento adequado para denunciar o problema e formular soluções concretas para suprimi-lo” (Gregori, 1993, p.124).

Buscando entender as bases da violência de gênero, algumas autoras se debruçaram sobre o patriarcado. Carole Pateman (1988), por exemplo, retoma a teoria do contrato social original, propondo a compreensão de que o contrato original é um pacto sexual-social que estabelece a dominação dos homens sobre as mulheres, assim como o direito masculino de acesso sexual regular a elas, dado este que tem sido invisibilizado ao longo da história.

O contrato social original supõe que todos os homens nascem livres e são iguais entre si, são indivíduos. Tal pressuposto levou à rejeição de todos os argumentos em favor da subordinação. O governo de um homem sobre o outro, sem que os princípios da liberdade individual fossem feridos, só poderia existir mediante um acordo. No entanto, as mulheres não nascem naturalmente livres: elas são o objeto do próprio acordo. A liberdade civil não é universal, é um atributo masculino. O contrato original é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno:

A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição. As mulheres não participam do contrato original através do qual os homens transformam sua liberdade natural na segurança da liberdade civil. As mulheres são o objeto do contrato. O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil. (PATEMAN, 1988, p.21)

A autora também coloca que o termo “patriarcado” foi interpretado pelos teóricos políticos no sentido literal de “direito paterno”, porém este direito é somente uma das dimensões do poder patriarcal, e não a fundamental. O poder de um homem enquanto pai é posterior ao direito de um homem (marido) sobre sua esposa. Pateman (1998) enfatiza que na sociedade moderna, as mulheres são subordinadas aos homens enquanto homens.

É necessário salientar que sob a perspectiva da existência do patriarcado, as violências que as mulheres produzem contra seus companheiros são consideradas como atos de reação ou como atos isolados que não abalam este sistema de relação, uma vez que ela não é vista como sujeito constituinte de sua situação. No entanto, há autores que buscam traçar caminhos alternativos a esta posição e tem pensado a violência como apenas um dos elementos que fazem parte de um complexo jogo de poder no âmbito das relações de gênero.

Tomando por base o patriarcado, os pesquisadores têm buscado a construção de algumas definições. No entanto, como destaca Bárbara Musumeci:

Apesar de delimitarem experiências específicas, os termos “violência doméstica”, “violência familiar”, “violência contra a mulher”, “violência de gênero” e “violência conjugal” são frequentemente utilizados como sinônimos, uma vez que há muitas zonas de intersecção entre os acontecimentos e os vínculos que cada um desses conceitos encobre (Musumeci, 2009, p.144).

No Brasil, a perspectiva dominante corroborada por grande parte das feministas é a de que a violência expressa uma relação hierárquica entre os sexos. No entanto, considerando que a posição

de vulnerabilidade não seria exclusiva das mulheres, à medida que os comportamentos foram sendo criminalizados, novos sujeitos (crianças, adolescentes, idosos) e novas classificações foram incorporadas.

Particularmente, escolhi a utilização do termo “violência em relações afetivas e sexuais” visando escapar aos essencialismos e determinismos que talvez quaisquer um dos demais conceitos acima poderiam me levar. Embora, como já salientei, este estudo não seja sobre a violência em relações afetivas e sexuais como fenômeno em si, o diálogo com este referencial teórico é inevitável e necessário. Dessa forma, entendo que o termo tem maior abrangência, pois não delimita espaços físicos para a ocorrência das agressões e/ou homicídios, assim como não pré-estabelece as posições dos sujeitos das relações.

Aproximo-me de autoras que têm buscado pensar a violência nestas relações para além da lógica patriarcal. Sendo assim, os estudos de Michel Foucault (2012) sobre o(s) poder(res) se revelaram importantes para este outro tipo de compreensão. Como já colocado, o autor sugere que o(s) poder(es) não está(ão) localizado em nenhum ponto específico da estrutura social, mas funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa. Percebe o poder como um conjunto de relações, e não como algo que alguém detém, questionando a ideia de que de um lado, estão aqueles que detém o poder, e de outro os que se encontram excluídos. Vê que o poder não existe em si, e o que há são práticas ou relações de poder.

Claramente, acredito que os estudos que se referenciaram no patriarcado não devem ser desconsiderados. Concordo, porém, com o que propõe Maria Filomena Gregori (1992), uma das autoras que tem realizado suas pesquisas por um viés mais relativista, quando diz que ao adotar esta perspectiva, é possível tomar como objeto a violência presente em relacionamentos afetivos e sexuais sem criar necessariamente uma dualidade redutora do tipo algoz/vítima, agressor/ativo e agredido/passivo, assim como poderíamos perceber que os padrões gerais que orientam o comportamento dos indivíduos estão em movimento, o que implica combinações, ambiguidades e diversidades, não havendo lugar para determinações imediatas e mecânicas:

Nessa medida, é importante mostrar como esse movimento de combinação é realizado, o que ajuda a compreender, sob uma ótica mais rica, as diferenças entre os vários significados que assume a violência nos diversos relacionamentos: o sadomasoquismo na sexualidade de alguns casais, a briga lúdica entre crianças, a briga passional entre mulheres na disputa de um homem, o espancamento com caráter punitivo, etc. (GREGORI, 1992, p.130)

Os estudos pós-estruturalistas e sua apropriação por acadêmicas feministas também têm se constituído como um dos pontos centrais de críticas ao feminismo tradicional e de contribuição para os estudos sobre gênero e violência.

De acordo com Judith Butler (2003), a teoria feminista se construiu presumindo a existência de uma identidade definida e compreendida pela categoria “mulheres”, algo que tem sido questionado dentro da própria teoria. Considerando que o sujeito é um dos elementos fundamentais da política representacional, a autora recorre a Michel Foucault (1990) segundo o qual o poder jurídico não tem função apenas de limitar, regular e proibir, mas também o de produzir. Assim, entende que os domínios da “representação” política e lingüística estabelecem *a priori* os critérios segundo os quais os sujeitos são constituídos, o que nos leva a compreensão de que a identidade “mulheres” é efeito de uma dada formação discursiva e de um tipo de política representacional. Sua gestação está vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão, invisibilizados e naturalizados ao longo do próprio processo de construção. Não há um sujeito natural, situado antes da lei, em busca de representação, mas a invocação desse “antes” é a premissa básica do contrato social e do liberalismo clássico. Portanto, não basta à política feminista buscar a representatividade do sujeito “mulheres”, mas também é preciso descobrir como este sujeito tem sido produzido e reprimido pelas mesmas estruturas que deveriam emancipá-lo.

Butler (2003) reflete sobre as limitações decorrentes da homogeneização imposta pelo termo “mulheres”, uma vez que o gênero não se constitui de forma coerente nos diferentes contextos históricos e estabelece intersecção com outros marcadores sociais, tais como a raça, a classe, a etnia.

Mariano (2005) diz que as feministas negras, as latino-americanas, as feministas lésbicas, por exemplo, denunciaram que a unidade entre as “mulheres” se vinculava a um feminismo branco e dominante, sendo do mesmo modo opressor e excludente, ou seja, a tentativa de unificação acabava por criar facções no interior do feminismo.

Quando diz que “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2003, p.59), Butler nos permite perceber que “ser mulher” é um processo que não tem nem uma origem nem um fim.

A crítica à categoria “mulheres” e à política identitária se tornaram algumas das questões centrais para aquelas que se encontram afinadas com a perspectiva do feminismo pós-estruturalista. Isso não significa, porém, que estejam propondo o fim da política representacional ou a morte do sujeito, mas percebem que ao invés de pensar em teorias que concebem o sujeito previamente, é necessário pensar como tem se dado essa construção e como diferenças e hierarquias são legitimadas nas relações de poder.

Ainda que a perspectiva pós-estruturalista do feminismo esteja ganhando mais espaço para questionamentos e discussões, as políticas de combate à violência de gênero no Brasil se fundamentam pelo reconhecimento da opressão das mulheres e tem como objetivo mudar essa posição. Destaco nas páginas seguintes três destas políticas: as Delegacias Especiais da Mulher, os Juizados Especiais Criminais e a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha).

2.3.1 Conquistas e contradições na implantação de políticas de combate à violência de gênero no Brasil

Segundo Aparecida Fonseca (2009), a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, cuja função é identificar, averiguar e criminalizar as agressões contra a mulher é considerada a mais importante inovação institucional brasileira na área da violência, sobretudo por terem introduzido o mundo da intimidade conjugal à lei.

A implantação das primeiras DEAM's ocorreu na década de 1980. Porém, àquele momento, a cultura jurídica brasileira não reconhecia a violência contra a mulher como um crime, ou seja, não havia lei que a designasse como tal. Nesse sentido, a classificação de determinado ato como “tipo penal” dependia principalmente da interpretação que a/o agente tinha da queixa enunciada pela vítima. Todo o saber disponível que orientava o atendimento e o encaminhamento dos casos estava atrelado às demandas apresentadas, e assim, a violência conjugal parece ter se constituído com o modelo paradigmático a descrever a violência contra a mulher, uma vez que os dados indicavam que a procura maior pela delegacia era de mulheres dos estratos mais pobres da sociedade que se queixavam de seus companheiros, maridos ou parceiros no ambiente doméstico (DEBERT; GREGORI; 2005).

Havia a expectativa por parte de algumas feministas de que a DEAM's, além de se constituírem como o lugar no qual as mulheres poderiam receber o tratamento digno e especializado que não encontravam em outras delegacias ao denunciar as agressões e abusos que lhes vitimavam, fosse também um espaço no qual elas pudessem adquirir consciência de seus direitos. No entanto, estas expectativas foram frustradas diante da constatação de que um grande número de denúncias não se transformava em processo porque as próprias queixosas retiravam-nas antes:

As pesquisas de cunho etnográfico mostraram que as mulheres atendidas pelas DDMs descreviam os conflitos sem mencionarem a categoria violência. No mais das vezes, referiam-se “às graças”, “às ignorâncias” dos maridos como excessivas e inaceitáveis, mas, nem por isso, manifestavam qualquer reconhecimento sobre os efeitos de tais atitudes no que se refere a esperar que seus relacionamentos transcorressem em bases mais igualitárias. (DEBERT; GREGORI, 2008, p.169)

Em estudo sobre as instituições, atores e políticas públicas de combate à violência conjugal no Rio de Janeiro, Moraes e Gomes (2009) identificaram que a constituição da DEAM como um equipamento de proteção a um grupo específico da população introduz uma série de tensões. Entre elas, está a formação profissional do policial que não é preparado para lidar com particularidades, ou seja, com os direitos de grupos e de minorias, mas sim por uma perspectiva universalista. Assim, alguns destes sujeitos veem a violência contra a mulher no âmbito das relações afetivas, como um acontecimento de domínio da vida privada, cujas soluções excedem às possibilidades de atuação da própria polícia.

No Maranhão, a trajetória de enfrentamento à violência contra a mulher também se inicia nos anos 1980, a partir da criação do Grupo de Mulheres da Ilha, constituído por professoras universitárias, educadoras populares, profissionais liberais, estudantes, etc. Embora esta não tenha sido o eixo principal escolhido pelo Grupo, o tema perpassava a história da organização:

[...] o Grupo de Mulheres da Ilha desnudava um fato que havia se tornado comum: esta violência obedece a uma escalada que começa dentro do lar e vai se reproduzindo até os espaços públicos. A vileza dessa situação se consoma no momento em que a mulher se sente aprisionada, impedida de se ver como um ser, cidadã, como sujeito de direito, ao ponto de algumas delas considerarem normal e/ou justificada a violência de seus parceiros. (FERREIRA, 2007, p.158)

A criação no ano de 1995 dos Juizados Especiais Criminais⁴ a partir da Lei 9.099/95 trouxe novas configurações ao tratamento dado à violência conjugal, que foi designada como um crime de menor potencial ofensivo⁵. Seu surgimento baseia-se no princípio da conciliação e relaciona-se à noção de desburocratização operada pelo Estado brasileiro, que desde o início dos anos 1980, buscava “desafogar” o sistema judiciário e superar os problemas da justiça tradicional (ROMEIRO, 2009).

A ideia de despenalização implementada pelos JECRIMS surgiu como possibilidade de se efetivar no Brasil mecanismos jurídicos mais consoantes com a perspectiva dos direitos humanos de agilidade nos processos, acesso à justiça por maior parte da população e de aplicação de penas alternativas ao encarceramento. No entanto, para as feministas, cuja luta histórica se concentrou justamente pela criminalização e punição dos casos de violência conjugal, esta nova classificação significou um retrocesso. Como coloca Heleieth Saffioti:

No Brasil, a multa irrisória tem sido uma pena alternativa muito utilizada, ficando os homens legalmente autorizados a voltar a agredir suas companheiras. (...) Há casos de mulheres que

⁴ Os Juizados Especiais Criminais possuem competência para cuidar apenas de casos que não ultrapassem dois anos de detenção.

⁵ Guita Grin Debert (2007) aponta alguns estudos brasileiros sobre os JECRIMS que demonstraram que a maioria dos casos que ali chegavam se referia à lesão corporal leve e à ameaça.

apresentaram queixas a DDMS, tendo sido elaborado os termos circunstanciados (TC), que substituíram os boletins de ocorrência em crimes de menor potencial ofensivo, por três e até sete vezes. Seus companheiros não apenas voltaram a praticar toda espécie de violência (...) como assassinaram algumas. Audiências são realizadas, muitas vezes, nos corredores dos fóruns por mesárias, sem a presença de juiz nem promotor. (SAFFIOTI, 2004, p.92)

As feministas se detiveram em debater as práticas dos JECRIMS de banalização da violência, o despreparo dos conciliadores, à visão tradicional que a Justiça tinha sobre a instituição “família”⁶ e às punições aplicadas aos agressores, como o pagamento de cestas básicas, uma das críticas mais proeminentes.

O Consórcio Feminista⁷ retomou o combate à violência contra a mulher como seu principal objetivo político e dedicou-se na elaboração de um projeto de lei capaz de atender às especificidades dos casos de violência que ocorrem nas relações de gênero. O resultado desta demanda foi a aprovação da Lei 11.340/06, ou Lei Maria da Penha, que instituiu a criação de Varas e Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, e deixa de caracterizar a “violência conjugal” como crime de menor potencial ofensivo, retirando-os da esfera de atuação dos JECRIMS. (Romeiro, 2009)

A lei 11.340/06 expandiu a compreensão sobre a violência, tipificando as agressões que não afligem somente os corpos das mulheres, como a violência psicológica, a violência moral e a violência patrimonial, assim como reforça o processo de politização do espaço privado.

A atuação das DEAMS e dos JECRIMS foram igualmente alterados pela lei. A instauração dos inquéritos policiais, por exemplo, poderia a partir de então, ocorrer de duas maneiras: a queixa é registrada pela “vítima” na Delegacia de Polícia e não pode ser retirada, a não ser perante o juiz; ou o Ministério Público, a partir de denúncia ou flagrante não precisa ser autorizado pela vítima para instaurar o inquérito policial (ROMEIRO, 2009)

A introdução de medidas de apoio assistencial à mulher violentada e aos seus descendentes, como a criação de grupos de apoio multidisciplinar capacitados a dar assistência, jurídica e de saúde também está previsto pela lei.

Os avanços obtidos pela Lei Maria da Penha, porém, não vieram sem críticas. Chies (2006), por exemplo, considera-a um retrocesso para a justiça brasileira por anular as práticas conciliatórias dos JECRIMS, retornando a um modelo tradicional de justiça, comprovadamente ineficaz e que se

⁶ Segundo Guita Grin Debert (2007), o JECRIM opera com a noção de “defesa da família”, entendendo-a enquanto instituição estruturada em relações de afeto e complementaridade de deveres e obrigações diferenciados de acordo com o gênero e a geração de seus membros.

⁷ Refere-se às entidades que estiveram à frente da proposta de criação da Lei Maria da Penha. Ver em: ROMEIRO, 2009, p.61.

alicerça no inquérito, na investigação e na construção de um processo, em detrimento da agilidade processual e dos baixos custos.

Outra crítica recorrente diz respeito à opção do encarceramento como forma de punição, encarado por alguns operadores jurídicos como uma contradição à própria luta feminista pela efetivação dos direitos humanos. (CHIES, 2006)

Bárbara Musumeci (1999) destaca que é impressionante a atenção que a violência nas relações de gênero passou a merecer nas últimas décadas. Denúncias, pesquisas, testemunhos corajosos, a aliança entre ativistas e vítimas e a troca de experiência entre estas mulheres, deslocou os sofrimentos vividos na intimidade para o espaço público. No entanto, para além da conquista de direitos, estamos em processo de definição e redefinição de problemas, de criação e mutação de conceitos.

2.4 Mídia, discurso e poder

Quando Michel Foucault (2006) volta-se para o estudo da sexualidade, localiza o século XVIII como o momento em que nasce uma incitação política, econômica, e técnica em se falar sobre o sexo para além do viés da moral cristã. “O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos” (Foucault, 2006, p.31).

Cita como exemplo o surgimento da “população” como um problema econômico e político, com o qual os governos têm que administrar em meados do século XVIII. É preciso lidar com taxas de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a frequência das relações sexuais, as práticas contraceptivas, entre outros. As sociedades percebem que seu futuro depende de como seus cidadãos usam o sexo. Assim, o autor opõe-se à “hipótese repressiva”, ou seja, à ideia de que é no século XVII que os ocidentais começam a se tornar reprimidos em relação à sua sexualidade, e afirma que não se falou menos do sexo naquele momento, apenas falou-se de outra maneira, a partir de outros pontos de vistas, para se obter outros efeitos:

Desde o século XVIII o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado. (...) Do singular imperativo, que impõe a cada um fazer de sua sexualidade um discurso permanente, aos múltiplos mecanismos que, na ordem da economia, da pedagogia, da medicina e da justiça incitam, extraem, organizam e institucionalizam o discurso do sexo, foi imensa a prolixidade que nossa civilização exigiu e organizou. Talvez nenhum outro tipo de sociedade jamais tenha acumulado, e num período histórico relativamente tão curto, uma tal quantidade de discurso sobre o sexo. (FOUCAULT, 2006, p.39)

Em resposta a essa urgência surge um conjunto heterogêneo de “(...) discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” a falar sobre o sexo, assumindo a forma de um dispositivo de sexualidade (Foucault, 2006, p.364).

A confissão, por exemplo, se constituiu como uma das principais técnicas de esquadramento dos indivíduos e de produção da verdade do sexo. O cristianismo instaurou o rito da confissão como dever fundamental, fazendo o sexo passar pelos domínios da palavra. Confessava-se não somente os atos, mas pensamentos, desejos, sonhos. Esse procedimento, no entanto, torna-se mais sofisticado a partir do século XIX quando o discurso científico se apropria dele, constituindo no Ocidente, uma *scientia sexualis*.

Parece claro para Foucault, que o sexo é efeito das relações de poder, e não se constitui, portanto, como algo pré-existente. Como nos indica Lauretis (1987), ele, no entanto, não pensou como o dispositivo de sexualidade age na produção do “gendramento” dos sujeitos, ou seja, na construção e diferenciação da masculinidade e da feminilidade. Como construto sócio-cultural e aparato semiótico, o sistema sexo-gênero atribui significados aos indivíduos. Assumir-se como e/ou representar-se como pertencente a um gênero é reconhecer tais significados:

Discursos sobre gênero e categorias de gênero não são poderosos porque oferecem descrições acuradas de práticas e experiências sociais, mas porque, entre outras coisas, produzem homens e mulheres marcados por gênero, como pessoas que são definidas pela diferença. Essas formas de diferença são o resultado da operação da significação e do discurso, e quando postas em jogo fazem surgir os efeitos discursivos que produzem a própria diferença de gênero, assim como categorizações de gênero. (MOORE, 2000, p.17)

Entendendo que “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2011, p.10), podemos perceber as relações que verdade, mídia e poder estabelecem entre si.

Considerando igualmente o que Foucault diz sobre “a verdade” ser deste mundo, isto é, que ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e produz efeitos regulamentados de poder, é possível entender que a verdade não existe fora do poder, e que cada sociedade tem seu “regime de verdade”, ou seja:

(...) os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2012, p.52).

A imensa difusão e consumo são apontadas pelo autor como uma das características⁸ historicamente importantes sobre a “economia política” da verdade em nossas sociedades. Além disso, ele aponta também para a questão de que ela é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns aparelhos políticos ou econômicos, dentre os quais destaca-se os meios de comunicação. Dessa forma, pode-se afirmar que a mídia, e mais especificamente no caso deste estudo, os jornais impressos se constituem como locais de (re)produção e circulação de discursos de gênero que se enunciam como verdadeiros:

(...) somos obrigados pelo poder a produzir a verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la. (...) Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou de morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 2012, p.279).

Ao pensar o papel do intelectual, ele coloca que este sujeito tinha como função dizer “a verdade” àqueles que não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la. No entanto, o autor nos adverte que as massas não necessitam dos intelectuais para saber; elas sabem muito melhor do que os próprios intelectuais. No entanto:

(...) existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. (FOUCAULT, 2012, p.131)

O que o autor nos solicita é a percepção de que para que um discurso seja admitido como verdadeiro, é preciso que aquele que o pronuncia seja reconhecido como alguém que pode fazê-lo. Assim, vejo o jornalista como aquele que assume o papel do intelectual, aquele que age como a voz da consciência da sociedade. Essa consciência, porém, representa uma opção, e como diz Adriana Carvalho Lopes, isto “(...) significa definir o que é notícia, como será publicada, com que destaque, com que favorecimento e o que será excluído e selecionado da notícia” (LOPES, 1999, p.124).

Retomando Henrieta Moore (2000), se assumir um gênero é reconhecer os significados que ele carrega, a autora também faz indicações a respeito de algo que nem sempre aqueles que estudam as representações sociais parecem estar atentos: as representações de gênero dominantes, muitas vezes tem apenas relações tangenciais com os comportamentos, qualidades, atributos e autoimagens

⁸ Michel Foucault também aponta como características o fato de que a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem, e está submetida a uma constante incitação econômica e política.

das mulheres e homens individuais. Assim, é problemático explicar como tais comportamentos são reproduzidos quando poucos parecem acreditar neles completamente.

A ideia de “representação social” tem sido objeto de estudo recorrente dentro de diversas áreas do conhecimento como as Ciências Sociais, a Linguística, a Psicologia Social, entre outras. Para João Carlos Cattelan:

(...) uma RS tem, pelo menos, quatro sentidos: *estar no lugar de*, daí sua natureza simbólica; *construir uma forma de ver* o real e não do real propriamente dito; *voltar a falar sobre* (...), a restituição de algo ausente; e *representar-se*, pois aquele que diz, além de produzir um discurso, é produzido por ele (...) (CATTELAN, 2007, p.85).

Como destaca Maria Stella Grossi Porto (2006), a noção de “representação” nasceu com Émile Durkheim que a pensou como um fato social, ou seja, as representações são:

(...) comuns à um grupo social inteiro {e} correspondem à maneira como esse ser especial que é a sociedade pensa as coisas de sua experiência própria... mesmo quando essas representações têm o caráter geral, que lhes é mais habitual, elas são obra da sociedade e ricas de sua experiência (DURKHEIM apud PORTO, 2006, p.6).

Durkheim entende que as representações são coletivas, autônomas e se impõem sobre as representações individuais. Assim, uma das limitações na abordagem durkheimiana está na homogeneidade das representações coletivas, o que inviabiliza a percepção da fragmentação, da pluralidade das representações, em especial nas sociedades contemporâneas. (PORTO, 2006)

Pierre Bourdieu (2007) propõe outra compreensão: a de que os diferentes atores/agentes sociais estão em luta simbólica pela nomeação legítima da visão do mundo social. Assim, a representação não se relaciona apenas à forma como os agentes sociais percebem o mundo, mas também:

(...) a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo e, assim, para a própria construção desse mundo, por meio do *trabalho de representação* (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem a sua visão do mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social (BOURDIEU, 2007, p.139).

O autor reitera que:

As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objectivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo social como ele é, aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele (...)” (BOURDIEU, 2007, p.141)

No entanto, mesmo que possamos admitir que os atores sociais estão em constante disputa pela nomeação legítima, para imporem a definição de mundo social mais conforme aos seus interesses, a noção de poder simbólico proposta por ele, ou seja, a ideia de “(...) um poder invisível o

qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2007, p.7) parece fornecer poucas possibilidades de compreender que a(s) representação(ões) tida(s) como “legítima(s)” podem não ser totalmente aceitas, absorvidas e reproduzidas pelos sujeitos.

Nesse sentido, se pensarmos que o gênero “(...) é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura ou realidade” (Butler, 2003, p.37), vejo que a produção do(s) gênero(s) se dá a partir de múltiplos discursos e diferentes práticas discursivas que fornecem posições, que interseccionam-se, ora podendo ser assumidas, ora podendo ser abandonadas pelos sujeitos. Assim, o olhar atento sobre as notícias de violência em relações afetivas e sexuais pode nos revelar aquilo que Moore (2000) observa: as representações de gênero dominantes, muitas vezes têm apenas relações tangenciais com os comportamentos, qualidades, atributos e auto-imagens das mulheres e homens individuais.

3. AMOR, GÊNERO E VIOLÊNCIA

3.1 “Abuso, Absurdo. Covardia!”: a violência contra as mulheres pela ótica do Jornal Pequeno

O Jornal Pequeno produziu várias notícias e matérias ao longo da década de 2000 sobre os diversos tipos de violência sofridos pelas mulheres maranhenses. Para além das narrativas dos casos, é possível perceber o envolvimento do redator com os eventos narrados. A matéria do dia 14 de novembro de 2000, cujo título era “Polícia registra novos crimes contra as mulheres”, começa da seguinte forma:

Abuso, Absurdo. Covardia. Esta é a voz das ruas. A população ludovicence assiste, indignada, aos crimes que têm sido cometidos nos últimos dias contra mulheres.

Na quinta-feira, duas universitárias foram estupradas na região do Altos do Calhau. Elas foram abordadas por dois homens que consumaram a violência, uma tortura que durou mais de três horas. No sábado à noite, em um terreno baldio do Itapiracó, foi encontrada estrangulada dentro de um Fiat Palio, a farmacêutica Elcy Bispo. A Polícia trabalha com a hipótese de crime passionai.

Ainda na mesma noite, Raimunda Nonata Silva Torres, 23 anos, foi assassinada com mais de sessenta facadas por todo o corpo. Uma faca ficou encravada em seu pescoço. O exame revelou que Raimunda Nonata também foi vítima de estupro. O estuprador David Santana já está preso.

Em Imperatriz, outro caso chocante. O professor Petrônio Rêgo, 72 anos (isso mesmo!), está sendo acusado de pedofilia. Cerca de 400 fotografias de meninas nuas e mantendo relações sexuais com o “vovô” foram encontradas. Um abuso!

Violência: a saga continua. No domingo, mais um caso. Desta vez não terminou em morte, mas nem por isso deixa de ser menos violento. A auxiliar de cozinha Rosilene Cunha Fonseca, 28 anos, procurou a redação do JP para denunciar a agressão que sofreu. Ela foi vítima de um espancamento por parte de um colega de serviço, identificado como Luís Alberto Borges Corrêa. (...) No domingo, dia 12, ao chegar para trabalhar “sem ter nem pra quê”, como diz a vítima, Luís Alberto começou a espancá-la. Seguiram-se minutos de agonia e pânico para ela. (POLÍCIA, 2000, p.8)

O texto da matéria acima se inicia registrando as vozes indignadas das ruas ludovicenses diante das “absurdas” ocorrências de ações de violência contra as mulheres. A noção de que a população estaria “assistindo indignada” a estes episódios, indicaria uma crítica àquele(s) que deveria(m) evitar, ou pelo menos, coibir o acontecimento destes crimes: o poder público. Embora os tipos de violência dos casos sejam diferentes (estupro, pedofilia, espancamento) e as vítimas sejam de idades distintas, todas são mulheres ou meninas, o que revelaria que independentes da idade e do lugar são estes os sujeitos mais vulneráveis a ataques violentos de qualquer tipo. Parece que ao compartilhar entre si a mesma identidade – a de “mulher” - Raimunda, Elcy, Rosilene, e tantas outras, estão automaticamente passíveis de sofrer alguma forma de agressão. Como suscita a expressão “a saga continua”, a saga de uma é a saga de todas:

(...) cinco mulheres (sem contar as crianças vítimas do suspeito de pedofilia), vitimadas pelos mais variados tipos de violência. Em quatro dias, chegaram ao conhecimento da imprensa e do público todas estas mazelas, frutos de nossa sociedade. E quantos outros casos de violência contra a mulher, seja ela jovem, criança, adulta ou senil, não estão aí, encobertos pelo medo? Já está na hora de nossa sociedade se despir desta hipocrisia e passar a encarar a realidade de frente. Agindo contra estes atos de preconceito e violência. Sem demagogia. (POLÍCIA, 2000, p.8)

Ainda nesta matéria, o redator busca convencer o leitor e a sociedade ludovicense de que existem muitos outros casos que não seriam conhecidos porque existe o medo da denúncia. E se a nossa sociedade deve se despir desta “hipocrisia e passar a encarar a realidade de frente”, isto implicaria que a violência contra as mulheres não seria um problema apenas das vítimas, mas de todos que conhecem esta realidade e não a denunciam.



Foto 1: Imagem da auxiliar Rosilene com o olho inchado, após ser espancada pelo colega de serviço.
Fonte: Jornal Pequeno, 14 de novembro de 2000.

Outras reportagens seguiram a mesma linha e demonstraram preocupação com o crescimento das ocorrências de agressões contra as mulheres, especialmente nos fins de semana:

É muito grande o número de ocorrências contra mulheres que são registradas diariamente nos distritos policiais da Grande São Luís.

Os casos aumentam principalmente nos fins de semana. Toda essa violência não acontece somente no meio da classe baixa e média, mas também da alta. Acontece que aquela mulher mais humilde procura logo um distrito policial para registrar o fato e na classe alta ela sempre procura esconder o fato. Lá uma vez aparece uma para se queixar na polícia. Para que se tenha uma ideia, somente ontem das 8h da manhã até às 17h, a Central de Operações da Polícia Militar já tinha registrado um número bem grande de ocorrência de agressões contra mulheres. O capitão Humberto que estava coordenando os trabalhos no COPOM, não deu o número de registros, mas disse que foram muitos casos. (VIOLÊNCIA, 2002, p.8)

A constatação de que o número de ocorrências de violências contra as mulheres aumentava no fim de semana seria resultado do consumo maior de bebidas alcoólicas pelos homens, pois como consta ainda na reportagem, “(...) os parceiros saem de casa para beber e quando chegam liso, ainda quebram tudo e aplicam surras em suas companheiras e às vezes nem os filhos escapam” (VIOLÊNCIA, 2002, p.8).

A ideia que perpassa esse tipo de afirmação é a de que os homens são violentos e o álcool funciona como agente que precipita a vontade de agredir as mulheres.

As reportagens do periódico (re)produzem e visibilizam ideias e discursos que circulam em instituições específicas no combate à violência de gênero, como no caso das Delegacias de Atendimento à Mulher. Como já colocado antes, o jornal recorre às “falas autorizadas” (policiais, delegados, médicos, entre outros) para atestar a veracidade das informações. Na reportagem acima, cabe ao “capitão Humberto” confirmar o aumento das ocorrências, mesmo que não haja precisão nos números.

O texto retrata mais especificamente a violência em relações afetivas e sexuais, corroborando com a concepção de que esse tipo de violência incide sobre mulheres de todas as classes sociais, ou seja, não é um fenômeno apenas dos estratos mais pobres. Em pesquisas e estudos sobre esta temática, a relação entre pobreza e violência tem sido uma das justificativas mais usuais para a compreensão do porquê alguns números indicam que as agressões incidiriam em grande parte entre sujeitos pertencente aos segmentos populares.

Recorrendo mais uma vez à pesquisa de Moraes e Gomes (2009), os autores identificaram que no contexto das DEAM's do Rio de Janeiro, por exemplo, os atores sociais que trabalham nestas instituições, vinculam conteúdos como “pobreza”, “desemprego”, “falta de recursos e instrução”, entre outros, como os motivos que produzem a violência nas relações conjugais. No plano microssocial, “o alcoolismo”, a “falta de respeito”, a “instabilidade dos casamentos”, a “desestruturação das famílias” são tidos como os principais motivadores para as violências. (GOMES; MORAES, 2009, p.96)

Ainda de acordo com a matéria, existiria uma diferença na forma com que mulheres de estratos sociais distintos lidam com o fato: as mulheres “humildes”, ou seja, as mais pobres denunciam, enquanto as de classe mais altas escondem. O redator não explica o porquê se daria essa distinção, mas indiretamente nos leva à compreensão de que o fator econômico aparece como elemento determinante para o registro ou não da queixa. Sob esse ponto de vista reducionista, o leitor pode deduzir que as mulheres pobres, exatamente por não terem bens materiais a perder com o rompimento

da relação conjugal, se sentiriam mais “livres” para denunciar. Já as mulheres das classes mais altas, por terem materialmente o que perder com a denúncia, escondem.

Em seu estudo sobre a violência doméstica nos Estados Unidos, Leonore Walker (WALKER apud MUSUMECI, 1999) identifica que pela ótica do modelo feminista norte-americano, as mulheres das classes altas não querem tornar público o problema por temerem o constrangimento que isto causaria à carreira de seus maridos, assim como por serem homens de credibilidade, a denúncia poderia cair no descrédito.

Acredito, porém, que as razões que levam algumas mulheres a denunciar, enquanto outras silenciam são complexas e têm sido uma das preocupações de feministas e pesquisadoras(es) da temática gênero e violência.

O conceito de “Ciclo da Violência” sintetizaria as idas e voltas que homens e mulheres envolvidos nestas relações vivenciam. A primeira fase do ciclo seria a de construção da tensão, no qual a mulher acredita poder fazer algo para impedir as agressões do companheiro, muitas vezes, atribuindo-se a si mesma, a responsabilidade pelas violências. Na segunda fase, os incidentes que antes eram esporádicos, tornam-se mais agudos, e há momentos em que não suportando mais o terror, a raiva e a ansiedade, a própria mulher antecipa os ataques. Por fim, a última fase, chamada de “lua-de-mel”, em que após os conflitos, o agressor mostra arrependimento e implora por perdão. (MUSUMECI, 1999).

Há reportagens do Jornal Pequeno que constataram com certo espanto que as mulheres denunciavam os “valentões”, mas se desesperavam diante da possibilidade de verem seus parceiros encarcerados:

É impressionante o número de ocorrências registradas pelo Copom – Centro de operações da Polícia Militar nos finais de semana tendo como vítimas mulheres e como agressores os maridos. Muitos dos casais chegam a se agredir até nas permanências da Polícia Civil. Em muitos casos quando a polícia decide encarcerar o valentão a agredida cai em prantos e resolve pedir pela liberação do companheiro. Acreditem. É pura verdade. (MULHERES, 2000, p.10)

Como já colocado, a ideia de que a “agredida cai em prantos e resolve pedir pela liberação do companheiro” quando a polícia decide encarcerar o “valentão”, engloba um conjunto de representações que se fazem presente no cotidiano das Delegacias de Atendimento à Mulher:

Para os/as agentes da DEAM, é importante identificar aquelas mulheres que trazem “sofrimentos legítimos”, as “vítimas de verdade”. (...) Essas classificações pressupõem um julgamento das mulheres com base em expectativas de comportamentos e de papéis sociais de gênero. Os investigadores/as afirmam que “todos os registros são feitos”, porém, alguns casos são claramente colocados nos degraus mais baixos e desacreditados desta hierarquia. Entre as “vítimas” desacreditadas estariam aquelas que vêm “instruídas por advogados”, aquelas que fazem registro “apenas para negociar uma separação”; “aquelas que só querem infernizar a vida do cara”; “as traídas”; “as abandonadas pelo marido”; “as vingativas”;

aquelas “que vão desistir logo em seguida”, “aquelas que logo depois estão aos beijos com o cara”, etc. (GOMES; MORAES; 2009, p.94)

O que desperta a atenção em alguns estudos sobre a violência contra as mulheres, assim como nas reportagens acima, é que se falam ou não, se expõem ou escondem, o referencial que as colocam como sujeitos não constituintes de sua situação, parece não se modificar. É preciso justificar as contradições das denunciantes, ou pelo menos, compreendê-las. Retomando a reportagem do dia 04 de fevereiro de 2002, esta prossegue dizendo que:

(...) o plantão do Instituto Médico Legal fez em torno de 14 registros da conhecida ocorrência BOGUE NO OLHO, para exame de corpo-delito. Uma das vítimas chegou no Instituto com o olho todo inchado e na companhia de cinco filhos menores.

Na semana que passou, um montão de casos de agressão foi registrado nos distritos policiais e principalmente na Delegacia Especial da Mulher. No meio da semana uma jovem foi estuprada na Vila Conceição II (...) Outra mulher foi seguida e socada no chão com uma violenta pedrada na cabeça. Segundo informações, a vítima ficou tremendo no chão por alguns instantes e saiu desmaiada do local.

Um outro caso revoltante ocorreu no Anel Viário, nas imediações do bar do Cabão, quando uma jovem de 18 anos foi currada por cinco elementos armados com revólver e faca.

Ontem pela manhã, uma outra amanheceu no chão do terraço de uma casa abandonada na Rua das Cajazeiras, no Centro da cidade. A garota que estaria drogada, estava sangrando pela boca e com as partes íntimas sujas de sangue. Tudo indica que a mesma fora violentada. (VIOLÊNCIA, 2002, p.8)

“Bogue” é o termo utilizado popularmente para se referir a “soco”, ou seja, as agressões físicas direcionadas ao rosto das mulheres, em especial os olhos, seriam a principal ocorrência nas delegacias, de acordo com a reportagem. Em sua linguagem o Jornal Pequeno procura se aproximar das “multidões”, e por isso, a utilização de gírias, vocábulos obscenos e expressões simples são comuns em suas páginas como no caso das palavras “bogue”, “montão”, “currada”.

Os diferentes atos de violência são novamente agrupados, mas não há maiores detalhes sobre eles: uma mulher acompanhada dos cinco filhos se apresenta à Delegacia com o olho inchado. Outra foi estuprada. Uma outra, seguida e espancada. Mais uma, estava suja e sangrando no chão de uma casa abandonada. Quem as violentou? Que tipo de relação havia entre quem agrediu e quem foi agredida? Não são perguntas que o jornal procura responder, uma vez que os nomes das sujeitas são omitidos e substituídos por termos que conferem impessoalidade: “uma jovem”, “outra mulher”, “outro caso”. Não há individualização, ou seja, são todas um só sujeito: mulher.



Foto 2: Jovem dormindo em casa abandonada, encontrada com sinais de espancamento. Possivelmente teria sido violentada.

Fonte: Jornal Pequeno, 04 de fevereiro de 2002.

O Jornal Pequeno acompanhou ao longo da década de 2000 as iniciativas das políticas públicas brasileiras no combate à violência contra a mulher no Brasil e no Maranhão. O dia 08 de março de 2003, dia Internacional da Mulher, foi escolhido pelo jornal para a realização de um dossiê em que a violência contra a mulher era o foco principal das matérias. É perceptível que entre os vários assuntos que poderiam ser abordados, a questão da violência foi aquela sobre a qual o jornal mais se dedicou a discutir, não apenas em 2003 como em outros anos. Algumas vezes as informações eram retiradas diretamente de sites de agências internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), redes de saúdes nacionais ou de instituições ligadas à militância feminista, como exemplifica o texto abaixo:

Do site <http://rededesaude.org.br/dossies/html/programa/html>). A violência contra a mulher encontra “justificativa” em normas sociais baseadas nas relações de gênero, ou seja, em regras que reforçam uma valorização diferenciada para papéis masculino e feminino. O que muda de país para país são as razões produzidas para aprovar esse tipo de violência. (DOSSIÊ, 2003, p.9)

A matéria continua mostrando em que situações os países legitimam a violência contra as mulheres. Brasileiras, chilenas, colombianas, venezuelanas, nicaraguenses, canadenses podem ser violentadas por seus companheiros se são infiéis a estes, se recusam a manter relações sexuais, se descuidam da casa e dos filhos, entre outras razões. As mulheres árabes e africanas também não escapam do mesmo “destino” que as ocidentais, assim como israelenses, egípcias e ganesas, que estão igualmente à mercê de todos os tipos de abusos.

Outra vez o periódico escolheu o dia 08 de março para a divulgação de matérias sobre a violência contra a mulher. No ano de 2009, o jornal coloca que no Dia Internacional da Mulher havia pouco para se comemorar. A pouca razão para a celebração era demonstrada através de quatro casos

de assassinatos de mulheres: Doesy Kroenny, de 21 anos, morta com várias facadas pelo ex-namorado dentro de um motel de São Luís; a sueca Sarah Richardson, morta pelo marido por ter alterado seu estado civil de “casada” para “solteira” em um site de relacionamentos; a comerciante Tereza Bandeira, 39 anos, morta em uma loja no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro; Fernanda Maria, de 18 anos, estuprada por um grupo de jovens quando saía do colégio onde estudava no bairro do Pelourinho, em Salvador.

Novamente, as histórias dos assassinatos de quatro mulheres, incluindo uma sueca, são usadas para expor um fato tido como incontestável: a violência contra a mulher é universal. Nesse sentido, a observação de Bárbara Musumeci me parece ser bastante atual e pertinente quando diz que:

A imagem da violência descontextualizada e universalizada, percebida apenas através de um modelo polarizado das relações de gênero, implica não somente a eliminação das nuances e diferenças intra e interculturais e das indiossincrasias de ambos os parceiros. Ficam de fora também as trajetórias dos personagens envolvidos e da própria relação. Os significados da violência são deslocados para um único eixo externo (a dominação masculina) e perdem todas as conexões com a história comum, vivida em contextos muito particulares pelos agressores e suas vítimas. Para que o rótulo “vítima” possa ser aplicado, essas trajetórias se equiparam e passam a se equivaler. Cada narrativa, cada história, cada relação ilustra e atualiza, então, a tese geral da violência que atinge as mulheres. (MUSUMECI, 1998, p.177)

Na mesma edição, o jornal buscou ouvir a delegada da Delegacia da Mulher de São Luís que declarou ao jornal que:

O número de casos de violência contra as mulheres tem aumentado consideravelmente em todo país. E, geralmente, trata-se de uma violência praticada por marido, namorado e até pai. O motivo também está relacionado com decepção amorosa, rancor, ciúmes e abusos sexuais. Muito homem acha que a mulher é objeto de posse dele. (DIA INTERNACIONAL, 2009, p.19)

Algumas reflexões sobre a Lei Maria da Penha também foram feitas. Além de explicações sobre quem era a mulher que inspirou a lei (QUEM FOI MARIA DA PENHA, 2009, p.19), a delegada colocava que embora o número de ocorrências estivesse aumentando, havia muito para celebrar, “(...) pois a Lei (...) representava um grande avanço na normativa jurídica nacional como resposta que o Estado dá à violência doméstica e familiar contra as mulheres (DIA INTERNACIONAL, 2009, p.19).

Na mesma página, o periódico divulgava dados de algumas pesquisas que apontavam o medo como o principal fator que impediria as mulheres de denunciarem as agressões. Ressaltava-se a importância da denúncia, pois de acordo com suas declarações ao jornal, “Está comprovado que a mulher que sofre a agressão e denuncia, além de se defender tem a auto-estima renovada, pois há uma inibição por parte do agressor” (DISQUE-DENÚNCIA, 2009, p.19).

A partir da observação das reportagens acima, percebe-se que o Jornal Pequeno alterou significativamente o tom usado para se referir ao tema “violência contra as mulheres” ao longo da

década de 2000. Embora não possa precisar o que teria levado a esta mudança, nota-se que as expressões jocosas e a linguagem coloquial (como “bogue no olho”, “currada”, entre outras) usadas na construção dos textos nos primeiros anos, foram substituídas por termos de linguagem mais culta, assim como se procurou estabelecer o diálogo com instituições dedicadas ao combate desse tipo de violência, (Delegacia das Mulheres, Disque-Denúncia, Organização das Nações Unidas) para a obtenção de dados e informações mais precisas sobre o fenômeno. Do mesmo modo, a ideia de que “agredida cai em prantos e resolve pedir pela liberação do companheiro”, por exemplo, foi substituída pela percepção de que o medo se constitui como um dos principais elementos que impedem a denúncia da mulher.

A análise das notícias e reportagens que, assim como as que estão destacadas nesse tópico, percorrem todo o trabalho, além de outras que embora não tenham sido visibilizadas, também compuseram o material de pesquisa, me fizeram perceber que o Jornal Pequeno apresentou abordagens diferenciadas sobre a violência em relações afetivas e sexuais. Em alguns enunciados, os significados que produzem a violência contra as mulheres como reflexo do patriarcado, ou seja, o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens é reificado (SAFFIOTI, 2004). Em outras, porém, as narrativas das situações se dão por um viés que seria mais individual, uma atribuição de responsabilidade pessoal dos indivíduos envolvidos, como o ciúme, a traição, o descontrole emocional causado pelo álcool, pelas “farras” e o vício em drogas, entre outros, também seriam razões para os conflitos e alguns de seus desfechos.

Mais uma distinção é observada nas situações em que as mulheres assumem a autoria das agressões: a violência produzida por elas não é problematizada. A compreensão é a de que as mulheres estão na posição de passividade devido seu gênero. Algumas pesquisas, porém, tem se deslocado dessa perspectiva e buscado o ponto de vista dos homens sobre estas violências.

Cristiana Gomes Marques (2009) em seu estudo em grupos de reflexão para homens autores de “violência conjugal” no município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, revela que os participantes utilizavam o grupo muito mais como forma de se solidarizarem e construírem uma identidade de vítima para si, do que para desenvolverem relações de gênero mais equitativas, que seria o objetivo inicial da criação desse espaço.

A autora percebeu que quando os homens eram levados a refletir sobre o porquê da denúncia de suas parceiras, uma minoria reconhecia que seu ato foi violento e, aqueles que admitiam terem agredido suas companheiras, colocavam-nas como “descontroladas”, “escandalosas”, “ciumentas” e

provocadoras de situações de conflito. Nas falas, a traição e o não cumprimento do papel de esposa também apareciam como razões para os embates:

Como não consideram o que fizeram como “agressão” e muito menos um “crime”, ou mesmo negam que tenha havido algum tipo de agressão, acreditam que o encaminhamento para o grupo de reflexão como uma medida alternativa é uma “decisão injusta”. Além do mais, alguns acreditam que as brigas e os conflitos entre o casal também são culpa de suas parceiras, que, por causa disso, deveriam também ser obrigadas a participar de um grupo. (MARQUES, 2009, p.135)

Vejo que o tratamento distinto conferido pelo Jornal Pequeno aos casos em que os homens são vítimas de suas companheiras, e os estudos que como o de Cristiana Marques (2009) sobre autores de violência conjugal, reflete algumas das concepções que tem sustentado os debates sobre a violência em relações de gênero, em especial as relações afetivas e sexuais, no Brasil. Como indica Bárbara Musumeci (2009), uma destas noções é a de que esse é um tipo de violência que é exercida em uma única direção, ou pelo menos, só merece preocupação quando é voltada às mulheres; a outra noção, é a de que já que foram historicamente prejudicadas por legislações que banalizavam e estimulavam a impunidade, em algumas instâncias, como a jurídica, é necessário privar uma parcela da população (a masculina) para beneficiar a outra (a feminina).

Compreendo, porém, que a ideia de uma opressão vivida por sujeitos que compartilham entre si a mesma identidade biológica são condições necessárias para que movimentos como o feminista possa operar. Simultaneamente, no entanto, os enunciados que expõem as ações violentas de mulheres também podem ser indicativos de que os lugares que os sujeitos ocupam em suas relações de intimidade, extrapolam a fixidez das dicotomias que (re)produzem a oposição dominador/dominado como pertencentes ao masculino e ao feminino, respectivamente.

3.2 “Isso é pra ele nunca mais bater na cara de mulher!”: as criminosas

No dia 10 de janeiro de 2000 a jovem Maria do Amparo Silva, de 22 anos, caminhava na praia Ponta d’Areia, na cidade de São Luís, Maranhão, com seu companheiro José Maria dos Santos Nunes e a filha do casal de quatro meses. Durante a caminhada, o casal iniciou uma conversa sobre a relação. A conversa transformou-se em discussão e José começou a espancar Maria com chutes. As agressões continuaram até que os dois chegassem em casa. Lá, Maria do Amparo preparava a comida da filha que àquele momento chorava. O choro causou-lhe irritação e ela gritou com a menina. Zé Maria interviu. Quando o companheiro dava comida à criança, Amparo o golpeou com uma faca. Perguntada

sobre o porquê do ato, respondeu: “Isso é pra ele nunca mais bater na cara de mulher!” (ROMANCE, 2000, p.12)

Embora o material analisado indique que a violência nas relações de gênero, em especial nas relações afetivas e sexuais tenha atingido as mulheres em sua grande maioria, há notícias que relatam como elas agiam e violentavam seus maridos, namorados, noivos ou amantes. Ainda assim, percebo que as narrativas do Jornal Pequeno significam a violência como algo inerente à masculinidade, e quando são elas as protagonistas das agressões, a compreensão é a de que estão subvertendo sua natureza dócil e não agressiva. Talvez, esta seja uma das razões pelas quais os enunciados sobre os atos de violência cometidos por mulheres tenham assumido caráter de excepcionalidade e merecido certo destaque nas páginas do impresso.

Retomando o caso de Maria do Amparo, o periódico busca esmiuçar os detalhes ocorridos antes do assassinato e reproduz algumas declarações que seriam da própria autora:

Contou que viveu dois anos com José Maria. “Nós tivemos uma filha. Ele não dava a atenção que eu queria. Zé Maria não me considerava como mulher. Até para colocar a comida dele, ele pedia para a mãe. Apesar disso ele não era de me bater. Ontem nós fomos para a Ponta Darea e levamos nossa filha, conta Amparo prosseguindo. Falei várias vezes pra Zé Maria que ele não me considerava e aí no meio da conversa nós começamos a discutir. Ele passou a me agredir e me deu um soco. Os dois continuaram andando pela avenida Ana Jansen. Zé Maria estava com a filha de 4 meses nos braços. Conta a autora do crime que ele colocou a criança no chão e voltou a espancá-la com chutes. Depois de muita confusão no meio da rua o casal chegou em casa na av. Rio Anil. No interior da residência Amparo e Zé Maria voltaram a se estranhar e a jovem aproveitou o momento em que o amante estava dando comida para a filha para golpeá-lo. Amparo falou ainda que no interior da casa, quando eles chegaram ela foi fazer a comida da criança e a menina não parava de chorar e gritar. “- Aquilo estava me irritando e eu comecei a gritar com ela (...) Zé Maria veio em cima de mim pedindo que eu não gritasse com a criança. Nós discutimos muito até que acabei furando ele”, completou. A reportagem conversou com a vizinha do casal G.M.S, 16 anos, que também afirma que Zé Maria não era de bater em Amparo. “O que acontece é que ela espancava muito a filha e ele não aceitava. Não existia nada de confusão no romance deles. Todo problema era com a criança que ela vivia agredindo. Inclusive certo dia presenciei quando ele saiu de casa para não ver ela agredindo a menina”, finalizou a testemunha. (ROMANCE, 2000, p.12)

O depoimento se inicia com a afirmação de que seu companheiro, Zé Maria, não “a considerava como mulher”. A reportagem não deixa explícito o que Amparo queria dizer com esta afirmação, mas a partir da fala que se segue, “Até para colocar a comida dele, ele pedia a mãe”, podemos compreender que a autora do crime talvez não exercesse completamente um dos papéis tradicionais atribuídos às mulheres nas relações conjugais - o de dona-de-casa - e isto a incomodava. Possivelmente, Amparo desejasse exercê-lo, mas seu companheiro preferia que a mãe dele o fizesse, o que para ela, significava que Zé Maria “não a considerava como mulher”.

O enunciado continua com a narrativa das agressões entre o casal, enfatizando que os socos e chutes partiram primeiro dele. As declarações de Amparo, por sua vez, dão a entender que a iniciativa de “furar” o companheiro viria como resposta à violência sofrida, já que assim ele aprenderia a “nunca mais bater em cara de mulher!” Ao fim, a partir dos testemunhos de uma vizinha, o jornal traça o perfil de Amparo e da relação amorosa do casal, colocando que “não existia nada de confusão no romance”, o problema seria a forma como a mulher tratava a filha, a qual agredia constantemente, atitude que o parceiro não aprovava.

A questão da maternidade perpassa toda a produção discursiva da reportagem: o casal teve uma “filha”, eles levaram “a filha” para passear na praia da Ponta D’areia, “a criança” foi colocada no chão enquanto Zé Maria agredia Amparo, o choro da “filha” irrita, “a criança” era alimentada pelo pai no momento em que este foi golpeado. Nesse sentido, “a filha” é este sujeito que transita na relação do casal, o elemento central sobre o qual o narrador produzirá “o antes” do homicídio e construirá a verdade sobre o fato. O testemunho da vizinha de que as agressões da mãe à criança seriam o centro das tensões do casal, nos possibilita concluir então, que Maria do Amparo não é uma boa mãe.

Como argumento mais adiante, as sociedades ocidentais marcaram a maternidade como o destino natural das mulheres. Muitas vezes, para ser considerada uma “mulher completa”, é preciso passar pela experiência da maternidade. Rejeitar esta vivência é negar a própria natureza:

Ao lado desse processo de beatificação materna pode-se observar uma preocupação cada vez mais intensa com as mulheres que transgridem o modelo de esposa e mãe. Critica-se aquelas que não cuidam bem dos filhos seja porque seriam mulheres de má índole, negligentes e egoístas, mais preocupadas com os prazeres de vida mundana, seja porque seriam mães ausentes que abandonam os filhos em nome do trabalho, de uma atividade produtiva ou intelectual. (...) Aparece a figura da mãe má, aquela que, traindo o instinto materno, não ama seu filho. (NUNES, 2000, p.81)

Amparo é representada como a mãe má, que rejeitando seu “instinto natural”, maltrata a filha. E se uma mãe é capaz de rejeitar o próprio filho, por que não seria capaz de matar o companheiro? Dessa forma, mesmo que tenha sido violento, Zé Maria se revela como o oposto de Amparo: é o pai zeloso que protege a criança das agressões, aquele que é apunhalado pela companheira enquanto alimenta a menina.



Foto 3: Maria do Amparo presa após esfaquear e assassinar o marido Zé Maria.

Fonte: Jornal Pequeno, 11 de janeiro de 2000.

Do mesmo modo que Amparo, outras mulheres apareceram nas páginas do Jornal Pequeno por serem autoras de violência. Jandira Gomes foi uma delas. O título “Mulher de 71 anos mata o amante no Parque Bacanga”, publicada no dia 08 de maio de 2001, introduz aos leitores do Jornal Pequeno a história de como esta senhora de idade avançada, assassinara o companheiro com um golpe de faca no coração:

Idoso é assassinado por companheira

Aparentando estar bêbada, Jandira afirmou que era agredida

O Parque Estadual do Bacanga foi mais uma vez, palco de um cruel assassinato. No início da tarde de ontem o braçal Raimundo Costa Mendes, vulgo “Cabo Dico”, 61 anos (...) foi morto com um golpe de faca no coração. O crime foi cometido por Jandira Gomes de Oliveira, 71 anos, companheira da vítima.

O casal morava em um pequeno casebre de madeira, localizado em uma área de difícil acesso. Segundo informações de moradores próximos, Raimundo e Jandira brigavam muito, chegando na maioria das vezes a se agredirem fisicamente.

No ano passado, a acusada teria agredido o companheiro desferindo-lhe três facadas. Raimundo ficou internado durante um mês. “Antes das facadas, ela também tentou matá-lo com um tiro”, contou Maria Nazaré Lopes, que mora há poucos metros do local do crime. (IDOSO, 2001. p.12)

Além de trazer um assassinato protagonizado por uma mulher, o fato da autora do crime ter 71 anos, enquanto a vítima era alguns anos mais nova, 61 anos, também se constitui como elemento incomum. O subtítulo, “Aparentando estar bêbada, Jandira afirmou que era agredida” aponta razões que possam justificar o que desencadeou o crime, sugerindo que a possibilidade de estar alcoolizada e o fato de ter sido agredida, seriam as motivações que levaram Jandira a assassinar o companheiro.

[Digite aqui]

Através da fala dos moradores vizinhos, o jornal ressalta o histórico violento do casal, apresentando indícios de que as brigas eram recorrentes, culminando em agressões físicas de ambas as partes. O homicídio aparece como o ato final dessa escalada de violência⁹:

Presa em flagrante – A polícia militar foi acionada rapidamente, efetuando a prisão da idosa que encontrava-se ainda no local do crime.

Segundo informações do Tenente Emerson, Jandira foi encontrada no interior da residência e apresentava sintomas de embriaguez. No momento em que a polícia chegou ao local, ela estava acendendo algumas velas, que segundo ela própria, seriam colocadas ao lado do corpo. Com os primeiros levantamentos feitos a polícia acredita que antes do crime, houve luta corporal. Jandira sofreu um corte na cabeça. Ao lado do corpo foi encontrado um pedaço de ferro, provavelmente utilizado por Raimundo para agredi-la. [...] O casal não possuía filhos e viviam juntos há mais de dez anos.

Motivos do crime – Encaminhada ao 10º Distrito Policial, a acusada afirmou que era constantemente espancada pelo marido. Aparentando estar bêbada, ela disse que apenas se defendia das agressões e que nunca tentou machuca-lo. (IDOSO, 2001, p.12)

A construção do perfil de Jandira, por sua vez, segue duas direções: de um lado, atitudes violentas anteriores são ressaltadas, como o fato de que ela já teria agredido Raimundo com facadas e tentado matá-lo com um tiro. De outro, reitera-se os motivos que podem tê-la levado a estas atitudes, e ao homicídio em si, como uma possível luta corporal que lhe resultou em um corte na cabeça, e as afirmações de que era constantemente espancada pelo marido. A provável embriaguez de Jandira também é reforçada ao longo do texto. Além disso, o jornal descreve comportamentos da acusada que indicariam um possível arrependimento, como as velas ao lado do corpo e a declaração na qual teria afirmado que nunca tentou machucá-lo, apenas defendia-se das agressões.



Foto 4: Corpo de Raimundo Costa, morto com uma facada no coração pela companheira Jandira Gomes. Ao lado do corpo, o cachorro da vítima.

⁹ Maria Filomena Gregori (1992) destaca a tendência de boa parte dos trabalhos feministas sobre violência em relações de gênero de construírem suas narrativas de modo a mostrar que o homicídio é o ato final de uma escalada de violência, em que gestos de desrespeito, humilhação, falta de prazer sexual, estão presentes. As distinções entre os diferentes casos e os sujeitos não é feita.

Fonte: Jornal Pequeno, 09 de maio de 2001.

A busca de respostas para a violência nas relações afetivas e sexuais se mostrou como algo constante nas notícias do Jornal Pequeno. No entanto, quando se trata de mulheres criminosas, esta necessidade parece ser mais intensa. As ideias de “reação” e de “defesa” encontram-se nas narrativas, ora de forma implícita, ora explícita.

Em outro exemplo, o enunciado “Cobradora de ônibus atinge ex-companheiro com três tiros”, citada abaixo, temos o caso de uma tentativa de homicídio realizado por uma mulher de nome Francinete, contra seu companheiro, Arnaldo Costa Júnior. O subtítulo “Dias atrás, ela levou uma surra e registrou queixa”, aponta o porquê essa tentativa aconteceu:

Queixa na Delegacia da Mulher – (...) De acordo com o que foi apurado pela polícia e informações prestadas pelo sargento Pm Erly (...) Júnior teria procurado a ex-mulher para pedir-lhe que retirasse uma queixa registrada contra ele na Delegacia Especial da Mulher (DEM).

Ciúmes e surra – Embora o casal estivesse separado, dias atrás, por questões de ciúmes, ele teria aplicado uma surra em Francinete, que foi à polícia e pediu providências, pois os dois já não moravam sob o mesmo teto. Ontem, Júnior teria recebido a intimação e foi procurar a ex-mulher para pedir “desculpas e a retirada da ocorrência”. O casal voltou a discutir acaloradamente e, em determinado momento, ao ser agredida novamente, Francinete sacou um revólver e fez vários disparos contra o ex-marido. (COBRADORA, 2003, p.8)

A descrição minuciosa das circunstâncias dos tiros deixa claro que houve um contexto que serve de base para a compreensão do porquê Francinete atirou em Arnaldo. Ele era ciumento, e por isso agrediu-a, o que fez com que ela fosse à Delegacia da Mulher denunciá-lo. Uma nova agressão motivou a reação configurada no tiro contra o ex.

Seguindo linha semelhante, no dia 08 de dezembro de 2003, o periódico deteve-se sobre o assassinato do agente da Polícia Federal, Naby Brandão Haydar, de 46 anos, morto com um tiro na cabeça, desferido por sua esposa, Márcia Cristina Viana Andrade. Recorrendo aos vizinhos para obter detalhes sobre a vida do casal, a reportagem ressalta que nos últimos meses as discussões e brigas eram constantes entre os dois. A mulher teria fugido após o disparo, levando consigo os dois carros da família.

O caso foi acompanhado nos dias seguintes. Além da busca pelas motivações para o crime, o jornal demonstrou certa preocupação em saber quem era a vítima, revelando a partir de informações prestadas pelos colegas deste que Naby era da cidade de Coroa e que estava próximo da aposentadoria. A reportagem também enfatiza os esforços da polícia em prender a acusada, relatando que a Polícia Rodoviária Federal estava em alerta quanto ao desaparecimento dos dois veículos.

No dia 11 de dezembro de 2003, a edição trazia a prisão de Márcia. À polícia, a acusada declarou que agiu em legítima defesa:

Legítima defesa – No seu depoimento, acompanhado pelo advogado Luís Guilherme, do Sindicato dos Policiais Federais, ela admitiu ter sido a autora dos disparos, “em momento de desespero e em legítima defesa, pois estava sendo ameaçada de morte, juntamente com seus dois filhos”, contou ao delegado, Márcia contou que vivia com Haidar há cerca de 11 anos e que teve dois filhos com ele, um com seis e outro com oito anos de idade, além de uma filha adolescente (16 anos) de outro relacionamento. O casal vivia brigando e, constantemente, ela disse, era espancada pelo marido, principalmente quando ele se embriagava. (MULHER, 2003, p.12)

Ao contrário da primeira reportagem, que buscou construir o cenário do crime e o perfil da vítima, nesta conhecemos o contexto do assassinato e suas possíveis causas. No dia do acontecimento, Márcia declarou que o casal foi para uma recepção na casa de amigos aonde Haydar começou a beber e “a dar vexames, provocando a todos”. Voltaram para casa, pois ela estava “envergonhada das atitudes dele”. O marido chegou mais tarde, com um amigo, mas ao descer do carro, começou a discutir com o rapaz. Ela tentou colocá-lo em casa, mas antes, ele arrebentou um portão de alumínio do vizinho. A reportagem segue detalhando os conflitos que antecederam o crime:

Nova briga ao amanhecer – (...) Márcia enfatizou que conseguiu deitar o marido no sofá e ele adormeceu. Depois, ele acordou, vomitou e se zangou novamente, porque um dos garotos acordou e perguntou o que Márcia tinha trazido da festa para ele. “Respondi que só tinha trazido decepção, e contei o que o pai dele tinha feito, até aquele momento. Irritado, Haidar se levantou, passou a me espancar e se dirigiu para o quarto de minha filha, que dormia em uma rede e também a espancou. Em seguida nos expulsou de casa e saiu à procura do revólver.”

“Vou matar vocês – Márcia continuou e disse que “todos ficamos apavorados e quando ele tentou abrir a gaveta para pegar a arma, eu me antecipei, peguei o revólver e saí correndo para o corredor. Ele sempre gritando que iria matar a todos e se aproximando de mim para pegar a arma. Acionei o gatilho duas vezes, sem intenção de matar e depois não me lembro de mais nada.” (MULHER, 2003, p.12)

O caso acima apresenta algumas nuances que o diferencia dos outros noticiados pelo jornal. É perceptível que nas páginas policiais do Jornal Pequeno, os sujeitos pertencentes às classes populares são os que aparecem constantemente como os protagonistas de todos os tipos de violência, o que corrobora, de forma implícita, com a noção de que o pertencimento a determinado estrato social marca quem é mais ou menos violento. Quando estes atos são cometidos por homens ou mulheres das classes médias ou alta, os casos são considerados como exceções.

Ao contrário de outras que assassinaram seus companheiros, como Maria do Amparo e Jandira, Márcia fala sob a supervisão de um advogado, o que a coloca como uma mulher diferenciada do perfil das mulheres que compõem as notícias do jornal. No entanto, ao mesmo tempo, há algo em comum entre todas: foram agredidas por seus companheiros, e seus atos são considerados como reflexos de situações violentas anteriores.

No caso de Márcia, o temor de que Haydar cumprisse sua promessa e matasse a ela e a seus filhos suscita a (re)ação. O uso de palavras como “desespero”, “ameaçada”, “apavorados” nos induzem a perceber o que Márcia vivenciou, e assim, compreender o que a levou a tomar esta atitude. A própria enfatiza que embora tenha acionado o gatilho duas vezes, sua intenção não era a de matar Haydar. A notícia se encerra colocando o testemunho de vizinhos do casal que afirmaram o que foi dito pela acusada.

Em grande parte das narrativas que trazem mulheres no centro das práticas violentas, a noção de que agiram para evitar novas violências, é recorrente. Sendo assim, mesmo que o leitor não concorde completamente com o assassinato, as ações de Márcia adquirem certa legitimidade, já que ela estava apenas defendendo sua vida e a vida de seus filhos. Quando o jornal reproduz o depoimento da acusada, os julgamentos e punições se suavizam, uma vez que o leitor é colocado no contexto do crime e levado a imaginar que talvez, se vivenciasse situação semelhante, poderia ter tomado a mesma decisão.

Há outras situações, no entanto, em que os crimes foram planejados por elas, e quando não executados pelas próprias mulheres, estas receberam a ajuda de terceiros, como amantes, parentes, amigos ou matadores de aluguel. Nestes enunciados, o tratamento conferido é distinto daquelas que teriam matado por legítima defesa: são mulheres mentirosas, frias e calculistas.

A notícia “Polícia prende mulher que mandou matar ex-companheiros a pauladas”, publicada no dia 03 de setembro de 2003, relata a história do assassinato de Antônio José Veras Magalhães. A principal suspeita do crime seria sua ex-companheira, a doméstica Maria de Nazaré Pereira Amorim.

Segundo a publicação, Nazaré teria participado e contratado dois homens para aplicarem pauladas na vítima. A acusada atraiu Antônio alegando que queria conversar sobre a venda da casa, já que os dois estavam separados há três meses e não existia possibilidade de reconciliação. O jornal ressalta que Nazaré tentou convencer os policiais de que não tinha nenhuma participação no crime:

Depois de diligências, investigações e perseguição continua, a partir das informações de testemunhas, a Equipe de Capturas da Decop conseguiu chegar à acusada e prendê-la ainda em estado flagrante. Naquela especializada, ela foi interrogada pela delegada Edilúcia e, a princípio, tentou convencê-la de que estava lesionada em consequência do “assalto”. (POLÍCIA, 2003, p.10)

Kátia Maria Ribeiro Silva Pereira também teria tentado convencer a polícia de que não tinha responsabilidade na morte de seu ex-marido, o cabo de polícia Josivaldo Silva Pereira. Consta na reportagem do dia 10 de maio de 2002 a elucidação do crime, que inicialmente pensava-se ser um latrocínio. As investigações, no entanto, levaram à descoberta de que Kátia havia encomendado o assassinato de Josivaldo para receber oitenta mil reais de um seguro feito pela vítima. O amante de

Kátia, Magno Viana Corrêa, o “pistoleiro” Sandoval Rodrigues, e o motorista Almir Fernandes da Silva, também estavam envolvidos:

Um dia antes do crime, Kátia pediu ao irmão que alugasse um carro numa locadora – um pálio verde – e marcou um encontro com o ex-marido nas proximidades do Comando Geral da PM, a fim de conversarem sobre a reconciliação. Dali, saíram andando em direção ao Altos do Calhau. No meio do caminho encontraram Sandoval no pálio verde, dirigido por Almir Fernandes da Silva. Eles haviam simulado um “prego” no carro, que estava com a tampa da frente aberta. Kátia fingiu não dar muita atenção e os dois continuaram andando. Em seguida, Sandoval entrou no carro, aproximou-se do casal e desferiu tiros no cabo, que, ao cair, ainda foi esfaqueado pelo autor do crime.

Em seu depoimento, Kátia tentou eximir-se de culpa, afirmando que a mulher que estava com Josinaldo no dia crime era Natália, uma ex-empregada do casal (...) (EX-ESPOSA, 2002, p.12)

Quando as mulheres alegam que suas atitudes foram motivadas para proteger a própria vida ou a vida dos filhos, assim como quando dizem terem recorrido à violência para coibir a prática de novas violências de seus companheiros, a construção do texto jornalístico evita classificá-las diretamente como criminosas. E se assim o são é porque houve uma forte razão, pois em contextos normais, estas jamais teriam assassinado seus companheiros. No entanto, se as motivações para as violências não forem “legítimas”, elas são consideradas culpadas. No caso de Kátia, ao colocar que ela “tentou eximir-se de culpa”, o jornal já está afirmando que ela é culpada.

A ex-frentista Inamara Silva Sales, de acordo com o Jornal Pequeno do dia 27 de fevereiro de 2008, seria a principal responsável por um dos mais covardes latrocínios ocorridos na cidade de Pedreiras: a morte de seu marido, Francisco Silva Luna, popularmente conhecido como “Fernando”. A mandante do crime contou com a ajuda do amante, Cláudio Nunes do Nascimento, natural do Rio de Janeiro. A edição revela que a vítima era dona de “imóveis e de um patrimônio invejável no município” e foi assassinado a tiros no dia 12 de outubro do ano anterior, enquanto dormia no interior de sua casa. A notícia traz que:

Após os disparos contra o marido ela gritou pedindo ajuda aos vizinhos que chamaram a polícia e constataram o “assalto”. Inamara contou aos policiais que fora “trancada pelos *bandidos* em um quarto com os dois filhos do casal de 5 anos e 3 anos”, respectivamente. A dupla a teria obrigado a abrir o cofre e a lhes entregar mais de R\$ 30 mil.

Amante veio do RJ e tem *passagens* na polícia – Inamara Sales prestou vários depoimentos, (...) mas sempre negava ser mandante do homicídio, repetindo que estava “navegando na internet” quando foi surpreendida por dois assaltantes que a trancaram com os meninos. A polícia continuou investigando e descobriu que Cláudio Nascimento é natural do Rio de Janeiro, morava na Rocinha e teve envolvimento com a polícia carioca por roubo de motos e na Paraíba por porte ilegal de armas.

A ex-mulher dele é de Pedreiras e Inamara o conheceu através da Internet quando, então, teria sido arquitetado o plano para matar o marido dela.

Curtindo com seu motorista ‘particular’ – (...) Dias depois do crime o casal foi visto em outro município fazendo compras e ‘namorando’, inclusive no carro da vítima. Chamada a prestar declarações, Inamara disse que havia contratado Cláudio como seu motorista, porque não sabia dirigir, mas negou o relacionamento amoroso entre os dois. (PRESA, 2008, p.14)

Ao enfatizar que Francisco possuía um “patrimônio invejável”, o jornal suscita indiretamente, a compreensão de que a motivação de Inamara para matar o marido seria a ambição pelos bens deste. A utilização de aspas dá um leve tom de ironia ao texto e é usada com o objetivo de contradizer as afirmações da acusada. A expressão “arquitetado o plano” faz referência à racionalidade com que Inamara e Cláudio agiram, o que neste caso, é vista como característica negativa, uma vez que demonstra a ausência de sentimentos de ambos ao planejar a morte de outra pessoa.

Já no caso do policial civil Danilo Martinez Belaglovis, assassinado com um tiro no peito pela namorada, Áurea Maria Brandão Santos, a produção da culpabilidade foi mais intensa. A edição do dia 17 de dezembro de 2002, contava que no dia anterior, Danilo havia bebido o dia todo e que chamara um amigo para irem ao pagode “Fundo de Quintal”. Lá, ele teria se encontrado com Áurea, e após uma “cena de ciúme protagonizada por ela”, Danilo convidou-a para “irem resolver o problema” no apartamento dele:

A autora do disparo contou, ainda, que quando chegaram ao apartamento discutiram, rapidamente, porque Danilo havia beijado uma amiga dele, depois de ter encontrado Áurea. Ela admite que pegou a arma, pensando que não estivesse carregada. “O Danilo tirou a camisa e mandou que eu atirasse, perguntando se eu não tinha coragem. (POLICIAL, 2002, p.12)

O Jornal Pequeno também acompanhou os desdobramentos deste crime. Segundo o periódico, a “sociedade de São Luís ficou estarrecida com a “rapidez” da Justiça” em libertar a criminosa:

Atuada em flagrante por homicídio, Áurea Brandão Santos, 22 anos, que assassinou com um tiro no tórax, na madrugada de segunda-feira, o agente de polícia Danilo Martinez Belaglovis, 27 anos, não passou mais do que cinco dias na cadeia. Ela foi posta em liberdade ontem, à tarde, por determinação, do juiz Raimundo José Barros de Sousa (...)
Estímulo à impunidade – A notícia da liberação da acusada para responder pelo crime em liberdade, deixou indignada a classe policial civil.
“A família do rapaz ainda não se recuperou do trauma, por ter perdido um de seus filhos queridos. A missa de 7º dia só acontece amanhã (domingo 22) e pelo que estou sabendo, só falta mesmo, jogarem a culpa no próprio Danilo por ter morrido”, confidenciou um agente amigo do policial assassinado. Pessoas da sociedade também se manifestaram e se disseram estarrecidas com a decisão judicial que permite à acusada se defender em liberdade. “Uma doméstica foi espancada, em Pedrinhas, matou o agressor em legítima defesa, mas continua presa. Aí não dá para entender essa Justiça”, questionou o ambulante Antônio José Maciel. (JUSTIÇA, 2002, p.12)

A declaração do ambulante Antônio José Maciel está no texto como representativa do pensamento das “pessoas da sociedade”. O entrevistado compara a situação de uma doméstica que foi espancada, teria matado o agressor em legítima defesa, e continuava presa, enquanto Áurea estava livre, mesmo tendo sido atuada em flagrante. A noção que perpassa a notícia é a de que às mulheres, pode ser tolerável matar para se defender. No entanto, se não há motivos plausíveis, a liberdade das acusadas significaria um “estímulo à impunidade”.

A surpresa dos parceiros que são atingidos é igualmente enfatizada. Em “Mulher fere marido a bala durante discussão”, publicada no dia 29 de outubro de 2005, Leandro Silva Melo demonstra espanto por ter sido alvejado com um tiro nas costas por sua companheira, Shirlene Frazão Martins. De acordo com o Jornal Pequeno, a vítima declarou ao delegado que investigava o caso: “Felizmente, fui atingido de raspão, mas ela botou foi mesmo para me matar, doutor delegado” (MULHER FERER, 2005, p.12).

Tânia Regina Zimmermam (2012, p.98) coloca que “Ao atentar para as propriedades do texto, seja no vocabulário, nas metáforas, no aspecto gramatical ou no estilo, percebe-se que algumas convenções são mecanismos eficazes de produção do senso comum que podem manter e reproduzir padrões de comportamento” (ZIMMERMAN, 2012, p.198).

A utilização do advérbio “mesmo” na frase “(...) mas ela botou foi mesmo para me matar (...)” reifica noções que tem construído a violência como não pertencente à feminilidade. Dessa forma, torna-se surpreendente o fato de que uma mulher tenha atirado no próprio companheiro e “botado pra matar”.

Do mesmo modo que Shirlene Frazão, Mariselma de Assis Cardoso, mais conhecida como Selma “Terror” também estava sendo “caçada” pela polícia para a realização de uma nova acareação. Sobre a mulher, recaía a acusação de ter colaborado e assistido o assassinato de seu amante Francisco das Chagas Gentil da Silva, vulgo Cambéu.

De acordo com o Jornal Pequeno do dia 15 de setembro de 2000, Valentino Silva Nascimento, o “Branquinho”, parceiro de Selma “Terror” nesse crime, convenceu seu colega, Antônio Soares Ribeiro, o “Exu Caveira”, a enterrar Cambéu nas dunas da Praia da Guia:

“Ela mandava matar ele” – (...) Segundo declarou, Selma estava com o grupo na quarta-feira (03 de agosto) bebendo em companhia de Cambéu. Os dois sumiram nas dunas e só voltaram muito tarde da noite. “Já de madrugada, quando ele se embriagou, Exu Caveira disse que ia matar Cambéu e enterrar o corpo lá mesmo, porque os dois tinham um acerto. Alguns parceiros já tinham ido embora e Selma concordou no plano, dizendo que não gostava muito dele (SELMA, 2000, p.16).

Já Marilene Ferreira Maciel foi chamada de “Viúva Porcina II”¹⁰ (“MULHER”, 2005, p.14) pelo periódico, por ter atraído e assassinado com um tiro na nuca um desconhecido, ter colocado os documentos do marido André Luís Aquiles dos Santos no bolso da vítima e jogar o corpo no Rio Mearim, em Bacabal, simulando assim, o assassinato de seu esposo para receber um seguro de 280 mil reais.

¹⁰ Personagem de Regina Duarte na novela “Roque Santeiro”, exibida pela Rede Globo de 1985 a 1986, escrita por Dias Gomes. “Porcina” era uma falsa viúva, pois seu marido Luís Roque Duarte, o Roque Santeiro, não estava morto como os moradores da fictícia cidade de Asa Branca pensavam.

O crime ocorreu em 1992, mas só em 2005 foi descoberto. O ex-marido de Marilene não sabia do plano, e estava morando no Amapá desde que se separara da mulher. Na reportagem constava também que ela teve ajuda de um comparsa chamado José Pedro Nazaré e de um advogado cujo nome não havia sido revelado para não prejudicar as investigações. Os três reconheceram o cadáver do homem como sendo de André Luís quando este foi encontrado.

Através das notícias pesquisadas, entendo que os enunciados do Jornal Pequeno constroem o feminino consonante com duas imagens que tem estado historicamente no imaginário ocidental: Eva e Maria.

Retomando Silvia Nunes (2000), a autora argumenta que a concepção de que a mulher seria um ser dotada de sentimentos maléficos, vem dos primórdios do Cristianismo, que instituiu uma relação entre feminilidade, sexo e o mal – as mulheres como seres traiçoeiros que ataçavam a luxúria e o ciúme, lançando os homens uns contra os outros. Responsabilizada pela Queda, a mulher foi tida como filha e herdeira de Eva, fonte do Pecado Original e instrumento do diabo. Esta concepção atravessa toda a Idade Média e permanece até o Renascimento, onde agrega-se a outra imagem: a de feiticeira.

As mulheres seriam, portanto, consideradas como “mal maléfico”, tidas como crédulas, faladoras, coléricas, vingativas, de vontade e memória fracas, dissimuladas, vaidosas, de pouca inteligência, avarentas, invejosas, difamadoras, vorazes, inconstantes, mentirosas, beberonas, tagarelas, insaciáveis, prestando-se a todas as torpezas sexuais. A mulher se constituiria uma criatura que causa medo, na medida em que sua aliança original com a serpente fez dela, para sempre a depositária do mal. (NUNES, 2000, p.24)

Em oposição a Eva, a imagem da Virgem Maria também é cultivada pelo Cristianismo, embora inicialmente, este ideal não fosse alcançável pelos mortais. No entanto, como discuto mais adiante, a consolidação da ordem burguesa e da família nuclear no século XIX, reestrutura a relação mãe/filho, que passa a ter fundamental importância nesse contexto. Nunes observa que “Pode-se então observar uma valorização dos aspectos positivos da feminilidade e de suas funções e um endeusamento da figura materna nunca antes observado” (NUNES, 2000, p.65).

Os enunciados que perpassam as mulheres envolvidas em situação de violência em relações afetivas e sexuais colocam-nas, na maioria das vezes, como mulheres frágeis, que só se tornaram violentas por não suportarem mais as agressões vividas na relação. Em outras situações, quando os motivos não são considerados legítimos, elas são significadas como mulheres más.

Acredito que esta percepção diferenciada se dá em razão de que atitudes agressivas, que envolvam violência, não são consideradas pertencentes ao gênero feminino. Portanto, quando as

mulheres são violentas, a compreensão é a de que houve um forte motivo para que o fossem. Se assim não o é, então elas são significadas como mulheres más, que rompem com a própria feminilidade.

No entanto, retomando Henrieta Moore (2000) outra vez, quando diz que muitas vezes, as representações de gênero dominantes têm apenas relações tangenciais com aquilo que os sujeitos vivem em sua individualidade, talvez os atos destas mulheres nos indiquem que o modelo que tem construído o feminino como mais frágil, vulnerável, incapaz, esteja em descompasso com a forma como muitas de nós mulheres nos percebemos e vivenciamos nossas identidades de gênero.

3.3 “Enlouquecidos de amor”: ciúmes e traições

“Eu te amo e você me matou”. Esta teria sido a frase que o estudante Herson Moraes da Silva, de 22 anos, repetiu seguidamente antes de morrer atingido com um golpe de faca no coração, desferido pela sua namorada Liziane Santos Nunes, de 23 anos. De acordo com declarações do vizinho de Herson ao Jornal Pequeno, eles estavam com alguns amigos no bairro da Madre Deus quando o casal se desentendeu e iniciou uma discussão:

Ela veio embora e deixou ele lá, em seguida viemos embora também. Quando chegamos na Praça da Bíblia, próximo à clínica do Sesi, ele ficou conversando com uma amiga e com Marcos Antonio. Ela viu a menina lá e fez um escândalo. Pensamos que ela tinha ido para casa, mas retornou procurando a garota como não a encontrou, cravou a faca no peito de Herson com tanta força que a ponta quebrou. (ESTUDANTE, 2007, p.12)

O jovem foi socorrido pelos amigos, mas não resistiu ao ferimento, vindo a falecer horas depois. Caso semelhante foi noticiado no dia 04 de janeiro de 2000 quando o indivíduo conhecido como “Campeão”, assassinou sua esposa Regina:

Enlouquecido pelo ciúme doentio, o indivíduo Luís ou José Carlos, mais conhecido pela alcunha de “Campeão”, assassinou covardemente a golpes de facão a sua companheira identificada por Regina, vulgo “Maria Bonita”. Possesso, após quase retalhar a mulher, “Campeão” ateou fogo à casa onde moravam, na área do Unicampping, na praia de São José de Ribamar. O crime aconteceu domingo, (02) no início da noite e teria sido provocado depois de violenta discussão por ciúmes. “Campeão”, segundo vizinhos acreditava que estava sendo traído por “Maria Bonita” (HOMEM, 2000, p.12).

As duas notícias atribuem as causas dos assassinatos a emoções fortes, derivadas do ato de amar. Ao lê-las, o leitor pode deduzir que Herson e Regina morreram porque seus parceiros não conseguiram lidar com os intensos sentimentos que quem ama está submetido: enlouquecidos e possessos diante da possibilidade de terem sido traídos, Liziane cravou a faca no peito do namorado e “Campeão” quase retalhou a mulher.

Os ciúmes, a traição, o rompimento da relação e a tentativa de reconciliação sem sucesso, foram alguns dos motivos apontados pelas edições do Jornal Pequeno durante os anos 2000, por levar os amantes à tomada de atitudes trágicas. Ao colocar o amor como matriz desencadeadora dos conflitos nas relações afetivas e sexuais, o periódico reifica a ideia de que este é um sentimento natural, arrebatador e preexistente às relações sociais.

Segundo Jurandir Freire Costa (1998), o credo amoroso é sustentado por afirmações que colocam o amor como sentimento universal, presente em todas as épocas e culturas; que amar é não ter controle de si e que o amor é a condição para a máxima felicidade.

A naturalidade e universalidade da experiência amorosa, porém, não são evidentes por si mesmas: nenhum dos constituintes afetivos e cognitivos do amor é fixo por natureza. Dizer que o amor é universal significa reconhecer em experiências emocionais passadas, semelhanças com experiências do presente. Este reconhecimento, por sua vez, é ensinado e aprendido.

No mesmo caminho, a ideia de “natural” remete à concepção daquilo que não é construído histórica e culturalmente. Para o autor, a oposição natureza/cultura revela-se enquanto uma disputa teórica que podemos ou não aceitar, o que significa que independentemente de ser descrito como um “fato cultural” ou “fato natural”, não amamos apenas porque a natureza ou a cultura assim exigem. Sobre a questão da “espontaneidade”, o autor diz que quando acentuamos o aspecto incontrollável do amor, enfatizamos os sentimentos em detrimento das crenças e julgamentos que também lhe são presentes:

Amamos com sentimentos mas também com razões e julgamentos. A racionalidade está tão presente no ato de amar quanto as mais impestuosas paixões. Amar é deixar-se levar pelo impulso passional incoercível mas sabendo “quem” ou “o que” pode e deve ser eleito como objeto de amor. A imagem do amor transgressor e livre de amarras é mais uma peça do ideário romântico destinada a ocultar a evidência de que os amantes, socialmente falando, são, na maioria, sensatos, obedientes, conformistas e conservadores. (COSTA, 1998, p.17)

Ainda de acordo com Jurandir Freire Costa, quando não realizamos o ideal imaginário do amor, buscamos explicar esta impossibilidade culpando a nós mesmos, aos outros ou ao mundo, mas nunca contestando as regras comportamentais, sentimentais ou cognitivas que interiorizamos quando aprendemos a amar:

(...) os excluídos do amor romântico (...) aprenderam a se considerar “infelizes”, “azarados”, “irrealizados”, “neuróticos”, ansiosos, “narcísicos”, “frustrados”, “medrosos”, e outros estigmas auto-aplicados. (...) Aprendemos a crer que amar romanticamente é uma tarefa simples e ao alcance de qualquer pessoa razoavelmente adulta, madura, sem inibições afetivas ou impedimentos culturais. O sentimento de insucesso amoroso é, por isso mesmo, acompanhado de culpa, baixa da auto-estima e não de revolta contra o valor imposto (...). (COSTA, 1998, p.35)

Os “excluídos do amor romântico” das páginas do Jornal Pequeno são apresentados como sujeitos “desesperados”, “enlouquecidos”, “escandalosos”, “doentes de ciúmes”, “emocionalmente desequilibrados” diante da recusa de seus parceiros em permanecer na relação, ou da possibilidade de que o amor que pensaram que lhes era exclusivo assim não o fosse.

A utilização do termo “tragédia”, por exemplo, para se referir aos casos é constante nas narrativas, suscitando a compreensão de que uma vez rompido o pacto que une os amantes, não existiria outro caminho lógico depois dessa quebra que não fosse a morte de um dos dois ou de ambos:

TRAGÉDIA NA AREINHA

Homem que matou a esposa a tiros revolta a família da vítima
Assassinato teria sido planejado pelo homicida

A dona-de-casa Luziene Nogueira, de 22 anos, foi sepultada no final da tarde de ontem, no cemitério da Vila Embratel, em meio ao protesto de seus familiares. Ela foi assassinada a tiros, por volta das 6 horas da manhã de sábado, depois de uma acalorada discussão por causa de ciúmes.

O crime foi praticado pelo seu próprio marido, o padeiro Luís Carlos Nunes Martins, mais conhecido como “Ló”. Ele dormiu com a esposa e seus três filhos e, de madrugada, pegou o revólver que havia escondido na casa de um vizinho. Resultado: de manhã cedo, por volta das 6 horas da manhã, acabou assassinando a tiros de revólver sua mulher Luziene Nogueira (...) (HOMEM, 2004, p.8)

Antony Giddens (1992) em seus estudos sobre sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas distingue o “amor paixão” e o “amor romântico”, embora considere que este último tome para si elementos do primeiro. Assim, o autor diz que o *amour passion* é marcado por uma urgência que o coloca à parte das rotinas da vida cotidiana, é perturbador das relações pessoais, arranca os indivíduos das atividades mundanas e gera uma propensão às opções radicais e aos sacrifícios.

O amor romântico, por sua vez, começou a marcar sua presença no final do século XVIII, e se associou a um envolvimento mais permanente com o objeto do amor, suscitando a questão da intimidade. Luxúria e amor romântico são incompatíveis, não tanto pela idealização do ser amado, mas sim porque se presume que o que ocorre entre dois indivíduos, é um encontro reparador de almas, ou seja, o outro preenche um vazio não reconhecido até que a relação se inicie. “No amor romântico, a absorção pelo outro, típica do *amour passion*, está integrada na orientação da “busca”. A busca é uma odisséia em que a auto-identidade espera a sua validação a partir da descoberta do outro” (GIDDENS, 1992, p.57).

Ao apresentar o excesso de amor como elemento desencadeador dos conflitos afetivos e sexuais, o discurso do Jornal Pequeno invisibiliza que este se constitui como uma tecnologia de gênero que reifica a produção binária, e que as relações de amor são atravessadas por marcações de poder, por vezes, hierárquicas.

Ainda para Giddens (1992), a construção do amor romântico se deu num contexto de mudanças político-sociais e relaciona-se diretamente a algumas influências que atingiram especialmente as mulheres, como a invenção da maternidade e à subordinação desta ao lar. Por essa razão, o autor entende que o amor romântico se moldou como um amor essencialmente feminilizado.

Michel Foucault (2006) nos possibilita entender quais transformações as sociedades ocidentais estavam experimentando no momento em que o amor romântico se delineia como força social. O autor localiza no século XVIII, o momento em que a “população” surge como problema econômico e político, com seus fenômenos específicos, como taxas de natalidade, de mortalidade, esperança de vida, frequência das relações sexuais, fecundidade, estado de saúde, entre outros. Além disso, este corresponde ao momento em que os grupos burgueses se consolidam como força econômica e política, suscitando a necessidade de formação de indivíduos fortes e sadios. A construção de uma ligação fundamental entre sexo feminino e maternidade teria sido um dos caminhos encontrados para lidar com alguns destes fenômenos. O corpo humano foi tomado como base material estável e sobre ele, novos significados foram construídos¹¹.

Nunes (2000) destaca a contribuição da filosofia Iluminista nesse processo. Pensadores como Jean Jacques Rousseau defendiam a divisão de papéis complementares e opostos para homens e mulheres: a eles estaria reservado a atuação no espaço público, enquanto a elas, caberia o espaço privado. Uma vez que os ideais iluministas propunham a compreensão de que a igualdade era universal, as desigualdades dos sujeitos se justificariam por uma suposta diferença sexual naturalmente determinada.

A anatomia do corpo feminino, representada por seus ossos frágeis, tecidos moles, cérebro estreito, serviria para constatar a natural vocação das mulheres para maternidade e para o ambiente doméstico. As características morais, por sua vez, refletiriam as diferenças físicas: timidez, doçura, passividade, afetividade seriam atributos típicos da feminilidade. Constrói-se assim, as diferenças de gênero como reflexo das diferenças sexuais, e ambos se revelam como elementos necessários ao amor romântico, considerando-se que:

O amor romântico depende da identificação projetiva, da identificação projetiva do amour passion, como o processo pelo qual os parceiros potenciais tornam-se atraídos e, então, unem-se. A projeção cria, aqui, uma sensação de totalidade com o outro, sem dúvida intensificada

¹¹ Da Antiguidade até a Renascença, dois sistemas de pensamento explicavam a construção da masculinidade e da feminilidade. Para os antigos, a definição do do caráter sexual encontravam-se num vasto conjunto classificatório que levava em consideração a combinação de quatro elementos: ar, água, fogo e terra. Coisas quentes e secas eram consideradas masculinas; coisas úmidas e frias, femininas. No século II, o filósofo Galeno estabeleceu que as genitálias maculina e feminina não eram diferentes, apenas que na mulher, os órgãos estavam localizados dentro do corpo. Assim, a mulher passou a ser vista como um homem incompleto (Nunes, 2000)

pelas diferenças estabelecidas entre a masculinidade e a feminilidade, cada uma delas definida em termos de antítese” (GIDDENS, 1992, p.72).

Michel Foucault (2006) coloca o corpo da mulher como um dos quatro grandes conjuntos estratégicos sobre os quais se desenvolveram dispositivos de saber e poder a respeito do sexo. A associação entre maternidade e feminilidade foi também um dos caminhos para controlar este perigoso corpo saturado de sexualidade: o filho se transforma no objeto privilegiado do desejo da mulher:

Interessante observar como a maternidade e o amor são o tempo todo contrapostos à sexualidade. [...] É interessante observar como a vida do casal fica em segundo plano. São minunciosamente definidos o lugar e as tarefas do homem e da mulher na união conjugal: como o marido deve se preocupar em proteger e educar a esposa, como deve ser seu guia, como a mulher deve servir ao marido e o que deve fazer para ser sua parceira ideal. [...] Descreve-se a relação de casamento como uma relação divinizada, onde a questão do prazer sexual é evitada (NUNES, 2000, p.74).

Aos homens, as tensões entre amor romântico e a paixão se resolviam pela separação entre o conforto do ambiente doméstico da sexualidade da amante ou da prostituta, prerrogativa não compartilhada pelas mulheres. Nesse sentido, a oposição amor/sexo se constitui como mais uma das diferenças entre mulheres e homens.

A condição de mãe é, aliás, ressaltada nas notícias em que as mulheres aparecem como alvo das agressões em relações afetivas e sexuais. Se por um lado, a maternidade é pensada como o destino natural das mulheres, esta experiência não está isenta de dores e sofrimentos:

Mulher não aceita reatar namoro e é morta a facada
Acusado estaria drogado e atingiu a vítima no umbigo

Por não aceitar as promessas de seu ex-companheiro, que por várias vezes tentou uma reconciliação, Elizabeth Fonseca Braga, 23 anos, foi assassinada com uma facada no umbigo na noite de domingo (20).

O autor do assassinato, conhecido por “George”, conseguiu fugir e está sendo procurado por agentes do 2º Distrito Policial (João Paulo), responsável pela instauração do inquérito.

Mãe de três filhos – Elizabeth foi socorrida por vizinhos e levada para o Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão I), pasou pelo Centro Cirúrgico, mas não resistiu à gravidade do ferimento e morreu na manhã.

Uma vizinha disse que a vítima era mãe de três filhos, uma menina de quatro anos e de dois meninos: um de três anos e outro de um ano. (MULHER, 2008, p.12)

Na notícia acima, o destaque que se dá à informação de que Elizabeth tinha três filhos sugere ao leitor que ela era uma boa mãe, conseqüentemente uma boa pessoa, vítima de um trágico destino.

Simultaneamente às noções de que o amor é um sentimento arrebatador, Jurandir Freire também ressalta que faz parte das idealizações sobre o amor, considerá-lo um valor em si, que independe de ligações com quaisquer outros interesses humanos ou mundanos. Este sentido surge na Grécia Antiga e prossegue com os primeiros séculos do cristianismo, onde o amor colocou-se

primeiramente como algo Bom, Belo e Verdadeiro: “(...) tanto no *eros* grego quanto *agape* ou *caritas* cristãs, o amor correto era imaginado como um sentimento voltado para algo que transcendia a vida mundana e aspirava à eternidade” (COSTA, 1998, p.32)

O autor diz que esta visão foi predominante à época, mas que o amor cortês também esteve ali presente e preparou as condições culturais para a explosão do amor romântico-paixão do fim do século XVIII e início do século XIX:

Diferente ao amor platônico ou das amadas clássicas cristãs, a idealização descontrolada das emoções sensíveis; da relação dual; da humanização do objeto amado; da aceitação de sentimentos “vis” como ciúme, suspeita, ressentimento; o rebaixamento moral do casamento, etc. mostram o catecismo do amor-paixão romântico quando em germe. Os elementos da instabilidade (desconfiança quanto ao parceiro, ausência de elos sociais que garantam a força do vínculo a dois, etc.) dão a tônica de ansiedade, competição e corrida permanente para manter o parceiro desejado (COSTA, 1992, p.49).

Embora essa referência da modernidade tenha construído o amor como sentimento que se alicerça na busca pelo “outro” e no sofrimento pela ausência ou perda deste, a passagem de significados não alterou substancialmente a ideia de que o amor é uma boa coisa. Desse modo, ao mesmo tempo em que se admite que o amor é um sentimento incontrolável, entende-se também que, quando verdadeiro, o amor não deve causar mal ao ser amado. Talvez, esta seja a razão pela qual Herson repetia a frase “Eu te amo e você me matou”, antes de morrer pelas mãos de sua namorada Liziane: não esperamos que quem amamos nos faça algum mal.

As concepções do amor romântico, no entanto, estariam fragmentando-se em épocas atuais exatamente pela emancipação e autonomia das mulheres. Em contrapartida, estaríamos vivenciando o surgimento do *amor confluyente*, um amor ativo que se opõe às concepções de “para sempre” e “único” do romance: estabelecer um “relacionamento especial” substitui a busca pela “pessoa especial”. O amor confluyente coloca a satisfação sexual recíproca como elemento-chave na manutenção ou não do relacionamento. “O que mantém o relacionamento puro é a aceitação, por parte de cada um dos parceiros, “até segunda ordem”, de que cada um obtenha da relação benefício suficiente que justifique a continuidade” (GIDDENS, 1992, p.74).

Tomando as considerações de Giddens (1992), os enunciados em que as manifestações de violência são atribuídas a causas como ciúmes e infidelidade dos casais parecem indicar que a transição do amor romântico para o amor confluyente nas sociedades ocidentais é marcada por contradições.

Em seus estudos com homens e mulheres das camadas médias urbanas do Rio de Janeiro, a antropóloga Miriam Goldenberg (2003) identificou que os ciúmes e a infidelidade aparecem nas respostas dos sujeitos entrevistados, como os principais problemas vividos nos relacionamentos

amorosos. Contudo, estes mesmos sujeitos pesquisados exigiam sinceridade, lealdade e franqueza em suas relações, simultaneamente à necessidade de estar em um relacionamento livre, no qual a individualidade de cada um fosse preservada:

Ao mesmo tempo em que reivindicam privacidade, espaço, independência e autonomia, entre outros “novos” ideais de liberdade e individualidade, os pesquisados ressaltam valores que podem ser vistos como simbióticos-românticos de sinceridade absoluta, cumplicidade, interdependência e complementaridade. Queixas diretamente relacionadas ao ciúme e possessividade, como “controle excessivo por parte do parceiro”, “cobranças”, “invasão de espaço”, “falta de privacidade” apareceram, no material analisado, juntamente com outras como “falta de sinceridade”, “falta de confiança”, “mentiras”. (GOLDEMBERG, 2003, p.7 e 8)

Retomando Michel Foucault, o autor coloca que:

(...) o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização (...). (FOUCAULT, 2012, p.55)

Considerando então que o objeto existe sob condições positivas de um feixe complexo de relações, Goldenberg entende que estas contradições refletem as mudanças nos modelos de família e conjugalidade que se iniciaram em meados da década de 1970, e que levaram à coexistência de valores “tradicionais” e “modernos” na sociedade brasileira. Como já colocado, as lutas feministas foram fundamentais no questionamento dos papéis tradicionais que homens e mulheres vivenciavam em suas relações afetivas. Os ideais que construíram a identidade de gênero masculina como forte e provedora e a identidade feminina como sendo a de mãe, esposa e dona-de-casa, relativizaram-se e passaram a conviver com outros atributos, como as do homem sensível, vaidoso e frágil, e da mulher livre, independente e autônoma. A reivindicação de igualdade se deu na esfera pública e na privada a partir da recusa de morais sexuais diferentes para homens e mulheres.

A autora ressalta, porém, que seus entrevistados queixam-se de que tudo ficou pior após tais mudanças. Para Goldemberg estas reclamações revelam que:

Cada um de nós, mesmo vivendo alternativas vanguardistas de conjugalidade, convive interiormente com um modelo tradicional de família e de casamento. A forma tradicional de relacionamento afetivo-sexual vem sofrendo inúmeras modificações, mas o casamento continua a constituir um problema que homens e mulheres sentem de maneira diferente. (GOLDEMBERG, 2003, p.7)

Cynthia Sarti (2003) ao estudar a moral dos pobres, mostra a força simbólica de padrões considerados tradicionais entre os segmentos populares. Segundo a autora, é a partir do casamento que os sujeitos pobres iniciam seu projeto de construir uma casa e uma família. Quando não é possível

ter uma casa e constituir um núcleo independente, o novo casal pode se instalar na habitação de algum dos pais dos cônjuges, situação esta que é considerada como provisória.

A rede familiar dos sujeitos pobres, muitas vezes envolve uma rede de parentesco mais ampla. Nestas famílias, o homem se mantém como a autoridade central, aquele que media a relação com o mundo externo, e as famílias nas quais os homens estão ausentes, são tidas como mais frágeis.

A autora nota que a dimensão da pobreza, por exemplo, aparece com maior frequência no discurso masculino, já que os homens se sentem responsáveis pelo provimento da esposa e dos filhos. Isto não significa que as mulheres não tenham autoridade, mas existe uma divisão complementar entre os parceiros: a casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Ele é o chefe da família e ela, a chefe da casa:

O homem (...) é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que ele garante o *respeito*. Ele, portanto, responde pela família. Cabe à mulher outra importante dimensão da autoridade, manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar. É a *patroa* (...) A autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo simbólico em que a maternidade faz da mulher, mulher, tornando-a reconhecida como tal, senão ela será uma potencialidade, algo que não se completou. (SARTI, 2003, p.64)

A autora ressalta que as famílias pobres que se centram na figura do pai/provedor, são mais vulneráveis. A instabilidades destes casamentos se explicaria pelo sentimento de fracasso que o homem carrega diante de expectativas não cumpridas, enquanto a mulher, sente-se frustrada por seu desejo de conseguir algo através do casamento não ter sido realizado (SARTI, 2003).

Mesmo quando a mulher assume a responsabilidade econômica da família, a identificação do homem com a autoridade moral, que confere respeitabilidade à família, não é necessariamente alterada. A sobrevivência dos grupos domésticos liderados por mulheres, é possível através da mobilização da extensa rede familiar. Nesses casos, comumente é o filho mais velho que se destaca no papel de chefe da família.

As situações de violência em relações afetivas e sexuais noticiados tanto pelo Jornal Pequeno, quanto pela mídia em geral, nos possibilita questionar se as alterações e valores que tem se estabelecido nas relações de gênero, tem tornado-as, de fato, um território de igualdade entre os gêneros e de realização pessoal para os sujeitos que nela estão envolvidos. Tais contradições podem querer nos mostrar que “(...) o romantismo amoroso, que foi e continua sendo uma das marcas registradas da cultura ocidental, é daqueles ideais que resistem à mudança, insistindo em permanecer o mesmo num mundo que se tornou outro” (GOLDEMBERG, 2003, p.10)

4. VIOLÊNCIA E ANORMALIDADE NAS PÁGINAS DO JORNAL PEQUENO

4.1 “Uma história um tanto arrepiante”: loucos, delinquentes, assassinos

“A dor foi tão grande que tive forças para gritar e chamar a atenção de alguém”. Esta foi a declaração que a acadêmica de enfermagem Fabiana Sousa Costa, 21 anos, deu à edição do Jornal Pequeno do dia 23 de fevereiro de 2003, que trazia ao conhecimento de seus leitores, “os atos de verdadeira selvageria” aos quais a jovem vivera no dia anterior pelas mãos de seu ex-namorado, o técnico em enfermagem Carlos Magno Araújo Viana, 30 anos, funcionário da Funai.

Segundo declarações de Fabiana ao periódico, após estar sumido há mais de um mês, devido seu trabalho em outro estado, Carlos retornou e convidou-a para ver uma casa na Vila Cafeteira, próximo à residência do avô. Ele pegou as chaves, levou-a até a casa e começou a dizer que não poderia viver sem ela e que não aceitaria a separação:

Instrumentos de tortura – De acordo com Fabiana, depois de tentar explicar que tudo havia terminado, porque ele é casado e tem duas filhas, Carlos Magno abriu a bolsa e dela retirou vários instrumentos cirúrgicos, como bisturi, tesoura e outros, além de cordas, fios elétricos, esparadrapo e um frasco de álcool. A partir daquele momento, ela foi submetida aos maiores vexames e ficou em poder de Carlos Magno das 17h às 19h de sexta-feira.

Marcou com ferro em brasa – Fabiana disse, aos prantos e demonstrando muita dor e revolta, pelo ato de selvageria e crueldade de que foi vítima, que foi amarrada pelas mãos, imobilizada, teve os pés também amarrados e, quando recusava, era ameaçada de morte. Ele dizia que queria “apenas satisfazer uma fantasia sexual, mas eu disse que não poderia satisfazê-lo porque estava menstruada, enquanto Carlos Magno argumentava que eu não ia sentir nada”. (TÉCNICO, 2003, p.12)

A narrativa prossegue contando que depois de ser amarrada e de ter um esparadrapo na boca, Fabiana foi queimada com um ferro de marcar gado, em brasa. Segundo a jovem, o avô de Carlos bateu à porta, mas o neto disse que tudo estava normal. O jornal não explica como, mas Fabiana conseguiu se libertar da tortura, enquanto Carlos Magno conseguiu fugir, deixando todos os instrumentos usados, que foram apreendidos pela polícia.



Foto 5: Fabiana mostra as costas marcadas com as iniciais 'C.M', as primeiras letras do nome "Carlos Magno".
Fonte: Jornal Pequeno, 23 fevereiro de 2003.

A narrativa da notícia acima constrói a violência enquanto sinônimo de “selvageria”, remetendo à ideia de que a violência não pertence à civilização. Segundo Norbert Elias (1993), o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e nos sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica, na qual as atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas da vida comunal, investidas de sentimentos de vergonha, e onde o autocontrole se torna cada vez mais estável e uniforme.

O autor entende que os processos que configuraram a transformação dos guerreiros medievais para cortesãos nas sociedades europeias teriam se dado pela gradativa especificação das funções sociais, as quais quanto mais diferenciadas se tornavam, mais cresciam tanto em número de funções quanto de pessoas das quais os indivíduos constantemente dependiam que as realizassem “corretamente”. O principal perigo que um indivíduo representa para o outro nessa complexa e extensa teia de ações, é o de perder o autocontrole.

A estabilidade do autocontrole mental, por sua vez, une-se à monopolização da força física e à estabilização dos órgãos centrais da sociedade na reorganização do tecido social, criando-se espaços sociais pacificados, normalmente livres de violência:

A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito – todos estes são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da força física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social. Ocorre uma mudança “civilizadora” do comportamento humano (ELIAS, 1993, p.198).

O autor destaca, no entanto, que a vida se tornou menos perigosa, mas também menos emocional ou agradável no que diz respeito à satisfação imediata do prazer. Assim, as paixões que não podem mais se manifestar nas relações entre pessoas, frequentemente emergem violentamente no interior destas, que lutam contra a parte supervisora de si mesmo:

(...) essas limitações produzem também tensões e perturbações peculiares na economia da conduta e das paixões. Em alguns casos, levam a uma inquietação e insatisfação perpétuas, exatamente porque a pessoa afetada só pode satisfazer uma parte de suas inclinações e impulsos em forma modificada, como, por exemplo, na fantasia, na qualidade de espectadora ou ouvinte, nos devaneios ou nos sonhos. (...) Em outros casos, também, essas energias são transformadas de tal maneira que fluem para apegos e repulsões excêntricos, em predileções por esta ou aquela fantasia particular (ELIAS, 1993, p.204).

Deste molde social surgem então, os “bem-ajustados” e os “desajustados”. Nesse sentido, vejo que um dos significados que os discursos apresentados pelo Jornal Pequeno constroem sobre a violência é de que esta seria resultado do descontrole de pulsões individuais.

A notícia não deixa totalmente claro se a tortura se deu porque Carlos Magno não aceitava o fim do namoro, ou se seu desejo era mesmo o de realizar uma fantasia sexual, como ele teria dito à Fabiana. No entanto, independente do que lhe motivou, o técnico em enfermagem é classificado como o “desajustado”, cruel e selvagem, que submete a namorada “aos maiores vexames”. A “selvageria” é reificada através de uma foto que ilustra a notícia, na qual as costas de Fabiana estão marcadas a ferro em brasa pelas iniciais “C.M”, respectivamente os dois primeiros nomes do ex-namorado. A narrativa se encerra com Fabiana revelando que Carlos Magno ainda a ameaçou:

Ao registrar a queixa, Fabiana fez questão de acrescentar que está temendo ser assassinada a qualquer momento, como ele prometeu. “Tu podes ir pra qualquer lugar que eu te acho”, teria dito Carlos Magno, afirmando que “um policial matou a namorada, no Ceuma, e não teve nada”. O médico matou e esquartejou a amante e também não vai dar em nada. Eu tenho coragem de matar lá dentro da faculdade”, sentenciou o acusado, para amedrontar a vítima. (TÉCNICO, 2003, p.12)

Em outra notícia, o estudante Antônio Fernando Silva Fonseca, de 20 anos, contou ao Jornal Pequeno, “uma história um tanto arrepiante”, enquanto estava recolhido na cela de um camburão da Polícia Militar sob vigilância do cabo Dos Santos e do Soldado Raposo. A edição do dia 17 de janeiro de 2000 relatava esta história:

JOVEM FAZ PACTO DIABÓLICO E MATA A NAMORADA A FACADAS

Autor do crime foi preso em flagrante e contou toda a história

Morador (...) de um dos condomínios da Forquilha, Fernando contou que há bem pouco conheceu Eva Wilma num festejo. “Ela tinha casos com outros homens, um deles um rapaz que mora na Cohab de nome com inicial J. “Nós começamos a sair”, diz Fernando. “Passamos a namorar, mas de vez em quando por causa do romance dela com os outros colegas.”

Com a maior tranquilidade, Fernando afirma que “No sábado, nós viemos pra cá, (um terreno baldio ao lado da garagem da 1001), e ficamos sentados conversando. Voltamos a discutir por causa do J. – Ela continuava saindo com ele. Nas discussões Eva sempre dizia que não conseguia mais viver sem mim.

Então pra terminar com aquela situação nós acabamos fazendo um acordo. Eu tirava a vida dela e depois me suicidava. Nós firmamos o acordo, isto no meio dessa última discussão no sábado. Nós nos dirigimos mais para os fundos do terreno onde a mata é fechada, colocamos uns papéis e Eva se deitou de bruço pra que eu a golpeasse. (...) De início eu fiquei com muito medo. Pensei muito, mas de repente veio a vontade de vez e eu desferi os golpes.” Fernando assassinou a namorada mas não teve a coragem de se matar como ele mesmo afirmou. Em seguida foi pra casa onde passou o resto da noite chorando. Somente ontem por volta do meio-dia no momento do almoço, ele resolveu contar toda a história para irmã Edinalva. Fernando foi levado para a Clínica Nina Rodrigues e voltou a falar tudo para o dr.Oliveira que estava de plantão tendo este feito o comunicado do ocorrido. (JOVEM, 2000, p.12)

O corpo de Eva Wilma foi encontrado no dia seguinte ao assassinato. Consta ainda no jornal que a vítima trabalhava como babá para um cidadão inglês que também morava em um dos condomínios da Forquilha. Já sobre Fernando, o jornal conta que ele veio da cidade de Rosário, e residia há poucos meses em São Luís. Estudava computação em uma escola de informática localizada no bairro da Cohab, e segundo informações de funcionários do hospital Nina Rodrigues, Fernando já havia passado por lá outras vezes.

A narrativa da história é cercada por um tom macabro: do mesmo modo que num filme ou num conto de terror e suspense, o leitor é colocado na posição de espectador dos acontecimentos, como se de fato estivesse presente ali na mata fechada onde se deu o caso, “assistindo” aos fatos que se seguiram. À medida que a descrição é feita, imaginamos Eva deitada de bruços e Fernando em pé, pronto para golpeá-la. Antes que o ato seja executado, porém, há o momento de hesitação, de medo. Mesmo que já saibamos que Eva foi morta, como leitores-espectadores, desejamos que algo impeça a concretização de sua morte. No entanto, nas linhas seguintes, os golpes desferidos encerram qualquer possibilidade de um *happy end*.



Foto 6: Corpo de Eva Wilma. J. P., 15 de jan. de 2000.



Foto 7: Antônio Fernando preso. J.P, 15 de jan. de 2000.

A utilização do termo “pacto diabólico” indicaria que o crime resultou de um acordo maléfico entre Eva e Fernando, e se apresenta como possível explicação para o caso, uma vez que o estabelecimento de um acordo racional entre duas pessoas, em que uma tira a vida da outra e depois se suicida, parece algo incompreensível e só poderia se dar por influência de alguma força sobrenatural, uma força “diabólica”:

(...) tendemos a chamar de “mal” precisamente o tipo de iniquidade que não podemos entender nem articular claramente, muito menos explicar sua presença de modo totalmente satisfatório. Chamamos esse tipo de iniquidade de “mal” pelo próprio fato de ser ininteligível, inefável e inexplicável. O “mal” é aquilo que desafia e explode essa ininteligibilidade que torna o mundo suportável. (...) Recorremos à ideia de “mal” quando não podemos apontar que regra foi quebrada ou contornada pela ocorrência do ato para o qual procuramos um nome adequado. Todos os arcabouços que possuímos e usamos para registrar e mapear histórias horripilantes a fim de torná-las compreensíveis (e portanto neutralizadas e desintoxicadas, domesticadas e domadas – “toleráveis”) se esfrelam e se desintegram quanto tentamos esticá-los o suficiente para acomodar o tipo de maldade que chamamos de “mal”, em razão de nossa incapacidade de decifrar o conjunto de regras que essa maldade violou (BAUMAN, 2008, p.74 e 75).

A notícia traz à cena a figura de um médico psiquiatra, a quem Fernando e sua irmã recorrem após o crime. E como indica o jornal, o “Dr.Oliveira” é quem comunica o ocorrido à polícia. Nesse sentido, o psiquiatra, assim como os policiais, se constitui como voz autorizada, aquele que tem o poder de produzir a verdade sobre os indivíduos. Considerando que Fernando já havia estado outras vezes no hospital Nina Rodrigues, o jornal implicitamente nos leva a classificá-lo como alguém “anormal”, alguém “louco”.

Michel Foucault (2006) diz que antes do século XVIII, a loucura era essencialmente considerada como uma forma de erro ou de ilusão, que só seria separada da sociedade, no caso de tomar formas extremas e perigosas. O espaço artificial do hospital não se constituía como lugar privilegiado no qual a loucura podia explodir em sua verdade. No entanto, a partir do XIX, a loucura

aparece como desordem na maneira de agir, de querer, de sentir paixões, de tomar decisões e de ser livre. É neste contexto que o hospital psiquiátrico surge como lugar de diagnóstico e de classificação, onde as espécies de doenças são divididas em compartimentos:

Todas as técnicas ou procedimentos efetuados no asilo do século XIX – isolamento, interrogatório particular ou público, tratamentos-punições, como a ducha, pregações morais, encorajamentos ou repreensões, disciplina rigorosa, trabalho obrigatório, recompensa, relações preferenciais entre o médico e alguns de seus doentes, relações de vassalagem, de posse, de domesticidade e às vezes de servidão entre doente e médico – tinham por função fazer do personagem do médico “mestre da loucura”; aquele que a faz se manifestar em sua verdade quando ela se esconde, e aquele que a domina, a acalma e a absorve depois de tê-la sabiamente desencadeado (FOUCAULT, 2012, p.203).

O misticismo, o sobrenatural, também se torna a referência para explicar alguns dos casos que tiveram destaque, como na notícia “Mulher mata o marido e se suicida no Status Motel”, publicada em 08 de outubro de 2004:

Um pacto de morte ou crime premeditado, seguido de suicídio ocorreu na manhã de ontem no interior do apartamento nº08 do Status Motel, no Turu. O comerciante João Rodrigues Coelho, 63 anos, foi encontrado morto com oito facadas, enquanto a mulher dele, Evanilza de Azevedo Carvalho, 33 anos, agonizava com um profundo golpe na garganta. Ela morreu ao dar entrada no Socorrão II. (MULHER, 2004, p.8)

A reportagem detalha que a descoberta dos corpos se deu por volta de 11h30, depois que funcionários do motel resolveram arrombar a porta do apartamento porque o casal não atendia às chamadas pelo interfone. Os empregados relataram que “O interfone não atendia nunca, até que foi necessário arrombar a porta para saber o que estava acontecendo e nos deparamos com uma cena de terror” (MULHER, 2004, p.8).

As primeiras investigações davam conta de que Evanilza e João estavam em processo de separação. No interior do quarto foram encontrados recipientes plásticos com gasolina e duas caixas com fósforos. Foi apreendido também um bilhete que teria sido escrito pela mulher e dizia que “em caso de acidente ligar para parentes. O João sempre disse que queria ser enterrado em Imperatriz. Minha roupa levar para o IML” (MULHER, 2004. p.8). A partir desses elementos, a delegada defendia a versão de que Evanilza matou o marido e depois recorreu ao suicídio.

Na edição seguinte, porém, outras evidências sugeriam que as coisas poderiam ter se dado de forma diferente. A manchete “Novas descobertas envolvem em mistério mortes do casal”, reforçava a ideia de um pacto de morte estabelecido entre o casal ou a presença de uma terceira pessoa no local, uma vez que foram encontradas 23 marcas de faca no corpo da mulher. Havia indícios também de que o casal tivesse ingerido “chumbinho”. O crime foi esclarecido completamente no dia 10 de outubro de 2004:

O legista Antônio Pedro Martins esclareceu que embora tenha descoberto 23 golpes de faca no corpo de Evanilza, apenas um foi profundo e feriu o coração. “Os outros foram cortes superficiais, todos na mama esquerda, típicos da pessoa que recorre ao suicídio e, fica hesitando, não se golpeia com a força necessária para atingir um órgão vital, até criar coragem para pôr fim à vida”, esclareceram os médicos à delegada.

A delegada acredita que o processo de separação litigiosa, na Comarca de Paço do Lumiar, foi o motivo do duplo crime, “até porque houve a premeditação, tanto pelo vestígio de chumbinho encontrado no copo de bebida, como nos frascos com gasolina e as caixas de fósforo. De uma maneira ou de outra, a tragédia seria inevitável, argumentou a delegada, acrescentando que “o bilhete deixado por Evanilza, com instruções pós-morte, esclarece tudo em volta do mistério (LAUDO, 2004, p.8).

Já no caso exposto no dia 22 de abril de 2008, os leitores tomaram conhecimento da prisão do “traficante, assaltante e autor de vários homicídios”, Nonato Mocotó. Segundo o jornal, Nonato era um “bandido completo e perigoso”, contra o qual constavam vários crimes, dentre eles dois homicídios consumados, uma tentativa de homicídio, tráfico de entorpecentes, assaltos, entre outros:

Preso homem que matou a sogra e quase mata a mulher
Ele é traficante, assaltante e autor de vários homicídios

Ao ser interrogado pelo delegado Jalingson Freire na Delegacia Regional de Santa Inês, confessou os homicídios, contando friamente como assassinou as vítimas, inclusive uma das vítimas era sua própria sogra, conhecida por Tonha, que foi assassinada na cidade de Chapadinha, no ano passado a tiro de revólver. Confessou que tentou matar ex-mulher Iracema, também a tiros de revólver e por muita sorte ela não morreu. Mocotó confessou o assassinato de Antonielson Costa Cardoso, conhecido por “Lourão”, que foi praticado na cidade de Vargem Grande no dia 11 novembro do ano passado, a tiros de revólver.

O assassino é ex-presidiário já tendo cumprido pena por tráfico de entorpecente e tentativa de homicídio no Complexo Penitenciário de Pedrinhas e vinha aterrorizando moradores de várias cidades deste Estado (...) (PRESO, 2008, p.12).

Ainda de acordo com Michel Foucault (2010, p.14):

(...) o exame psiquiátrico permite dobrar o delito, tal como é qualificado pela lei, com toda uma série de outras coisas que não são o delito mesmo, mas uma série de comportamentos, de maneiras de ser que, bem entendido, no discurso do perito psiquiatra, são apresentadas como a causa, a origem, a motivação, o ponto de partida do delito”.

O autor ressalta que em suas pesquisas sobre os exames psiquiátricos na França do século XVIII, encontrou nestes textos noções como “imaturidade psicológica”, “personalidade pouco estruturada”, “má apreciação do real”, “profundo desequilíbrio afetivo”, “jogo perverso”, que serviriam para inscrever e constituir a infração como traço individual, ou seja, estes exames não visam analisar o crime em si, mas querem mostrar as irregularidades em relação a certo número de regras que podem ser psicológicas, fisiológicas, morais.

Nesse sentido, o Jornal Pequeno apropria-se e (re)produz um discurso legitimado pela psiquiatria para construir os sujeitos envolvidos em relações afetivas e sexuais marcadas pela violência. Embora Nonato esteja nas páginas do jornal por ter matado a sogra e quase ter feito o mesmo com a ex-mulher, sua trajetória como criminoso é o que adquire maior visibilidade ao longo

do texto, de tal modo que seus atos são apenas provas de que ele é “(...) um homem incapaz de se integrar ao mundo, que gosta da desordem, que comete atos extravagantes ou extraordinários, que odeia a moral, que renega as leis (...)” (FOUCAULT, 2010, p.14).

Como já mencionado, ainda que de forma superficial, as notícias buscam obter detalhes que permitam alguma compreensão dos traços da personalidade dos protagonistas da violência. Na notícia “Operário assassina a própria esposa depois de espancá-la dentro de casa”, o Jornal recorre a um dos irmãos de Josélia Viana Sousa, de 24 anos, para traçar o perfil José Benedito Barbosa, marido da vítima e autor do crime:

A dona-de-casa Josélia Viana Sousa, de 24 anos, foi assassinada na madrugada de ontem pelo próprio esposo, o vigilante José Benedito Barbosa, que segundo vizinhos ultimamente estava desempregado e sobrevivia à custa de biscoitos.

“Tudo indica que o marido, pelas marcas que há no pescoço da vítima, tentou estrangular a esposa, e depois a espancou e matou com golpes de instrumento perfuro-cortante”, informou um dos técnicos do Instituto Médico Legal (IML), que esteve no local do crime realizando a perícia.

Um dos irmãos da vítima declarou que Zé Benedito aparentemente era calmo e não tinha nenhum comportamento violento. “Ele parecia ser gente boa. Nunca imaginei que um dia iria fazer isso com minha irmã”, declarou um dos irmãos de Josélia Sousa, que era mãe de três filhos, todos menores (OPERÁRIO, 2003, p.14).

Ao contrário de Nonato Mocotó, a quem o Jornal Pequeno se refere como “bandido completo e perigoso”, José Benedito era “aparentemente calmo e não tinha nenhum comportamento violento”, e o próprio irmão da vítima não imaginava que o cunhado poderia ter tal atitude. Nesse sentido, é possível dizer que o Jornal nos leva a pensar que assassinar a sogra e tentar fazer o mesmo com a esposa é o mínimo que se pode esperar de alguém que já tem uma trajetória delinquente, como Nonato. O mesmo não se poderia dizer de José Benedito, que até então, havia escondido seus traços de perversidade.

O enunciado se encerra dizendo que pelos levantamentos preliminares feito pela polícia, no momento da briga que ocasionou o assassinato, Zé Benedito trancou os três filhos menores do casal num dos cômodos da casa. Após o crime, ele abandonou o local, e somente na tarde seguinte, após gritarem, as crianças foram encontradas pelos vizinhos em um quarto.

A edição do Jornal Pequeno do dia 18 de fevereiro de 2006 também trouxe outra história de um crime que “estremeceu a Princesa do Sertão”: o assassinato da bioquímica Débora Braga Leite, de 32 anos, na cidade de Caxias, morta com 46 facadas no pescoço, peitos, barriga e braços, em sua residência. O principal suspeito era o marido, o funcionário público Daniel Lopes Nascimento, de 31 anos, que negou a autoria. Segundo a notícia:

O próprio delegado-regional, Jair Paiva, conta que foi acordado às 2h49 da madrugada de sexta-feira pelo toque do telefone e uma pessoa que se identificou como amiga de Daniel Lopes, avisou que a casa da vítima havia sido invadida por ladrões e que Débora tinha sido esfaqueada. (...) o delegado realça que ao chegar ao local do assassinato Débora já estava morta. E que ao ouvir Daniel Lopes este recontou a mesma história de que ladrões teriam invadido a sua residência e agredido com facadas a sua esposa.

No entanto, ao vistoriar a área os policiais chegaram à conclusão de que a casa era uma verdadeira fortaleza, com muros altos, cerca elétrica e feroz cão de guarda. E não havia sinais de arrombamento. Assim como Jair Paiva, a delegada do 3º Distrito Policial, Ceomar Mendes, responsável pelo caso, também relata que foi natural associar o marido à morte de Débora Leite. Afora o fato da residência da vítima ser muito segura, ao ser preso Daniel Lopes apresentava marcas de dedo no rosto cheio de sangue, um corte aparentemente de faca na mão direita e vários arranhões na face” (BIOQUÍMICA, 2006, p.8)

A narrativa prossegue relatando que os policiais disseram que o pescoço de Débora assemelhava-se a “uma peneira”, devido a quantidade de facadas no mesmo lugar. A empregada da casa, que dormia em um cômodo no piso superior, relatou ter ouvido gritos durante a madrugada, mas não desceu porque pensou tratar-se de alguma coisa na casa da vizinha.

Daniel, por sua vez, negava que tivesse assassinado a esposa, dizendo que o crime fora resultado de um assalto. Afirmou que não tinha dormido no mesmo quarto que Débora, informação desmentida pela filha do casal.

Um ano depois da morte de Débora, o Jornal Pequeno do dia 25 de fevereiro de 2007, dava informações sobre o julgamento de Daniel Lopes. Consta na notícia que o laudo do Instituto de Criminalística reforçava a tese de que o marido fora o autor do assassinato e concluía que a mulher teria recebido os primeiros golpes na cama e caído no chão após tentar defender-se.

Os advogados de defesa do acusado alegaram que ele sofria de insanidade mental, estando fora de si quando cometeu o ato, e por isso, pediram um exame psiquiátrico que atestasse essa condição. O juiz do caso aceitou o pedido. No entanto, após várias sessões de consulta, os psiquiatras consideraram que Daniel não sofria de nenhum distúrbio mental. O Jornal Pequeno entrevistou também o corpo jurídico responsável pela acusação:

A titular da acusação no processo, pelo Ministério Público, é a promotora Herlane Fernandes, que terá como assistente de acusação o promotor Pedro Lino. Para o MP, de doido o acusado não tem nada. Daniel Lopes seria, sim, um elemento frio e calculista. O promotor Pedro Lino, que estima que o julgamento vá se estender pela madrugada da próxima terça-feira, ainda acrescentou à reportagem que “a tese de acusação será de homicídio duplamente qualificado, por motivo fútil e utilização de recurso sem possibilidade de defesa pela vítima” (ACUSADO, 2007, p.8)

O enunciado acima nos permite compreender melhor a relação entre medicina psiquiátrica e poder jurídico. Recorrendo a Michel Foucault (2010) novamente, o autor diz que o exame psiquiátrico estabelece uma dicotomia entre doença e responsabilidade, entre causalidade patológica e liberdade do sujeito jurídico, entre medicina e prisão. Uma vez que a loucura apaga o crime, onde há loucura,

não pode haver crime, e se há crime, não pode haver loucura. Por essa razão, o autor coloca que o médico é uma espécie de médico-juiz, pois seu exame encontrará ou não, os traços de delinquência que farão do indivíduo inocente ou culpado, que dirão se seu lugar é o hospital ou a prisão.

No caso de Daniel, as análises dos psiquiatras determinam que ele não estava doente no momento em que se lançou contra Débora, esfaqueando-a quarenta e seis vezes. Como teriam colocado os representantes do Ministério Público ao periódico, “de doido o acusado não tem nada. Daniel Lopes seria, sim, um elemento frio e calculista”.



Foto 8: Débora segurando um dos filhos do casal. Ao lado, seu marido e assassino: Daniel Lopes.

Fonte: Jornal Pequeno, 18 de fevereiro de 2006.

No dia seguinte, o Jornal Pequeno revelava como foi o julgamento e trazia detalhes da reação do réu, que diante da pena de vinte e três anos, se mostrou “lacônico”, “impassível”, “frio” e “indiferente”:

Frieza – Quando interrogado, durante o julgamento, Daniel Lopes foi lacônico, limitando-se a dizer que não lembrava do que acontecera no quarto do casal na noite em que ele desferiu na esposa 46 facadas no pescoço, peitos, barriga e braços, na madrugada do dia 17 de fevereiro de 2006 (...) E ao ouvir a sentença (...) o condenado não expressou nenhuma reação. Impassível, ele ainda teve sangue frio para cumprimentar, com um aperto de mão, o juiz e os promotores de acusação antes de ser levado de volta à prisão. Sua indiferença surpreendeu os familiares e amigos da vítima e o público que lotou as dependências do Fórum Arthur Almada Lima até a hora do veredicto final. (MARIDO, 2006, p.8)

Desse modo, se em alguns enunciados, a anormalidade se mostrou como resultado de um desajuste individual, em outros, buscou-se enfatizar que tal descontrole poderia ser precipitado pelo consumo de álcool, drogas e pelo excesso de “farras”.

4.2 “Farras e bebedeiras”: corpos indisciplinados, corpos abjetos

As farras, as bebedeiras e o vício em drogas são também alguns dos núcleos sobre os quais o periódico *Jornal Pequeno* construiu significados nos enunciados sobre violência em relações afetivas e sexuais.

A edição do dia 24 de dezembro de 2005 exemplificava os malefícios do abuso do álcool. A doméstica Gertrude de Ribamar Abreu Pereira, 45 anos, chorara bastante ao ser interrogada pelo delegado Jarbas Marinho. De acordo com a notícia “Mulher mata o marido a facada durante uma farra”, Gertrude havia assassinado seu esposo, José Rufino Soares, 55 anos, com uma facada.

O crime havia acontecido na tarde de quinta-feira, dia 22 de dezembro, na cidade de Palmeirândia, “(...) durante uma discussão por motivos banais e o homicídio só aconteceu porque o casal, segundo testemunhas, estava embriagado” (MULHER, 2005, p. 12). A notícia diz ainda que a mulher reconheceu que não havia motivo para matar o marido e que tentou culpar o excesso de bebida como causador da tragédia, “porque a bebida tira o sentido das pessoas”.

Já a edição de 02 de julho de 2008 trazia os detalhes da investigação que levou à prisão de Leandro Farias, 20 anos, pelo assassinato da ex-namorada, a piauiense Cláudia Regina Rufo da Silva. A vítima havia sido encontrada morta, seis dias depois após o crime, dentro de seu apartamento, escondida embaixo da cama, com uma profunda facada na garganta.

De acordo com declarações da irmã da vítima, Nejandreara Rufo da Silva, Leandro e Cláudia tinham se conhecido dois anos antes, quando a jovem veio à São Luís passar as férias na cidade. Os dois se encontraram na praia e mantiveram a relação por um mês, terminada com o retorno de Cláudia ao Piauí. Em janeiro de 2008, Cláudia voltou à São Luís para fazer um curso de operadora de caixa de informática, hospedando-se na casa de Nejandreara. Ao jornal, a irmã declarou que: “Eles acabaram se reencontrando e na verdade, ele foi quem a reconheceu. Pois ela nos contou que Leandro era forte e bonito, mas agora teria se envolvido com as drogas e acabou emagrecendo, ficando muito debilitado fisicamente, com uma feição totalmente transformada”. (POLÍCIA, 2008, p.14)

No dia 09 de junho, Nejandreara viajou com o namorado para a cidade de Barreirinhas, mas advertiu a irmã Cláudia sobre Leandro, pois ele estava tentando uma reaproximação. As duas mantiveram contato nos dias 9, 10 e 11, e Cláudia contou que o ex-namorado havia ido visitá-la. No dia 12, Nejandreara não conseguiu mais entrar em contato com Cláudia. Francisco Leônidas da Silva, pai das duas jovens, disse que:

Minha filha falou com amigos e pediu para verificar se algo estava errado em sua casa, pois não conseguia falar com Cláudia. Eles informaram que bateram por muitas vezes na porta, mas ninguém respondia. Em seguida, ela recebeu a ligação de uma vizinha, que contou que havia um cheiro muito forte de podridão saindo do apartamento dela. Nejandeara pediu que

ela informasse imediatamente à polícia, pois ela já estava retornando para São Luís. Infelizmente, quando a polícia chegou, encontrou o corpo da minha filha escondido embaixo da cama, já em avançado estado de putrefação (POLÍCIA, 2008, p.14).

A polícia descobriu que Leandro havia trocado tudo que roubou do apartamento por drogas. Ele negou que tivesse matado Cláudia, e disse que deu apenas uma cópia da chave do apartamento para dois comparsas para efetuar o roubo.

Como já foi discutido no capítulo 1, Michel Foucault (2006) dedicou-se a investigar os efeitos do poder disciplinar, compreendido como um conjunto de métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo. Segundo ele, a partir do século XVII, o poder sobre a vida desenvolveu-se em duas formas principais complementares: o primeiro, denominado “anátomo-política do corpo humano”, centrou-se na transformação do corpo em máquina, adestrando-o, extraíndo suas forças e aptidões, docilizando-o e fazendo-o se integrar em sistemas de disciplina; o segundo, a “biopolítica da população” centrou-se no corpo enquanto suporte dos processos biológicos, proliferando assim, saberes sobre a reprodução, a longevidade, o nível de saúde, a mortalidade:

A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracterizam um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo. (FOUCAULT, 2006, p.152)

Na lógica da sociedade disciplinar, o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo um corpo produtivo e um corpo submisso. O “biopoder” age sobre o corpo humano para garantir sua existência. A associação que o Jornal Pequeno faz em algumas de suas notícias entre criminalidade, bebedeira, vício em drogas e farras, produz a ideia de que estes são elementos que representam perigos sociais à saúde do indivíduo e da sociedade, pois se a bebida fez Gertrudes perder os sentidos, como a própria declarou, levando-a a esfaquear e matar o próprio marido, as drogas transformaram Leandro de um homem forte e bonito, para alguém “magro, debilitado e com feições totalmente transformadas”.



Foto 9: Leandro Farias: magro e debilitado pelo vício em drogas.
Fonte: Jornal Pequeno, 02 de julho de 2008.

Na notícia intitulada “Ambulante mata a mulher com 27 facadas e se suicida”, o jornal contava do abalo que a cidade de Arari sofrera no dia 08 de setembro de 2004 com a descoberta de dois corpos, de uma mulher e de um homem, às margens do rio Mearim. As investigações da chegaram à conclusão de que se tratava de um homicídio seguido de suicídio:

Passou a noite bebendo – (...) o casal João Batista Rodrigues, 48 anos, e sua companheira Maria Francisca Almeida, 30 anos, residentes naquela cidade, passou a noite toda e parte da madrugada de ontem bebendo. (...) Pelos levantamentos preliminares, de acordo com a delegada, Batista assassinou a mulher com 27 facadas e depois cometeu suicídio, disparando um tiro de espingarda “lazarina” no ouvido direito.

Traição e premeditação – Vizinhos do casal informaram à polícia que nos últimos meses os dois brigavam bastante e Batista demonstrava ter ciúme doentio da mulher, que segundo revelaram, estaria disposta a abandoná-lo, avisando-o que não dava mais certo a união porque teria arranjado outra pessoa”. Depois da conversa que tiveram, ele teria dito que precisava “esfriar a cabeça” e os dois saíram para se divertir. Passaram a noite bebendo, o que teria contribuído para o trágico desfecho. (AMBULANTE, 2004, p.12)

Novamente atribui-se ao álcool e à farra as razões que contribuíram para o “desfecho trágico”. A violência é colocada como reflexo do descontrole individual. Beber e “farrear” precipitariam esse descontrole.

As imagens se revelam igualmente como elementos que ajudam a produzir a “realidade” dos fatos, atestando a veracidade dos enunciados:

A comunicação visual faz parte da estratégia jornalística. É o argumento da verdade, da versão incontestável, amparado no senso comum, de que a fotografia é, precisamente, a versão analógica do real. As fotos integram o texto e funcionam como meio de construção do acontecimento. (LOPES, 1998, p.132).

José de Souza Martins complementa dizendo que:

A fotografia vista como um conjunto narrativo de histórias, e não como mero fragmento imagético, se propõe como memória dos dilaceramentos, das rupturas, dos abismos e distanciamentos, como recordação do impossível, do que não ficou e não retornará. Memória das perdas. Memória desejada e indesejada. Memória do que opõe a sociedade moderna à sociedade tradicional, memória do comunitário que não dura, que não permanece. Memória de uma sociedade de rupturas, e não de coesões e permanências. Memória de uma sociedade de perdas sociais contínuas e constitutivas, de uma sociedade que precisa ser recriada todos os dias, de uma sociedade mais de estranhamento do que de afetos. (MARTINS, 2008, p.45)

A degeneração, a anormalidade e a delinquência podem ser visualizadas através da exposição dos corpos das vítimas e dos rostos dos autores dos delitos. Em 21 de maio de 2000, por exemplo, o jornal reproduzia a história do assassinato de um vendedor ambulante, conhecido por “Zé General”, por uma meretriz de nome “Elza”. O “crime brutal”, ocorrido na Rua da Saúde, no Centro, um dos locais que de composição da Zona do Baixo Meretrício, teria se dado após uma “calorosa discussão” entre os dois:

“Mortalmente atingido na axila esquerda e abdômen, o camelô caiu numa poça de sangue enquanto Elza tratou de fugir. Populares ainda o carregaram por alguns metros na tentativa de encontrar quem o levasse para o hospital, mas ele morreu em poucos minutos. “Zé General” era conhecido por vender trancas, molduras de placas, limpador de pára-brisas e outros acessórios para veículos procedentes do Paraguai” (MERETRIZ, 2000, p.12).

Detalhes da reportagem revelam que os moradores da região contaram que os dois brigavam constantemente. Ele batia muito na meretriz, que por sua vez, era muito ciumenta e provocava as discussões. Elza teria fugido do local também sangrando com um golpe na cabeça. Ao lado da narrativa, uma foto do corpo de “Zé General”, estendido no chão, cercado por curiosos.



Foto 10: “Zé General” morto e estendido no chão. À sua volta, olhares curiosos.
Fonte: Jornal Pequeno, 21 de janeiro de 2000.

Considerando, portanto, que as imagens também são discursos, e entendendo que as margens dos discursos são habitadas por outros discursos como já nos colocava Foucault, as imagens tanto produzem quanto dialogam com significados que circulam em diferentes espaços sociais.

Judith Butler (2003) questiona se o “corpo” é essa matéria inerte sobre o qual a cultura age e se inscreve, uma vez que o corpo tem sido pensado como um dado *prima facie* que não admite genealogia, uma base para atuação dos significados culturais.

Dialogando com a obra “Pureza e Perigo” de Mary Douglas, no qual a antropóloga sugere que os próprios contornos do “corpo” são estabelecidos por meio de marcações que buscam estabelecer códigos de coerência cultural, a autora entende que as fronteiras do corpo são extensões das fronteiras do social:

Douglas sugere que todos os sistemas sociais são vulneráveis em suas margens e que todas as margens, em função disso, são consideradas perigosas. Se o corpo é uma sinédoque para o sistema social *per se* ou um lugar em que convergem sistemas abertos, então todo tipo de permeabilidade não regulada constitui um lugar de poluição e perigo (BUTLER, 2003, p.189).

Recorrendo igualmente à Julia Kristeva e suas discussões sobre a abjeção, Judith Butler compreende que “O “abjeto” designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “Outro”. “Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece” (BUTLER, 2003, p.190 e 191).

A repulsa e exclusão de corpos abjetos estabelece as identidades culturalmente hegemônicas. Embora a autora esteja fazendo essa discussão no âmbito do gênero, raça e sexualidade, o abjeto não é uma identidade definida e fechada. Assim, entendo que criminosos, delinquentes, prostitutas, bêbados, “farristas”, viciados em drogas, entre outros, são os “excrementos” que povoam as margens das notícias destacadas aqui, ou seja, aqueles que devem ser expurgados do convívio social. No entanto, ao mesmo tempo em que devem ser eliminados, a existência destes sujeitos possibilita a manutenção do controle e da regulação social. As fotografias expõem as fronteiras, os limites entre o saudável e o doente, o são e o louco, entre normalidade e anormalidade.

As imagens do corpo estendido de “Zé General” e os olhares dos curiosos que estão à sua volta, as feições salientes e magras do rosto de Leandro, as marcas de ferro na carne de Fabiana, Eva Wilma de bruços, no chão, seguido pelo o olhar cabisbaixo e perdido de Antônio Fernando, nos atualiza de algo que subjetivamente já sabemos: devemos estar em vigilância constante sobre os nossos corpos, sob pena de que se não o fizermos, um dia, poderá ser o nosso corpo “excrementado” nas páginas de algum jornal.

Os sujeitos protagonistas de violência em relações afetivas e sexuais, no entanto, não apareceram no Jornal Pequeno apenas a partir da identidade de criminosos, monstros ou viciados em álcool e drogas. Algumas situações consideradas “cômicas” também podem revelar de que forma estes indivíduos são classificados.

4.3 “Comédia criminal”: dramas e risos

Algumas notícias de violência em relações afetivas e sexuais analisadas foram permeadas pela comicidade. Segundo Tânia Regina Zimmerman (2012)), algo aparentemente inofensivo como a zombaria, configura-se como forma de violência e confirma as relações de poder instituídas nas relações de gênero, através da ridicularização dos comportamentos esperados para homens e mulheres.

Nos casos em que as mulheres são as protagonistas dos conflitos, o riso se faz mais perceptível. No exemplo abaixo, a ironia é o recurso empregado para dar o tom de comédia ao texto:

JOVEM CORTA PÊNIS DE NAMORADO DEPOIS DA “NOITE DE DESPEDIDA”
Vingança foi tramada após o fim do relacionamento

Permanece internado em hospital particular, em estado que inspira cuidados, o jovem Sebastião Sérgio Pessoa Nogueira, 19 anos (...) Ele teve o pênis cortado a golpes de lâmina de barbear, logo depois de ter aceito o convite da ex-namorada Dalva Avelar Silva (...) para uma transa de despedida.

“(...)segundo os parentes de Sebastião, (...) o namoro entre Dalva e Sérgio estava terminado, mas naquele dia ela o convenceu a comparecer a um encontro para a “transa de despedida”. Depois de desfrutar dos últimos momentos de amor com seu ex, Dalva aproveitou um momento de descuido de Sérgio, para empunhar uma lâmina de barbear e cortar-lhe o pênis. Instintivamente, ele conseguiu desviar a trajetória da lâmina, evitando que o membro fosse decepado. Aos gritos, ele foi socorrido, enquanto a ex-namorada tratava de desaparecer do local.” (EX-NAMORADA, 2002, p.12) (grifos meus)

Silva entende que a essência da ironia é a ambiguidade. Sendo assim, coloca que:

O conteúdo da ironia estará subjetivamente marcado por valores atribuídos pelo enunciador, mas apresentado de forma a exigir a participação do enunciatário, sua perspicácia para reconhecer sinalizações (por vezes extremamente sutis) inscritas no enunciado. Essa exigência da participação instaura a intersubjetividade, pontos de vistas, valores pessoais ou cultural e socialmente comungados ou, ainda, constitutivos de um imaginário coletivo. (BRAIT apud SILVA, 2007, p.98)

Na notícia “Jovem corta o pênis do namorado após noite de despedida”, a expressão “noite de despedida” é intencionalmente usada com o objetivo de produzir significados ambíguos ao leitor, podendo fazer referência tanto ao fim da relação de Sérgio e Dalva, quanto à tentativa de extirpação do órgão sexual, depois que ambos “desfrutaram os últimos momentos de amor”. O riso é provocado pela possibilidade dúbia de interpretação, assim como pela inversão de posições de gênero, ou seja, o enunciado ridiculariza Sérgio, que quase teve o “membro decepado”, uma vez que não se espera que um homem esteja em situação vulnerável diante de uma mulher.

Já na manchete do dia 22 de fevereiro de 2004, “7 corpos dão entrada no IML neste violento “sábado gordo”, o jornal fazia um trocadilho com o sábado de carnaval, popularmente conhecido como “sábado gordo”. Neste caso, a palavra “gordo” faz referência à quantidade de mortes ocorridas

naquele dia, que incluíam a perseguição e morte de um assaltante, duas vítimas de acidentes automobilísticos, uma morte por afogamento, uma briga que resultou em um assassinato por golpes de facas, uma morte por causas indeterminadas e o assassinato de Luziene Nogueira por seu marido Luís Carlos Nunes Martins que disparou contra a esposa após uma discussão por ciúmes (7 CORPOS, 2004, p.12).

Em outra situação, o jornal noticia a “cena incomum” que os policiais do posto da Polícia Militar do Parque Jair presenciaram. Após ser agredida pelo marido Paulo Henrique Alves da Silva, Jeciane Leal dirigiu-se à delegacia para registrar a denúncia, mas acabou presa quando os militares encontraram em sua bolsa, trinta e dois frascos de “loló”, uma espécie de entorpecente. Segundo o relato do periódico, “(...) Jeciane passou de vítima de agressão à acusada por tráfico de drogas em poucos minutos”:

Comédia criminal – (...) Após escutarem as denúncias de Jeciane, os policiais notaram a presença de Paulo Henrique do lado de fora do posto, que estava guiando uma bicicleta. O agressor fugiu ao perceber que os policiais iriam prendê-lo. Mesmo assim, enquanto evadiase do local, Paulo Henrique pediu, aos gritos, que os policiais revistassem Jeciane. Na revista, eles encontraram mais de 30 frascos de loló em poder da manicura.
(...) Na noite de sexta-feira (7) Jeciane foi até a casa de Paulo onde passaria o fim de semana. No sábado os dois tiveram a idéia de comprar 32 frascos de loló para revender em uma festa de reggae no Parque Jair. “Ele me disse que cada frasco era R\$ 1 e que poderíamos vender por muito mais. Então eu dei o dinheiro e ele comprou a parada. Mas, durante a noite de sábado nós começamos a nos desentender”. (MULHER, 2007, p.12)

Jeciane declarou à reportagem que foi espancada durante toda a noite de sábado e manhã de domingo, e que Paulo Henrique não queria deixá-la ir para casa, pois ela levaria os frascos consigo. Os socos provocaram hematomas em seu rosto. A notícia se encerra relatando que Jeciane foi presa e atuada por tráfico de drogas, enquanto o pedreiro Paulo Henrique fugiu de bicicleta.

Nesta segunda notícia, a comicidade é garantida pela confusão protagonizada por Jeciane, que ao buscar denunciar o crime de agressão que sofreu por parte de seu marido, acaba presa porque ela própria também estava cometendo um crime. A denúncia de violência perde a razão quando se constata que ela estava traficando entorpecentes.

As notícias acima produzem riso também, a partir de situações que podem ser classificadas como “grotescas”. O “grotesco”, por sua vez, é:

(...) operado por uma combinação insólita e exasperada de elementos heterogêneos, com referência freqüente a deslocamentos escandalosos de sentido, situações absurdas, animalidade, partes baixas do corpo, fezes e dejetos (...) que atravessa as épocas e as diversas conformações culturais, suscitando um mesmo padrão de reações: riso, horror, espanto, repulsa. (SODRÉ; PAIVA, 2002, p.17)

Paiva e Sodré (2002) argumentam que a hilaridade sempre foi um vitorioso recurso utilizado pela mídia na busca de audiência, mas que agora, a crueldade – entendida ora como gozo com o

sofrimento do outro, ora como nenhuma contemplação ética para com o tema em pauta – é o traço principal. Neste processo, antigos objetos de indignação, como a miséria, a opressão, falta de solidariedade, o descaso dos poderes públicos, entre outros, recaem na indiferença. Dão-se voz e imagem a energúmenos, ignorantes, ridículos, patéticos, violentados, disformes, aberrantes, para mostrar a crua realidade popular, sem que o choque daí advindo chegue às causas sociais, mas permaneça na superfície irrisória dos efeitos.

Embora os estudos dos autores tenham se direcionado especificamente para a televisão brasileira, espaço que se constitui como o principal lugar de exposição do “grotesco” nos meios de comunicação¹², o Jornal Pequeno aproxima-se desta tendência.

Yuri Costa (2005) argumenta que as situações consideradas “inusitadas” ou “curiosas” são um dos critérios utilizados pelo periódico na seleção de notícias “atraentes para o consumo”. A edição do dia 09 de dezembro de 2004 trazia mais uma situação “inusitada” aos seus leitores:

Mulher arma barraco após flagrar marido com a outra
Destruíu o apê, esfaqueou o marido e obrigou a rival a ficar nua

Moradores do Edifício Canopus, na Ponta d’Areia, foram surpreendidos no início da noite de terça-feira, com um escândalo sem precedentes, provocado pela mulher de um empresário (dono da Music Play) residente de um dos apartamentos. A mulher flagrou o marido na cama do casal, com uma garota, perdeu o controle, passou a destruir tudo que encontrava à frente e ainda esfaqueou o marido.

Quebra-quebra, facadas e polícia – Totalmente descontrolada, a esposa trancou o casal no quarto e destruiu todos os móveis, eletrodomésticos, cristais, estantes, louças. Alguns objetos mais pesados, inclusive TV, foram atirados pela janela, chegando a obstruir a garagem do prédio. O caso chegou a tal ponto que a polícia teve de ser acionada, comparecendo ao local e evitando uma tragédia.

Garota nua na janela – No auge da confusão, a mulher resolveu abrir a porta e, de arma (faca) em punho partiu para agredir o casal de amantes. Nua e apavorada, a garota foi encurralada na varada do AP, enquanto a esposa do empresário a ameaçava com a faca: “Pula ou eu te mato” gritava bem alto” (proferindo palavras impúblicas). (“MULHER”, 2004, p.10)

A reportagem conclui dizendo que a jovem foi resgatada por um vizinho, após ficar sob a caixa de um aparelho de ar-condicionado. Todos foram encaminhados para a delegacia, e o homem, ao hospital, devido aos ferimentos no abdômen e nos braços.

Na narrativa acima, a descrição minuciosa e gradativa das situações “grotescas” é o que confere caráter humorístico ao texto: a esposa do empresário encontra o marido na cama com outra, descontrola-se, passa a destruir todos os objetos da casa, agride o casal, e no ápice do conflito, ameaça a amante para que esta pulasse do prédio.

¹² Os autores analisam programas da televisão brasileira da década de 2000 que buscam conquistar a audiência pela exploração de conflitos familiares (testes de comprovação de paternidade, pagamentos de pensão) shows de calouros, imitações, jogos de adivinhação, entre outros.

A omissão dos nomes dos envolvidos no “escândalo sem precedentes” também se constitui como recurso que garante comicidade à notícia. Considerando-se que a vítima é um empresário de São Luís, ou seja, uma pessoa pública, o jornal realiza algo semelhante a um jogo de adivinhação: fornece algumas pistas para que o próprio leitor conclua de quem se trata. Como propõe Bahktin:

(...) o domínio do cômico é restrito e específico (vícios dos indivíduos e da sociedade) (...) é por isso que na literatura se atribui ao riso um lugar entre os gêneros menores, que descrevem a vida de indivíduos isolados ou dos estratos mais baixos da sociedade; o riso é um divertimento ligeiro, ou uma espécie de castigo útil que a sociedade usa para os seres inferiores e corrompidos. (BAHKTIN, 1993, p.57-58)

Outra possibilidade de leitura está mais uma vez na inversão dos papéis de gênero, uma vez que o marido em questão, é deslocado de sua posição central de decisão e torna-se um “joguete” nas mãos de sua esposa.

A notícia “Quebrou a casa da mulher do amigo e foi preso” também possui elementos que nos permite classificá-la como cômica. A narração do fato se inicia a partir de uma pergunta:

Você seria capaz de fazer qualquer coisa em prol de uma amizade? Se a resposta for sim, você provavelmente irá mudar de idéia agora. Ontem, Luís Francisco Cantanhede tomou as dores do amigo Josuel de Ribamar Rodrigues, e acabou indo parar na cadeia. Resultado: foram presos ele e o amigo, e o problema que queriam resolver, só aumentou. Segundo Augusta de Jesus Trindade, esposa de Josuel, Luís Francisco invadiu sua casa, quebrando pia, louças, portas e outros objetos de sua propriedade. “Eu me separei de Josuel há três meses. Só que ele nunca aceitou isso. De vez em quando ele entra na minha casa e tenta fazer relações sexuais comigo. Como eu sempre expulso ele daqui, o seu amigo Luís Francisco tomou as dores e invadiu minha casa quebrando tudo”, conta Augusta. Luís Francisco admitiu a invasão domiciliar, disse que realmente errou em seus atos, mas não afirma estar arrependido, apesar das lágrimas que derramou no momento em que estava sendo entrevistado. “É a primeira vez que isso acontece comigo. Eu errei, eu errei, eu errei”, frisou o acusado. (QUEBROU, 2002, p.10)

Antes de descrever os fatos, o narrador-jornalista fala ao leitor diretamente, buscando envolvê-lo na situação que será descrita, a partir da pergunta “Você seria capaz de fazer qualquer coisa em prol de uma amizade? Os questionamentos indicam também que o caso servirá como um tipo de reflexão moral no leitor, já que se ele responder que sim, seria capaz de tudo por uma amizade, mudará de ideia depois que souber as consequências que “tomar as dores de um amigo” pode acarretar.



Foto 11: Luís Francisco “tomou as dores do amigo”. “Você seria capaz de fazer qualquer coisa em prol de uma amizade?”

Fonte: Jornal Pequeno, 24 de fevereiro de 2002.

O riso, nessa situação, é provocado pelas lágrimas derramadas por Luís Francisco e suas declarações “Eu errei, eu errei”, deixando nas entrelinhas a compreensão de que ao chorar, o acusado apenas enfatiza sua ridicularidade, uma vez que chorar significa demonstração de fraqueza, de vulnerabilidade, algo não condizente com os atributos da masculinidade.

“Tomar as dores do amigo”, por sua vez, reatualiza outro tipo de discurso que foi utilizado como justificativa para manter as violências em relações de gênero como algo exclusivo dos espaços privados: a ideia de que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Se o que acontece entre o marido e mulher, deve ser resolvido apenas por marido e mulher, a notícia deixa então, um conselho: não, não vale tudo por uma amizade.

Os estudos de Sodré e Paiva se direcionam mais especificamente para a televisão brasileira, porém, suas considerações também podem nos fornecer elementos para compreender a relação entre grotesco e mídia impressa. Assim, os autores se opõem à ideia de vitimização do público, ou seja, de que “(...) a massa analfabeta e socialmente desarraigada seria “vítima” de um sistema absolutamente perverso, que poderia, mas não quer, oferecer uma programação formativa, de nível cultural mais “elevado” (PAIVA; SODRÉ, 2002, p.133).

Entendem que de fato, o sistema televisivo constituiu este público que ao longo dos anos, tornou-se sua própria audiência. Dessa forma, a audiência seria cúmplice passiva de um tipo de programação a que se habituou, e não vítima de uma imposição.

Tal qual a audiência de um programa televisivo, acredito que os fatos inusitados, grotescos e cômicos expostos no Jornal Pequeno, trazem satisfação aos seus leitores, que podem anonimamente

comprazer-se com o infortúnio alheio e sentirem-se aliviados por não serem tão ridículos como aqueles de quem riem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho começou pela compreensão de que o gênero não denota uma essência, um atributo individual do ser. Tão pouco se constitui apenas como o produto dos meios discursivos/culturais que são impressos sobre um corpo sexuado. O sexo, assim como o gênero, se materializa como substância do corpo pela *performatividade* (Butler, 2003) em consonância ao aparato regulatório heterossexual. Assim, a identidade de gênero é um efeito de práticas discursivas reiteradas que ocultam e dissimulam esta reiteração.

A mídia se situa no conjunto dos meios discursivos através dos quais a materialização do gênero é viabilizada, ou seja, se constitui como uma *tecnologia de gênero* (Lauretis, 1987) que operacionaliza esta produção nos termos de uma relação binária em que o masculino se diferencia do feminino com base na matriz heterossexual.

A partir das considerações de Michel Foucault (2012), compreendi que esta posição “privilegiada” que a mídia ocupa, por sua vez, advém de seu papel dentro do “regime verdade”, ou seja, o conjunto de discursos que são enunciados como verdadeiros, válidos em cada sociedade. Nesse sentido, caberia aos meios de comunicação e seus “intelectuais” – nesse caso, os jornalistas - disseminar tais discursos.

Desse modo, busquei realizar uma análise sobre as narrativas de violência em relações afetivas e sexuais heterossexuais que tiveram espaço no Jornal Pequeno durante os anos 2000, visando apreender os núcleos de significados que se mostraram constantes na construção das notícias, perceber quais discursos se “escondem” ou estão invisíveis nestes textos e como eles estão integrados entre si.

A análise do discurso e o método arqueológico propostos por Michel Foucault (2011, 2012) serviram de apoio para análise do material encontrado. O autor utiliza o método arqueológico para compreender como as práticas discursivas que constituem as ciências humanas instauram os objetos que enunciam; já a análise do discurso, possibilita a percepção das relações de poder que se manifestam através da língua. A partir de ambos, chamei de *núcleos significativos* os elementos recorrentes em torno dos quais as narrativas foram construídas e estruturei as análises de modo a reunir notícias que tivessem estes elementos em comum.

Embora o objeto deste trabalho não tenha sido a violência em relações de gênero, recorri ao material produzido por pesquisadoras/es que tem se dedicado ao estudo desse fenômeno no sentido de compreender os discursos que estão sendo produzidos no espaço da academia e da militância. E

vejo que em muitos momentos, o que foi veiculado pelo Jornal Pequeno se intersecciona com estes espaços.

Nesse sentido, nas narrativas analisadas, a violência decorre de uma relação em que há um dominante e um dominado, posições que correspondem a homens e mulheres respectivamente. Nos casos em que as mulheres são autoras de violências, outros signos são acionados para corroborar com esta perspectiva. A maternidade é um deles. A violência torna-se legítima ou pelo menos justificada quando a mulher/mãe o faz para proteger a vida dos filhos. Caso contrário, as mulheres estariam rompendo com os comportamentos esperados para seu gênero, já que o uso da violência é considerado um domínio do masculino.

Paradoxalmente, o amor é um dos núcleos sobre os quais as notícias se constroem, e nelas a polarização dominante/dominado não aparece como uma questão. A violência que resulta dos “sentimentos exacerbados” é naturalizada. Ciúmes, as desconfianças sobre uma traição enlouquecem os amantes que se precipitam sobre quem amam. Nesse sentido, se por um lado há notícias que colocam a violência em relações afetivas e sexuais como um problema que resulta da desigualdade nas relações de gênero, outras já não problematizam que o ato de amar traz em si razões e escolhas socialmente aprendidas.

A anormalidade é outro núcleo sobre o qual as notícias foram escritas. O conceito de *abjeção* proposto por Butler (2003) nos possibilita pensar que o sujeito e o desviante resultam de um mesmo processo, na medida em que os abjetos formam o exterior, aquilo que é “excrementado” para que o sujeito normal seja constituído. Psiquiatras, peritos criminais, delegados são aqueles autorizados a falarem “a verdade” sobre os abjetos.

Por alguns instantes, em alguns parágrafos, homens e mulheres envolvidas em relações afetivo-sexuais saíram do anonimato para estamparem as páginas do Jornal Pequeno pela natureza de seus atos violentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BAHKTIN, Mikail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva em Pecheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: SARGENTINNI, Vanice (org). **Michel Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Paulo: Claraluz, 2004. p. 45-62.
- BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CATTELAN, João Carlos. Mattrix!? In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Análise do discurso**: as materialidades do sentido. São Paulo: Claraluz, 2007.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, povo e polícia**: violência urbana no noticiário da imprensa. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Átila de Andrade. Reflexões acerca das representações sociais em Durkheim e o estudo sobre a AIDS. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais - Caos**, João Pessoa, v. 18, p.4-14, set. 2011.
- COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor**: estudos sobre o amor romântico. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- COSTA, Yuri Michael Pereira. **Atos de justiça coletiva**: representações da violência na mídia. 2005. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.
- DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas.. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p.165-211, fev. 2008.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FERREIRA, Mary. **As caetanas vão à luta**: feminismo e políticas públicas no Maranhão. São Luís: Edufma, 2007.

SOUZA FILHO, Benedito. **Cuerpos, Horcas y Látigos: esclavitud y espectáculo punitivo en el Brasil decimonónico**. 2004. 427 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 2012.

_____. **A ordem do discurso**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1992.

GOLDEMBERG, Miriam. Novas famílias nas camadas médias urbanas. In: **Terceiro Encontro de Psicólogos Jurídicos** (pp. 18- 26). Rio de Janeiro, RJ: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LAURETIS, Teresa. **Technologies of gender: essays on theory, film and fiction**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LOPES, Adriana Carvalho. Violência contra as mulheres na mídia impressa. In: SUÁREZ, Mireya; S.SILVA, Ana Paula P.m.da; FRANÇA, Danielli Jatobá. **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. p. 121-146.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. São Paulo: Editora Vozes, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: BESSANEZI, Carla (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-154.

MARIANO, Silvia Aparecida. MARIANO, Silvana Aparecido. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p.483-505, set. 2005.

MARQUES, Cristiane Gomes. Homens “autores de violência conjugal”: modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão. In: **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

MELO, Iran Ferreira. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. In: **Revista Letra Magna**: Ano 5, nº11, p.2-18, 2ºsem.2009.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MORAES, Aparecida & GOMES, Carla de Castro. O caleidoscópio da violência conjugal: instituições, atores e políticas públicas no Rio de Janeiro. IN: MORAES, Aparecida & SORJ, Bila (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

MOORE, Henrieta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, Campinas, vol.14, 2000, pp.13-44, 2000.

MONTORO, Tânia. Notícias de violência: uma leitura. In: BANDEIRA, Lourdes & SUÁREZ, Mireya. **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

MUSUMECI, Bárbara. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, V.17(2), p. 485-505, maio-agosto/2009.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

PORTO, Maria Stella Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. In: **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 250-273, jul/dez 2006.

ROMEIRO, Julieta. A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da “violência conjugal” no Brasil. IN: MORAES, Aparecida & SORJ, Bila (orgs.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez. 1990.

NOTÍCIAS DO “JORNAL PEQUENO”

7 CORPOS dao entrada neste violento “sábado gordo”. **Jornal Pequeno**, São Luís, 22 de fevereiro de 2004.

ADVOGADO mata namorada com um tiro e se suicida. **Jornal Pequeno**, São Luís, 21 de junho de 2003.

AMBULANTE mata a mulher com 27 facadas e se suicida. **Jornal Pequeno**, São Luís, 09 de setembro de 2004.

AGENTE da Polícia Federal é assassinado pela esposa. **Jornal Pequeno**, São Luís, 08 dez. 2003.

AMBULANTE mata a mulher com 27 facadas e se suicida. **Jornal Pequeno**, São Luís, 09 de setembro de 2004.

BIOQUÍMICA é morta com 46 facadas e marido é o principal suspeito. **Jornal Pequeno**, São Luís, 18 de fevereiro de 2006.

COBRADORA de ônibus atinge ex-companheiro com três tiros. **Jornal Pequeno**, São Luís, 19 de dezembro de 2003.

COMERCIANTE que matou a esposa a tiro de escopeta é preso no PI. **Jornal Pequeno**, São Luís, 14 de julho de 2004.

DIA internacional da mulher: pouca coisa para comemorar. **Jornal Pequeno**, São Luís, 08 de março de 2009.

DISQUE-DENÚNCIA aponta que a residencia é o palco principal da violencia contra a mulher. São Luís, 08 de março de 2009.

DOSSIÊ violência contra a mulher. **Jornal Pequeno**, São Luís, 18 de dezembro 2003.

ESTUDANTE é assassinado com golpe de faca pela namorada. **Jornal Pequeno**, São Luís, 13 fev. 2007.

EX-ESPOSA e o amante mandaram matar militar no Altos do Calhau. **Jornal Pequeno**, São Luís, 10 de maio 2002.

EX-NAMORADA convida para última transa e corta o pênis do namorado. **Jornal Pequeno**, São Luís, 10 jan. 2002.

HOMEM enciumado mata a mulher e ateia fogo na casa. **Jornal Pequeno**, São Luís, 04 janeiro de 2000.

HOMEM mata a esposa com mais 20 facadas na Vila Pirâmide. **Jornal Pequeno**, São Luís, 06 de julho 2007.

HOMEM que matou a esposa a tiros revolta a família da vítima. **Jornal Pequeno**, São Luís, 23 fev. 2004.

IDOSO é assassinado por companheira. **Jornal Pequeno**, São Luís, 08 de maio de 2001

JOVEM faz pacto diabólico e mata a namorada a facadas. **Jornal Pequeno**, São Luís, 15 jan. 2000.

JUSTIÇA manda soltar mulher que matou agente de polícia. **Jornal Pequeno**, São Luís, 21 de dezembro de 2002.

LAUDO preliminar confirma assassinato seguido de suicídio. **Jornal Pequeno**, São Luís, 09 de outubro de 2004.

LUIZA Fofinha matou o marido com arsênico. **Jornal Pacotilha/O Globo**, São Luís, 18 out. 1954.

MERETRIZ assassina amante na zona do baixo meretrício. **Jornal Pequeno**, São Luís, 21 de maio de 2000.

MULHER assassinada a golpe de chuçó no Retiro Natal. **Jornal Pequeno**, São Luís, 14 set.2003.

MULHER de agente federal vai ao DP e confesssa crime. **Jornal Pequeno**, São Luís, 11 dez. 2003.

MULHER mata marido e se suicida em motel no Turu. **Jornal Pequeno**, São Luís, 08 de outubro de 2004.

MULHER arma barraco após flagrar marido com a outra. **Jornal Pequeno**, São Luís, 09 dez. 2004.

MULHER fere marido a bala durante discussão. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 out. 2005.

MULHER mata o marido a facada durante uma farra. **Jornal Pequeno**, São Luís, 24 de dezembro de 2005.

MULHER mata o “marido” afogado e recebe R\$ 280 mil do seguro. **Jornal Pequeno**, São Luís, 19 de novembro de 2005.

MULHER não aceita reatar namoro e é morta a facada. **Jornal Pequeno**, São Luís, 08 de maio de 2008.

MULHERES são maiores vítimas de violência. **Jornal Pequeno**, São Luís, 11 de setembro de 2000.

NOVAS descobertas envolvem em mistérios morte do casal. **Jornal Pequeno**, São Luís, 10 de outubro de 2004.

OPERÁRIO assassina a própria esposa depois de espancá-la dentro de casa. **Jornal Pequeno**, São Luís, 26 out. 2003.

PRESO homem que matou a sogra e quase mata a mulher. **Jornal Pequeno**, São Luís, 22 de abril de 2008.

POLÍCIA prende mulher que mandou matar ex-companheiro a pauladas. **Jornal Pequeno**, São Luís, 03 set. 2003.

POLÍCIA registra novos crimes contra as mulheres. **Jornal Pequeno**, São Luís, 14 de novembro de 2000.

POLÍCIA elucida assassinato de piauiense no João Paulo. **Jornal Pequeno**, São Luís, 02 de julho de 2008.

POLICIAL assassina a esposa, tenta matar os filhos e depois se suicida. **Jornal Pequeno**, São Luís, 08 agosto de 2005.

QUEBROU a casa da mulher do amigo e foi preso. **Jornal Pequeno**, São Luís, 24 jun. 2002.

QUEM foi Maria da Penha? **Jornal Pequeno**, São Luís, 08 de março de 2009.

POLICIAL civil é assassinado com um tiro no peito pela namorada. **Jornal Pequeno**, São Luís, 17dez. 2002.

PRESA mulher que mandou seu amante matar o marido. **Jornal Pequeno**, São Luís, 28 fev. 2008.

ROMANCE de 2 anos termina em briga e morte no São Francisco. **Jornal Pequeno**, São Luís, 11 jan. 2000.

“SELMA TERROR” desaparece e é caçada para nova acareação. **Jornal Pequeno**, São Luís, 15 de setembro de 2000.

TÉCNICO queima ex-namorada com marca de ferrar gado. **Jornal Pequeno**, São Luís, 23 de fevereiro de 2003.

VIGILANTE espanca e mata a esposa dentro de casa. **Jornal Pequeno**, São Luís, São Luís, 26 outubro de 2003.

VIOLÊNCIA sem limites contra as mulheres. **Jornal Pequeno**, 04 fevereiro de 2002.

APÊNDICES

QUADRO COM AS NOTÍCIAS COLETADAS NO JORNAL PEQUENO

ANO 2000		
NÚMERO E PÁGINA	DATA	TÍTULO DA MANCHETE
Nº 19637 P.12	04.01.00	Homem enciumado mata a mulher e ateia fogo na casa
Nº 19644 P.12	11.01.00	Romance de dois anos termina em morte
Nº 19650 P.8	17.01.00	Jovem faz pacto diabólico e mata a namorada a facadas
Nº 19654 P.8	21.01.00	Meretriz assassina amante na Zona do Baixo Meretrício
Nº 19830 P.16	21.07.00	Estudante do Cegel é assassinada por estrangulamento
Nº 19838 P.2	29.07.00	Mulher que assassinou o marido é encontrada morta
Nº 19883 P.16	15.09.00	Acusado mata a mulher e enterra o cadáver na Reserva do Batatã
Nº 19883 P.16	15.09.00	Selma “Terror” desaparece e é caçada para nova acareação
Nº 19893 P.16	26.09.00	Jovem é morta com tiros nas costas desferido pelo ex-marido
Nº 19914 P.12	17.10.00	Jovem assassinada a golpe de faca ao voltar do reggae
Nº 19917 P.12	20.10.00	Jovem é assassinada a facada no Coroadinho

[Digite aqui]

Nº 19937 P.12	10.11.00	Polícia prende vigia que matou jovem a facadas em festa junina
Nº 19942 P.12	15.11.00	Garota de 15 anos morre com tiro na nunca e pode ter sido assassinada pelo companheiro

ANO 2001		
NÚMERO E PÁGINA	DATA	TÍTULO DA MANCHETE
Nº 20104 P.12	03.05.01	Jovem mata a namorada com um tiro na nuca e se suicida
Nº 20109 P.12	08.05.01	Idoso é assassinado por companheira
Nº 20103 P.12	12.05.01	Marido mata esposa e suicida-se em seguida
Nº 20120 P.12	19.05.01	Dona-de-casa não resiste a ferimentos e falece em hospital

[Digite aqui]

ANO 2002		
NÚMERO E PÁGINA	DATA	MANCHETE
Nº 20350 P.12	10.01.02	Ex-namorada convida para última transa e corta o pênis do namorado
Nº 20353 P.12	13.01.02	Comerciante agride ex-mulher a socos e pontapés na Aurora
Nº 20407 P.12	12.03.02	Policial que matou acadêmica do Ceuma é interrogado na justiça
Nº 20462 P.12	10.05.02	Ex-esposa e o amante mandaram matar militar no Altos do Calhau
Nº 20467 P.12	15.05.02	Taxista mata ex-esposa com 9 tiros na Cidade Operária
Nº 20472 P.10	20.05.02	Enciumado, homem matou a amante a golpes de faca
Nº 20473 P.12	21.05.02	História de amor, ciúmes e traição entre casal acaba em assassinato
Nº 20474 P.12	22.05.02	Jovem é estuprada e morta a pauladas por seu ex-amante
Nº 20493 P.12	11.06.02	“Peladinho” bate na mulher, quebra condicional e é preso
Nº 20504 P.12	23.06.02	Homem que tentou matar a filha e a ex-mulher está livre

[Digite aqui]

Nº 20505 P.10	24.06.02	Quebrou a casa da mulher do amigo e foi preso
Nº20619 P.12	20.10.02	Garçom espanca doméstica no interior de um motel, na Cohab
Nº 20647 P.12	19.11.02	Mulher mata o marido com um tiro durante discussão
Nº 20653 P.10	25.11.02	Pedreiro briga em casa, espanca a mulher e acaba preso por patrulha da Polícia
Nº20675 P.12	17.12.02	Policial civil é assassinado com um tiro no peito pela namorada

ANO 2003		
NÚMERO E PÁGINA	DATA	TÍTULO DA MANCHETE
Nº 20670 P.12	03.01.03	Feirante do João Paulo é assassinada a facadas
Nº 20723 P.12	09.02.03	Policial militar mata a esposa com tiro de 380
Nº 20731 P.12	16.02.03	Cobrador agride namorada a golpes de faca, no Anel Viário
Nº 20738 P.12	23.02.03	Jovem é mutilada a golpes de facão pelo companheiro
Nº 20738	23.02.03	

[Digite aqui]

P.12		Técnico queima ex-namorada com marca de ferrar gado
Nº 20851 P.12	21.06.03	Advogado mata namorada e se suicida com um tiro
Nº 20925 P.10	03.09.03	Polícia prende mulher que mandou matar ex-companheiro a pauladas
Nº 20926 P.12	04.09.03	Polícia prende homem que matou mulher na Vila Kiola
Nº 20934 P.10	12.09.03	Comerciante é assassinada com quatro tiros na cabeça em Grajaú
Nº 20936 P.12	14.09.03	Mulher assassinada a golpe de chuço no Retiro Natal
Nº 20959 P.12	07.10.03	Briga de casal resulta em agressão e incêndio em casa
Nº 20968 P.12	16.10.03	Jovem estupra e mata a namorada
Nº 20978 P.14	26.10.03	Operário assassina a própria esposa depois de espancá-la dentro de casa
Nº 20984 P.10	01.11.03	Vendedora de roupas é estuprada e assassinada pelo ex-companheiro
Nº 21020 P.12	08.12.03	Agente da Polícia Federal é assassinado pela esposa
Nº 21022 P.10	10.12.03	Discussão de marido e mulher acaba em morte no interior do Maranhão
Nº 21029 P.10	17.12.03	Mulher mata companheiro a facadas

[Digite aqui]

Nº 21031 P.8	19.12.03	Cobradora de ônibus atinge ex-companheiro com três tiros

ANO 2004		
NÚMERO E PÁGINA	DATA	MANCHETE
Nº 21046 P.10	07.01.04	Dentista diz que foi espancada por delegado em pizzaria no shopping
Nº 21056 P.14	18.01.04	Cabeleireira é assassinada a golpes de faca pelo marido
Nº 21091 P.12	22.02.04	7 corpos dão entrada no IML neste violento “sábado gordo” (Marido mata mulher a tiros)
Nº 21092 P.8	23.02.04	Homem que matou a esposa a tiros revolta a família da vítima

[Digite aqui]

Nº 21097 P.12	29.02.04	Juiz decreta prisão da mulher, do amante dela e dois suspeitos
Nº 21218 P.12	01.07.04	Professora é morta com 11 facadas e jogada em riacho
Nº 21231 P.12	14.07.04	Comerciante que matou esposa a tiro de escopeta é preso no PI
Nº 21281 P.12	02.09.04	Pai desempregado mata a ex-esposa na frente da filha
Nº 21287 P.12	09.09.04	Ambulante mata a mulher com 27 facadas e se suicida
Nº 21306 P.12	28.09.04	Acusado de matar professora no Maiobão é preso em Minas Gerais
Nº 21305 P.12	27.09.04	Jovem mata esposa a golpes de facão e se suicida a tiro
Nº 21315 P.12	07.10.04	Jovem é assassinada a facadas no Coroadinho
Nº 21316 P.8	08.10.04	Mulher mata marido e se suicida em motel no Turu
Nº 21343 P.8	05.11.04	Homem mata esposa grávida e desfigura o rosto da vítima
Nº 21377 P.10	09.12.04	Mulher arma barraco após flagrar marido com outra

ANO 2005		
NÚMERO E PÁGINA	DATA	MANCHETE
Nº 21616 P.10	08.08.05	Policial assassina a esposa, tenta matar os filhos e depois se suicida
Nº 21632 P.12	24.08.05	Cobrador atira na ex-mulher e se suicida com tiro na testa
Nº 21647 P.20	08.09.05	Mulher mata o companheiro a facadas na Vila Embratel
Nº 21672 P.12	03.10.05	Desempregado mata a ex-mulher e se suicida
Nº 21698 P.12	29.10.05	Mulher fere marido a bala durante discussão
Nº 21673 P.10	14.11.05	Pai assassina o filho ao tentar matar a esposa
Nº 21744 P.14	15.12.05	Desconhecido mata garota após discussão no Jaracati
Nº 21753 P.12	24.12.05	Mulher mata o marido a facada durante uma farra

[Digite aqui]

ANO 2006		
NÚMERO E PÁGINA	DATA	MANCHETE
Nº 21.797 P.14	06.02.2006	Funcionário público mata a namorada e depois se suicida
Nº 21.809 P.12	18.02.2006	Bioquímica é morta com 46 facadas e marido é principal suspeito

ANO 2007		
NÚMERO E PÁGINA	DATA	MANCHETE
Nº 22.472 P.12	13.02.07	Estudante é assassinado pela namorada com golpe de faca
Nº 22.475 P.12	16.02.07	Mulher é morta com 2 tiros em suposto crime de encomenda
Nº 22.479 P.12	20.02.07	Marido mata mulher após aplicar-lhe uma “rasteira”
Nº 22.513 P.12	26.03.07	Marido bêbado esfaqueia a esposa e vai beber cachaça
Nº 22.523 P.12	05.04.07	Adolescente é morta com 17 facadas pelo ex-companheiro
Nº 22.569 P.16	31.05.07	Mulher é agredida a socos e pontapés pelo ex-marido
Nº 22.575 P.16	06.07.07	Homem mata a esposa com mais de 20 facadas na Vila Piramide
Nº 22.579 P.16	10.07.07	Mulher mata o marido a facada no Bairro de Fátima
Nº 22.597 P.16	28.07.07	Polícia captura mulher que mandou matar o marido
Nº 22.612 P.16	12.08.07	Marido embriagado espanca a mulher que recusou fazer amor

[Digite aqui]

Nº 22.641 P.16	10.09.07	Jovem mata a namorada com um tiro na cabeça
Nº 22.642 P.16	11.09.07	Jovem é morta a facadas a mando de seu ex-namorado
Nº 22.642 P.12	11.09.07	Mulher denuncia companheiro por agressao e acaba presa por tráfico
Nº 22.658 P.16	27.09.07	Homem contrata pistoleiros para assassinar fotógrafa
Nº 22.671 P.16	10.10.07	Homem bate na mulher e é preso por tráfico de drogas
Nº 22.671 P.16	10.10.07	Polícia prende autor de tres mortes, várias tentativas e inúmeros assaltos
Nº 22.680 P.16	19.12.07	Homem mata mulher com 26 facadas e foge
Nº 22.689 P.16	28.12.07	Jovem é assassinada pelo marido com tiro na cabeça

ANO 2008		
NÚMERO E PÁGINA	DATA	MANCHETE
Nº 22.697 P.16	5.01.08	Empresário de Timon é acusado de tentar matar amante universitária
Nº 22.706 P.16	14.01.08	Mulher é morta a facadas por companheiro no São Francisco
Nº 22.719 P.16	27.02.08	Presa mulher que mandou seu amante matar o marido
Nº 22.774 P.12	22.04.08	Preso homem que matou sogra e quase mata a mulher
Nº 22.790 P.12	08.05.08	Mulher não aceita reatar namoro e é morta a facada
Nº 22.792 P.16	10.05.08	Homem que matou esposa e filha é condenado a 25 anos de prisão
Nº 22.792 P.16	10.05.08	Polícia prende viúva suspeita de mandar matar o marido
Nº 22.807 P.16	25.05.08	Homem mata a esposa com mais de 20 facadas na Vila Pirâmide
Nº 22.807 P.16	25.05.08	Jovem é assassinada com 37 facadas em Cinelândia
Nº 22.848 P.14	02.07.08	Polícia elucida assassinato de piauiense no João Paulo
Nº 22.865 P.14	19.07.08	Viúva de comerciante assassinado tem prisão temporária decretada

[Digite aqui]

Nº 22.925 P.14	17.09.08	Jovem mata mulher a facadas e dá nome falso no hospital
Nº 22.932 P.14	24.09.08	Idosa morre após ser espancada pelo companheiro no João Paulo
Nº 23.000 p.16	01.12.08	Mulher mata o marido com cinco tiros na Vila Cascável

ANO 2009		
NÚMERO E PÁGINA	DATA	MANCHETE
Nº 23.045 P.16	15.01.09	Diretora de hospital é assassina a tiros
Nº 23.075 P.16	15.02.09	Motorista mata a ex-mulher a facada e foge com o filho do casal
Nº 23.082 P.16	22.02.09	Homem briga com a mulher e para se vingar toca fogo na casa
Nº 23.093 P.16	05.03.09	Jovem é assassinada a facadas dentro de motel em São Luís
Nº 23.165 P.16	18.05.09	Mulher é assassinada pelo ex-marido no São Cristóvão
Nº 23.167 P.16	20.05.09	Lavrador mata a esposa em Rosário e vai à delegacia
Nº 23.167 P.16	20.05.09	Homem bate na mulher e é morto a faca pelo cunhado
Nº 23.168 P.16	21.05.09	Homem mata a ex-mulher a facadas dentro de escola
Nº 23.169 P.16	22.05.09	Homem que matou sua mulher a tiro “pega” 20 anos de cadeia
Nº 23.173 P.16	26.05.09	Marido mata a mulher a facadas depois de bebedeira

ANO 2010		
NÚMERO E PÁGINA	DATA	MANCHETE
Nº 23.204 P.16	13.01.10	Ex-presidiário mata mulher a golpes de facao e se enforca
Nº 23.246 P.16	24.02.10	Mulher é morta a tiros durante tentativa de assalto no Cohatrac
Nº 23.247 P.16	25.02.10	Após ouvir acusado, delegada trabalha com possibilidade de crime passional
Nº 23.249 P.16	27.02.10	Motorista espanca e atinge a ex-mulher com três tiros
Nº 23.249 P.16	27.02.10	Mulher mata marido com golpe de faca na garganta
Nº 23.251 P.16	01.03.10	Uma mulher e um “gringo” mortos a tiros no Araçagy
Nº 23.252 P.16	02.03.10	Empresário é o principal suspeito de ter mandado matar ex-mulher e namorado
Nº 23.255 P.16	05.03.10	Homem é detido após tentar matar a mulher no Calhau
Nº 23.305 P.16	26.04.10	Mulher violentamente agredida pelo marido morre no hospital
Nº 23.353 P.16	13.05.10	Mulher de ex-vereador assassinado em Sítio Novo é presa acusada de mandante do crime
Nº 23.375	06.07.10	Marido de microempresária é preso acusado de envolvimento no crime

[Digite aqui]

P.16		
Nº 23.375 P.16	06.07.10	TJ nega recurso a acusados de matar mulher a golpes de facão
Nº 23.387 P.16	18.07.10	Mulher é morta a golpes de facas pelo ex-namorado
Nº 23.396 P.16	27.07.10	Homem é preso por espancar mulher em via pública
Nº 23.398 P.16	29.07.10	Homem acusado de matar mulher no Anjo da Guarda é preso no PI
Nº 23.420 P.16	20.08.10	Mulher pode ter assassinado nove pessoas com uso de chumbinho
Nº 23.422 P.16	22.08.10	Mulher é encontrada morta e adolescente é detido como suspeito
Nº 23.425 P.16	25.08.10	Mulher é degolada pelo marido na Vila Esperança
Nº 23.433 P.16	02.09.10	Homem enfurecido espanca a mulher e ameaça
Nº 23.447 P.16	16.09.10	Homem que matou a mulher confessa assassinato e dá detalhes sobre o crime
Nº 23.448 P.16	17.09.10	Homem mata a mulher na frente dos filhos e se enforca em Pedreira
Nº 23.522 P.16	02.02.10	Guarda Municipal é morto a facadas pela própria mulher
Nº 23.525 P.16	05.12.10	Homem que matou a ex-namorada é condenado a 17 anos
Nº 23.526 P.16	06.12.10	Polícia prende homem acusado de sequestrar o filho e a ex-mulher

[Digite aqui]

